

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS – PPGICH.
NIVEL MESTRADO

**TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, LUTAS E IDENTIDADE: O PROCESSO DE
TRABALHO NA COLETA E BENEFICIAMENTO DE CASTANHA EM AMATURÁ-
AMAZONAS**

JAILSON FRANCO AGUIAR

Manaus-AM

2024

JAILSON FRANCO AGUIAR

**TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, LUTAS E IDENTIDADE: O PROCESSO DE TRABALHO
NA COLETA E BENEFICIAMENTO DE CASTANHA EM AMATURÁ-AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA) como exigência final dos requisitos mandatórios para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientação: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

**Manaus-AM
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

A283t	Aguiar, Jailson Franco Transformações sociais , lutas e identidade: o processo de trabalho na coleta e beneficiamento de castanha em Amaturá/AM : transformações sociais , lutas e identidade: o processo de trabalho na coleta e beneficiamento de castanha em Amaturá/AM / Jailson Franco Aguiar . Manaus : [s.n], 2024. 121 f.: color.; 21,0 cm. Dissertação - Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024. Inclui Apêndice. Inclui Anexo. Orientador: Alfredo Wagner Berno de Almeida. Coorientador: Reginaldo Conceição da Silva. 1. Transformações sociais. 2. Extrativismo. 3. Associação. 4. Castanha. 5. Amazônia . I. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orient.) II . Reginaldo Conceição da Silva (Coorient.) III. Universidade do Estado do Amazonas. IV. Título CDU(1997)168.522(043.3)
-------	---

JAILSON FRANCO AGUIAR

**TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, LUTAS E IDENTIDADE: O PROCESSO DE
TRABALHO NA COLETA E BENEFICIAMENTO DE CASTANHA EM AMATURÁ-
AMAZONAS**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção de título de Mestre no Programa de Pós-
Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da
Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida. PPGICH/UEA. Orientador-Presidente

Profº Dr. Emmanuel De Almeida Farias Júnior.
Examinador Externo

Profº Dr. Reginaldo Conceição da Silva
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e pela saúde que me permitiram superar todos os obstáculos ao longo desses mais de dois anos de estudos. Sou grato por ter recebido a força necessária para enfrentar os desafios, principalmente a ausência da família, já que precisei me deslocar para outra cidade em busca deste sonho.

Agradeço imensamente ao meu pai, Jarildo, e à minha mãe, Dulcinéia, por todo o apoio, orações e pensamentos positivos ao longo dessa jornada. Desde sempre, eles torceram para que todas as coisas em minha vida acontecessem de forma positiva, e suas palavras de encorajamento e amor foram fundamentais para que eu me mantivesse firme e focado em meus objetivos.

Dedico um agradecimento especial à minha avó, Lenita, cuja presença constante em minha vida foi uma fonte inesgotável de apoio e carinho durante toda a minha trajetória acadêmica. Suas orações, pensamentos positivos foram fundamentais em cada etapa deste processo. Mesmo à distância, senti seu amor e sua torcida para que tudo desse certo, e isso me fortaleceu nos momentos mais desafiadores. Sua fé inabalável e seu desejo sincero pelo meu sucesso me inspiraram a seguir em frente, sabendo que com dedicação e perseverança, eu poderia alcançar meus objetivos. Sou profundamente grato por tudo o que minha avó fez por mim, e seu exemplo de amor e cuidado será sempre uma inspiração em minha vida.

Sou profundamente grato aos meus irmãos, Ronen, Jair e Rainara, pelo apoio incondicional que me ofereceram em todos os momentos em que precisei. Independentemente do tipo de ajuda ou da distância que nos separava, eles sempre estiveram presentes, mostrando que, apesar dos desafios, a família é uma força fundamental. O amor e o carinho que recebi deles me deram a segurança e a confiança necessárias para seguir em frente. Amo vocês imensamente.

À minha esposa, Daniele, e ao meu filho, Lucas Benjamin, expresso minha mais profunda gratidão. Vocês foram pilares fundamentais para que eu pudesse alcançar mais esta etapa em minha vida profissional. Mesmo com a distância e a saudade que

nos maltratavam diariamente, seu amor e apoio incondicional nunca faltaram. Vocês sempre me incentivaram, me motivando a acreditar em meu potencial e a seguir firme em busca dos meus objetivos. A cada palavra de afeto e demonstração de carinho, senti a força necessária para continuar, mesmo nos momentos mais difíceis. Daniele, sua compreensão e paciência foram essenciais, e Lucas, seu sorriso e inocência me lembravam diariamente do porquê eu estava lutando. A vocês, dedico todo o meu amor e gratidão.

Aos meus colegas de curso, Maikson, Ronaldo, Matheus, Rothe e Joel, minha sincera gratidão. Foi um privilégio conhecer e entender a realidade e o trabalho de cada um de vocês. Em meio à saudade de nossas famílias, encontrei em vocês um apoio essencial para superar a solidão que a metrópole de Manaus nos impunha. Durante as aulas, nossas angústias e preocupações eram compartilhadas, e, juntos, conseguíamos absorver e enfrentar cada desafio, dando-nos a força necessária para seguir em frente. Agradeço por cada momento de amizade e companheirismo, que tornaram essa jornada mais leve e significativa.

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à Joelma Silva, secretária do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), por todo o apoio, atenção e acolhimento que recebi desde o primeiro dia em que cheguei a Manaus. Desde o início, ela se mostrou uma pessoa de extrema dedicação e generosidade, sempre disposta a ajudar e a garantir que todos os detalhes fossem cuidados para que tivéssemos uma experiência tranquila e enriquecedora durante o curso de mestrado. Sua recepção calorosa na sede do projeto e sua amabilidade constante foram fundamentais para que nos sentíssemos acolhidos, mesmo em meio à distância de nossas casas e familiares. Joelma, sua atenção e disponibilidade fizeram a diferença, e serei eternamente grato pelo carinho e profissionalismo com que nos tratou ao longo de toda a jornada acadêmica.

Dedico um agradecimento especial ao professor e amigo Reginaldo (Obi), cujo incentivo desde a época da faculdade foi essencial para minha trajetória. Sou profundamente grato pelas longas conversas, pelos esclarecimentos sempre precisos e por compartilhar seu vasto conhecimento de forma generosa. Mais do que um professor, você se tornou um amigo presente e disponível em todos os momentos,

oferecendo apoio e orientação em cada passo do caminho. Sua amizade e dedicação também foram fundamentais para que eu seguisse em frente.

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão ao professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, meu orientador, que, ao longo de toda a minha trajetória acadêmica, foi muito mais do que um orientador, foi um verdadeiro amigo, um exemplo de integridade e ética. Reconhecido no Brasil e no mundo por seus trabalhos de excelência, especialmente à frente do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, ele demonstrou uma dedicação incomparável. Agradeço pela paciência e compreensão que teve em cada etapa do meu percurso, pelo tempo que generosamente dedicou para compartilhar seus conhecimentos e guiar-me, mostrando a importância dos agentes sociais na construção de uma sociedade íntegra e justa. Sua orientação foi fundamental para o desenvolvimento do meu trabalho, e suas palavras e ensinamentos continuarão a ecoar em minha vida profissional e pessoal. É uma honra tê-lo como mentor e poder contar com seu apoio em cada desafio.

Meus sinceros agradecimentos aos professores e à equipe técnica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGICH) e à Universidade do Estado do Amazonas – UEA, pela dedicação e atenção prestadas ao longo de toda a minha caminhada. O comprometimento e o profissionalismo de cada um foram essenciais para que eu pudesse enfrentar os desafios e aproveitar ao máximo as oportunidades de aprendizado e crescimento que o programa proporcionou. Sou grato pelo apoio e pelo empenho constante em garantir que todos os alunos tivessem o melhor acompanhamento possível.

Dedico um agradecimento especial à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo incentivo e pelo valioso suporte financeiro através da bolsa estudantil. Esse apoio foi fundamental para minha manutenção durante o período do curso, permitindo que eu me dedicasse integralmente aos estudos e às pesquisas sem as preocupações financeiras que muitas vezes podem ser um obstáculo. A confiança depositada em mim, por meio do financiamento, não apenas possibilitou o meu desenvolvimento acadêmico, mas também contribuiu para que eu pudesse focar em alcançar meus objetivos com

determinação e comprometimento. Agradeço à CAPES por acreditar na formação de profissionais capacitados e por investir no futuro da educação no Brasil.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de expressar meu profundo agradecimento à Associação de Produtores e Beneficiadores de Castanha do município de Amaturá - APROCAM. Agradeço a cada um dos sócios, castanheiros e castanheiras que, de alguma forma, contribuíram para o enriquecimento do meu trabalho por meio do compartilhamento de seus valiosos conhecimentos tradicionais. As histórias, práticas e sabedoria de vocês foram fundamentais para que eu pudesse compreender a verdadeira essência do processo de coleta e beneficiamento da castanha, trazendo um sentido profundo e enriquecedor à minha pesquisa.

Sem os ensinamentos e a generosidade de vocês, muitas das informações que compõem esta dissertação estariam vagas e sem o contexto necessário para uma análise abrangente e significativa. A cultura que vocês mantêm viva é uma parte essencial da identidade da população de Amaturá, e é inspirador ver como cada um de vocês se dedica a preservar e transmitir esse legado às futuras gerações.

Agradeço sinceramente por abrir as portas de suas vidas e castanhais, permitindo que eu aprendesse com suas experiências e visões de mundo. A colaboração e o apoio de todos vocês foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver este trabalho com respeito e autenticidade, refletindo a importância da castanha não apenas como um recurso econômico, mas como um elemento central da cultura e da identidade de Amaturá.

“Observe profundamente a natureza e você vai entender tudo melhor.”
Albert Einstein

RESUMO

A busca em compreender as transformações sociais e identitárias associadas ao processo de trabalho na coleta e beneficiamento de castanha em Amaturá, Amazonas, sob uma perspectiva histórica e social é imprescindível quando se trata de uma análise qualitativa e de uma ótica social. A pesquisa destaca o extrativismo como elemento central na construção da identidade local e no desenvolvimento econômico da região. A fundação da Associação dos Beneficiadores de Castanha de Amaturá (APROCAM) surge como marco fundamental, organizando a produção e consolidando uma usina de beneficiamento, que agrega valor ao produto e fortalece a economia local. O trabalho também explora a relação íntima entre os extrativistas e a natureza, apresentando uma coleta de castanha como um patrimônio imaterial de grande valor cultural, transmitida entre gerações. No entanto, desafios como o desmatamento, a diminuição dos castanhais e a presença de atravessadores no comércio do produto foram identificados como ameaças ao modo de vida tradicional e à economia local. Uma análise das formas de trabalho na usina de beneficiamento revela um processo organizado que combina saberes tradicionais e técnicas modernas, desempenhando um papel essencial para a geração de renda e a coesão social nas comunidades e na associação. Por fim, o estudo aponta que a continuidade e a qualidade da coleta e o beneficiamento da castanha dependem da valorização das práticas tradicionais, da melhoria nas condições de trabalho e da manutenção de uma relação equilibrada com o meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico da região seja justo e equilibrado para as unidades e agentes sociais que a preservam.

PALAVRAS-CHAVE: Transformações sociais, Extrativismo, Associação, Castanha, Amazônia.

ABSTRACT

The search to understand the social and identity transformations associated with the work process in the collection and processing of nuts in Amaturá, Amazonas, from a historical and social perspective is essential when it comes to qualitative analysis and social optics. The research highlights extractivism as a central element in the construction of local identity and the economic development of the region. The foundation of the Amaturá Nut Processors Association (APROCAM) emerges as a fundamental milestone, organizing production and consolidating a processing plant that adds value to the product and strengthens the local economy. The study also explores the intimate relationship between extractivists and nature, presenting nut collection as an intangible heritage of great cultural value, passed down through generations. However, challenges such as deforestation, the reduction of nut forests, and the presence of middle men in the product trade were identified as threats to the traditional way of life and the local economy. An analysis of the work forms in the processing plant reveals an organized process that combines traditional knowledge and modern techniques, playing an essential role in generating income and social cohesion in communities and the association. Finally, the study points out that the continuity and quality of the collection and processing of nuts depend on the appreciation of traditional practices, improvement in working conditions, and maintenance of a balanced relationship with the environment, ensuring that the economic development of the region is fair and balanced for the units and social agents that preserve it.

KEY WORDS: Social transformations, Extractivism, Association, Nut, Amazon.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Mapa de localização da usina no perímetro urbano de Amaturá.....	44
Mapa 02: Localização das comunidade e aldeias produtoras de castanha.....	57
Mapa 03: As 17 regiões castanheira na Amazônia Legal.....	91

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Vista frontal de um dos Sítios de castanha localizado no Igarapé Acuruy.	72
Figura 02: Ouriço em meio a vegetação	73
Figura 03: Extrativista em meio a floresta juntando ouriços com o auxílio de um Aturá.....	73
Figura 04: Ouriços de castanha na mata	74
Figura 05: Ouriços de castanha na mata	74
Figura 06: Ouriço de castanha sendo quebrado	75
Figura 07: Castanha depositadas no Aturá	75
Figura 08: Castanha depositadas no Aturá	75
Figura 09: Extrativista fazendo transporte da castanha	76
Figura 10: Extrativistas entrando na mata para fazer a coleta de castanha	78
Figura 11: Extrativistas entrando na mata para fazer a coleta de castanha.....	78
Figura 12: castanheira derrubada para retirada de madeira.....	81
Figura 13: Arvore de castanheira antes de ser derrubada	82
Figura 14: Arvore de castanheira após ser derrubada	82
Figura 15: Área de criação de boi, onde antes existia castanhal	83
Figura 16 Imagem de satélite com vista para sede municipal e para a estrada da Carolina	84
Figura 17: Flutuante de atravessadores realizando a compra de castanha.	86
Figura 18: Flutuante de atravessadores realizando a compra de castanha.....	86
Figura 19: Local de lavagem da castanha após chegar na usina	93
Figura 20: Local de lavagem da castanha após chegar na usina	93
Figura 21: Tablado de secagem da castanha.....	93
Figura 22: Tablado de secagem da castanha.....	93
Figura 23: Estrutura de ferro que compõe a parte de alto clave.....	95
Figura 24: Máquina de alto clave.....	96
Figura 25: Salão de produção com sócios realizando a quebra de castanha.....	97
Figura 26: Máquina de classificação de castanha por tamanho.....	99

Figura 27: Castanha sendo classificada por tamanho.....	99
Figura 28: Castanha sendo classificada por tamanho.....	99
Figura 29: Estufa utilizada na APROCAM.....	100
Figura 30: Castanha sendo colocada no carrinho de metal antes de entrar na estufa.....	101
Figura 31: Castanha dentro da estufa para o processo de desidratação.....	101
Figura 32: Sala de classificação manual de castanha.....	102
Figura 33: classificação manual de castanha.....	102
Figura 34: Castanha embalada a vácuo.....	104
Figura 35: Castanha embalada e encaixotada no depósito.....	104
Figura 36: Organograma do processor de chegada da castanha até o processo final.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROCAM – Associação dos Produtores e Beneficiadores de castanha do município de Amaturá

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística

ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

STF - Superior Tribunal Federal

IPHAN - Instituto do Patrimônio Artístico e cultural Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 01: O SURGIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO SOLIMÕES E DE AMATURÁ E A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIADORES DE CASTANHA DE AMATURÁ.....	24
1.1 A organização do estado do Amazonas.....	25
1.2 A história vasta e diversificada do alto Solimões: um entrelaçamento de povos, natureza e economia.....	26
1.3 Fatores históricos influenciaram o surgimento e o desenvolvimento dos municípios na região do alto Solimões.....	34
1.4 Formação do município de Amaturá	34
1.5 Emancipação de Amaturá	36
1.6 O extrativismo como herança e identidade.....	38
1.7 Dificuldades do extrativismo da Castanha do Brasil.....	53
1.8 Uma visão sobre as formas de produção.....	56
1.9 O Coletar castanha em Amaturá.....	59
CAPÍTULO 2: MÃOS QUE ALIMENTAM: A COLETA TRADICIONAL DA CASTANHA E SEUS SABERES.....	65
2.1 A coleta de castanha como patrimônio imaterial para o município de Amaturá.....	65
2.2 Sob a Proteção da Floresta: O Patrimônio e os Desafios da Coleta de Castanha em Amaturá.....	71
2.3 Desafios da atividade coleta.....	79
2.4 O desmatamento e a diminuição dos castanhais.....	81
2.5 A comercialização e os atravessadores de castanha.....	85
CAPÍTULO 3: AS FORMAS DE TRABALHO NA ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIADORES DE CASTANHA.....	88
3.1 Formas de Trabalho na Usina de Beneficiamento.....	88
3.2 Procedimentos de beneficiamento.....	92
3.3 A lavagem e limpeza da castanha.....	92
3.4 A secagem.....	93
3.5 Processo de alto clave.....	95
3.6 O processo de quebra manual.....	97
3.7 Primeira etapa de seleção das castanhas.....	98
3.8 Processo de desidratação na estufa.....	100
3.9 Seleção de castanha manual.....	102
3.10 O empacotamento das castanhas.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERENCIAS	112
ANEXOS.....	115

1 INTRODUÇÃO

O município de Amaturá/AM, localizado na região do alto Rio Solimões, incluso na faixa de fronteira internacional, próxima à Colômbia e ao Peru, possui historicamente um alto potencial produtivo de alimentos e bens coletados na natureza, em especial a castanha da Amazônia. A coleta da castanha é a principal atividade econômica das famílias extrativistas da região, gerando renda tanto durante o período de safra quanto nos meses seguintes, quando a comercialização do produto continua. Quando nos deparamos com o conceito de “região” devemos entender que vai além de sua definição geográfica.

Essa pode ser compreendida como uma área delimitada que compartilha características sociais, culturais, econômicas ou históricas comuns. Tal como argumenta (Bourdieu, 1898) que o espaço social não é apenas uma divisão geográfica, mas uma construção simbólica baseada em relações de poder e distinção. Assim, uma região não existe apenas por sua localização física, mas porque há agentes que a regularam, a nomeiam e a legitimam. Esse reconhecimento é resultado de disputas simbólicas e do hábito dos indivíduos. Assim, a noção de região em não é fixa, mas dinâmica e estruturada pelas relações de poder e pelas representações simbólicas que moldam pelos agentes que constroem e transformam seu significado (BOURDIEU, 1898).

A análise da coleta de castanha deve ultrapassar os limites geográficos e englobar as interações sociais que se estabelecem entre as pessoas envolvidas nessa atividade, atribuindo, contudo, uma melhor definição de região nesse contexto.

Socialmente, uma região pode ser definida pelos laços comunitários, valores compartilhados e identidade cultural que unem seus habitantes. Esses elementos podem ser moldados pela história, tradições e práticas sociais específicas de cada região. Historicamente, as regiões podem ser influenciadas por eventos passados, processos de colonização, migrações e desenvolvimento socioeconômico ao longo do tempo. Esses fatores moldam a identidade e a dinâmica das regiões, principalmente aquelas relacionadas a natureza e ao meio ambiente, contribuindo para suas

características únicas e para a formação de uma identidade regional abrange não apenas aspectos geográficos, mas também sociais e históricos, refletindo as complexidades e interações entre as pessoas e o ambiente (CLAVAL, 2011).

O trabalho pós safra está justamente ligado às atividades da Associação dos extrativistas e Beneficiadores de Castanha do município de Amaturá, e que foi fundada no ano de 2001 e é conhecida pela sigla APROCAM. Esta surgiu a partir da iniciativa de várias unidades familiares de produtores, que além da castanha do Brasil, trabalhavam também com outros cultivos, como o açaí, a mandioca e a banana, mas que viam na castanha um potencial capaz de ampliar as possibilidades de geração de renda. Consideravam que, antes de tudo, seria no extrativismo de castanha que poderia ser alcançada uma visibilidade maior no sentido da valorização e resgate da identidade extrativista.

A valorização e resgate da identidade extrativista em Amaturá se tornaram essenciais para as comunidades locais, pois o extrativismo de castanha se insere em um contexto muito mais amplo que a mera exploração de um recurso natural. Historicamente, a atividade de coleta e beneficiamento de castanha representa um elo cultural e econômico, permitindo que a comunidade mantenha vivas práticas que atravessaram gerações, criando uma conexão direta com a ancestralidade e com os modos de vida de seus antepassados.

A castanha, além de seu valor econômico, carrega um peso simbólico que dialoga diretamente com a identidade de seus extrativistas. A atividade não só representa uma fonte de renda, mas é vista também como uma expressão de resistência cultural. Em um contexto de crescente avanço de atividades econômicas que modificam as paisagens naturais da Amazônia, o extrativismo se apresenta como uma alternativa que permite a sobrevivência econômica sem abrir mão do respeito e da equilíbrio ambiental.

Ao organizar-se em associações, como a APROCAM, os extrativistas fortaleceram suas vozes e reivindicações, consolidando-se como agentes sociais fundamentais para a proteção e continuidade da prática extrativista. Este movimento associativo foi crucial para proporcionar visibilidade ao papel social e econômico do

extrativismo e, ao mesmo tempo, fortalecer a luta pelo reconhecimento dos direitos desses trabalhadores e pela sustentabilidade do seu meio de vida. A partir dessas associações, foi possível garantir o acesso a mercados e melhorar as condições de trabalho, assegurando que o beneficiamento da castanha fosse feito de maneira a respeitar e valorizar o conhecimento tradicional.

Desse modo, a visibilidade conquistada pelo extrativismo de castanha em Amaturá não apenas promove o desenvolvimento econômico, mas também eleva e preserva as práticas culturais e identitárias do povo. Ao reconhecer o extrativismo como um símbolo de sua identidade, os trabalhadores consolidam um compromisso com a sustentabilidade e perpetuação de uma prática que, em última instância, representa a continuidade de suas histórias e do seu pertencimento à terra.

Durante a história de construção do município essa atividade econômica, conjugada com a identidade decorrente, consistiu e consiste, a despeito de transformações sociais mais recentes no processo produtivo, num de seus principais alicerces.

O foco desta dissertação recai sobre o processo de trabalho na coleta e beneficiamento de castanha em Amaturá, Amazonas. Em especial na associação de produtores e beneficiadores de castanha, conforme citado anteriormente, este objeto de estudo abrange desde as práticas cotidianas dos trabalhadores envolvidos, que vai da coleta na floresta ao seu processamento na associação até as implicações mais amplas nas comunidades locais, tendo em vista a sua abrangência participativa, envolvendo indígenas e ribeirinhos. A análise detida dessas atividades extrativistas busca desvendar as complexas interações entre o trabalho, as transformações sociais, as lutas por reconhecimento e a formação de identidades culturais.

Este estudo tem como objetivo analisar as complexas interações entre o meio ambiente, o trabalho e as relações sociais envolvidas no processo de coleta e beneficiamento da castanha em Amaturá, visando aprofundar a compreensão das dinâmicas socioambientais da região amazônica.

No que se refere ao significado de extrativismo, enquanto atividade humana caracterizada por um grande número de interconexões, faz parte de um conjunto de

ações realizadas no âmbito de suas atividades produtivas e, por conseguinte, estreitamente imbricadas a diferentes questões socioeconômicas, agrônômicas e ambientais. O extrativismo é, portanto, uma construção social realizada ao longo de gerações, promovendo acúmulos de saberes, constituindo-se em um objeto de estudo complexo (SILVA; MIGUEL, 2014).

Segundo estes termos históricos, tem-se como pano de fundo, no que diz respeito aos empreendimentos extrativistas, seja nos seringais, nos castanhais ou nos babaçuais, formas de imobilização da força de trabalho pela dívida, outrora designadas como “aviamento”.

O sistema de “aviamento” como uma prática que consolidou um modelo de exploração da força de trabalho nas economias extrativistas da região, especialmente nas economias do seringal, castanhais e babaçuais. O aviamento surgiu como um modo de abastecimento e controle das populações ribeirinhas e indígenas pela dívida, o que gerava uma espécie de "cativeiro econômico". Esse sistema consistia em um mecanismo de adiantamento de mercadorias e bens essenciais que, na prática, vinculava o trabalhador extrativista ao comerciante ou patrão, impossibilitando o rompimento da relação sem a quitação da dívida. Mais do que uma prática econômica, servia como uma estratégia de imobilização social, perpetuando a dependência e a subordinação dos extrativistas. O trabalhador recebia, com adiantamento, alimentos, roupas, ferramentas e outros itens básicos, mas essa dívida crescia continuamente devido a juros altos e à valorização arbitrária dos produtos oferecidos. Assim, embora o extrativista teoricamente pudesse trabalhar de forma autônoma, na prática ele se via aprisionado a essa lógica econômica, restando-lhe pouca ou nenhuma liberdade para buscar melhores condições ou romper com esse sistema (OLIVEIRA, 2012.)

Pretendo destacar que esta atividade extrativa tem passado por transformações econômicas significativas, devido à organização autônoma das famílias de extrativistas diretos e também pelas relações conservacionistas que elas mantêm com os recursos naturais, além de ter se constituído numa tradição, que implica em serem contempladas com direitos às terras que ocupam. Com a atualidade desta consciência ecológica as famílias extrativistas tem exposto e enfrentado, entretanto, diversas fragilidades em relação à dinâmica produtiva, à funcionalidade da

extração e ao potencial de sua manutenção a longo prazo, o que implica em buscarem formas político-organizativas de reforço e afirmação de suas condições de existência e de sua posição enquanto portadores de uma identidade social, em relação a qual passaram a exigir reconhecimento através de diferentes maneiras de se mobilizarem.

Ao analisar o processo de trabalho na coleta e beneficiamento da castanha em Amaturá, esta pesquisa busca compreender como as transformações históricas e sociais moldaram as lutas das comunidades e a construção de suas identidades locais diante das profundas transformações socioeconômicas na Amazônia, este estudo busca compreender como as atividades extrativistas, especialmente a coleta de castanha, moldam as relações entre o homem e o meio ambiente, impactando a subsistência e a identidade das comunidades locais. Ao adotar uma perspectiva interdisciplinar, esta pesquisa busca preencher uma lacuna na literatura, oferecendo uma análise original e aprofundada das dinâmicas de trabalho na coleta de castanha e seus impactos nas transformações sociais e na construção de identidades nas comunidades locais. Ao abordar esse problema de pesquisa, a dissertação visa fornecer um aparato de informações que não apenas enriquecerão o corpo de conhecimento existente, mas também informarão boas práticas na lida com a castanha, políticas públicas e iniciativas que promovam o bem-estar das comunidades envolvidas no processo de coleta e beneficiamento de castanha em Amaturá.

No que se refere à territorialização faz-se necessário considerar as reflexões feita por (Almeida, 2006), quando se refere às modalidades de extrativismo apontando que não significam apenas incidência de uma espécie vegetal numa área ou uma “mancha”, como se diz cartograficamente, mas tem uma expressão identitária traduzida por extensões territoriais de pertencimento comunitário, isto é, dispostas ao uso comum das famílias extrativistas, que confrontam a ação fundiária de característica parcelar realizada pelo Estado. Neste contexto de confronto o autor afirma que:

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado (ALMEIDA, 2006. Pg.118).

Neste processo de mobilização é que a atividade extrativista, bem mais do que uma mera ocupação profissional, pode ser analisada como o principal fator identitário

e de agregação (Almeida, 2019), que converge para a fundação da mencionada associação. Sua criação vem em resposta à percepção de perdas de sua valorização e dos conhecimentos passados de geração em geração e devido às pautas reivindicatórias conduzidas lideranças de comunidades tradicionais da região. Essas lideranças, de uma perspectiva econômica, tem maiores condições de exercerem sua autonomia, pois tem acesso a uma quantidade expressiva de castanheiras, garantindo uma maior produção, com bastante regularidade e reforçando de modo persistente a manutenção do direito de permanência nas áreas tradicionalmente ocupadas.

A castanheira, espécie de fundamental importância para a Amazônia, possui uma longa história de associação com os povos indígenas e originários da região. Evidências arqueológicas, como as encontradas na Caverna da Pedra Pintada, no Pará, datadas de 11.500 anos atrás, indicam que a espécie já era conhecida e utilizada pelos primeiros habitantes da região. Além disso, relatos históricos, como o do pirata inglês Richard Hawkins, sugerem a existência de uma antiga rede de troca da castanha na América do Sul, antes mesmo da chegada dos europeus. A ampla distribuição atual das castanheiras na Amazônia é resultado de um longo processo de dispersão, moldado pelas interações entre os seres humanos e o ambiente ao longo de milênios. Para fins deste trabalho, analisamos as questões históricas e os problemas atuais que envolvem as unidades familiares extrativistas de Amaturá, focalizando as que estão diretamente ligadas à APROCAM, e as dificuldades enfrentadas para obterem uma afirmação social e um reconhecimento mediante uma economia globalizada e um processo de perdas sucessivas de conhecimentos e práticas referentes à identidade social dos grupos de coletores de castanha.

Através de uma análise histórica e etnográfica, este estudo busca compreender como o processo de trabalho na coleta e beneficiamento da castanha moldou as identidades e as lutas sociais das comunidades de Amaturá, desde os primeiros contatos com a sociedade nacional até os dias atuais

Neste caso, o campo da pesquisa abrange diversos aspectos interconectados, e pode ser descrito como um campo multidisciplinar que combina elementos da antropologia, sociologia, economia, história. Havendo necessidade de abordar representantes de comunidades produtoras de castanha e que são associadas, com

os representantes da atual gestão da APROCAM, com os fundadores que hoje não mais fazem parte do dia a dia da associação e com pessoas que possam contar a história de fundação do município, que também são considerados os principais interlocutores para o aprimoramento do trabalho.

O presente estudo aprofunda a análise do processo de trabalho na coleta e beneficiamento da castanha em Amaturá, investigando as práticas cotidianas, os aspectos socioeconômicos e culturais envolvidos, e os impactos nas condições de vida e nas relações sociais das comunidades locais. A pesquisa busca compreender a importância do trabalho com a castanha na construção e manutenção das identidades culturais, além de mapear, através da Nova Cartografia Social, a distribuição dos castanhais no município, analisando os fatores que influenciaram sua manutenção ao longo do tempo. A presente pesquisa, de natureza qualitativa, tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre as dimensões subjetivas e simbólicas do trabalho no extrativismo da castanha, através da análise de fontes documentais e bibliográficas para o método da pesquisa, do qual optamos pela pesquisa qualitativa, em específico com uma observação participante para obter uma compreensão profunda das experiências e perspectivas dos envolvidos (AUGUSTO et al., 2013).

A seleção dos participantes para esta pesquisa teve como objetivo identificar indivíduos que, além de possuírem conhecimento sobre o processo de formação do município de Amaturá, eram membros ativos da associação em questão. Além disso, foram entrevistadas pessoas do meu núcleo familiar, como minha própria mãe, que, ao meu ver, representa não apenas a resistência familiar, mas também a força e a representatividade das mulheres extrativistas. Dessa forma, foi possível aprofundar a análise dos motivos que levaram à fundação da associação e compreender as perspectivas dos atores diretamente envolvidos. Previamente à coleta de dados, os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem adotados e os aspectos éticos envolvidos, garantindo assim o cumprimento dos princípios de autonomia e confidencialidade.

A coleta de dados se deu por meio de observações em grupos focais, conforme planejamento prévio, com registro sistemático das informações. A observação participante foi fundamental para documentar as práticas cotidianas, interações

sociais e dinâmica de trabalho dos participantes. Após a coleta e transcrição dos dados, realizou-se uma análise qualitativa, buscando identificar padrões, categorias e temas emergentes relacionados ao trabalho e suas implicações para as transformações sociais, as lutas e a construção de identidades locais. Os resultados foram interpretados e discutidos à luz do referencial teórico adotado e dos objetivos da pesquisa.

CAPITULO 01: O SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DO ALTO SOLIMÕES E DE AMATURÁ E A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIADORES DE CASTANHA DE AMATURÁ

1.1 A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

Foram nas primeiras duas décadas do século XX que o Amazonas se organizou territorialmente, em grande parte, do modo como conhecemos hoje, quer seja por meio de concessões de terras a estrangeiros, como as realizadas por iniciativa do governo Efigênio Salles, que “dividiu” grande parte do território do estado em três grandes domínios para a iniciativa do exterior (PARÉDIO, 2011).

Essas concessões podem ter sido destinadas a atividades específicas, como exploração de recursos naturais, agricultura ou outras iniciativas que contribuíssem para o crescimento econômico do estado. A “divisão” do território em três grandes domínios indica uma estratégia de planejamento territorial que visava organizar e direcionar o uso da terra de maneira mais eficiente. Essa divisão pode ter sido feita levando em consideração critérios como recursos naturais, potencial econômico e localização geográfica.

A reorganização territorial e as concessões de terras provavelmente tiveram impactos significativos nas comunidades locais, na medida em que o uso da terra e as atividades econômicas estavam passando por transformações. Os benefícios e desafios associados a essas mudanças variariam entre diferentes grupos sociais e áreas geográficas. A organização territorial promovida por Efigênio Salles deixou uma marca na história do Amazonas e pode ter contribuído para moldar a paisagem econômica e social do estado. A compreensão dessa herança histórica é crucial para contextualizar os desafios e oportunidades enfrentados pela região nos anos subsequentes.

A atividade econômica dessas regiões menos assistidas, basicamente se apoiava no extrativismo vegetal, tendo como forte a extração da borracha e da castanha. Em 1925, o Amazonas possuía vinte e oito municípios, distribuídos em uma área de 1.825,997 km² (PARÉDIO, 2011), e à medida que limites, população e

organização produtiva avançavam em outras localidades, estas eram elevadas à categoria de município.

Entre as décadas de 1950 e próximo do início da década de 1990, muitas localidades foram elevadas à categoria de cidade, algumas deixaram de existir e posteriormente voltaram a ser legalmente reconhecidas como municípios. O Amazonas foi organizado a partir de 1950, do ponto de vista urbano, da seguinte forma, conforme dados do IBGE: no ano de 1950 eram 25 municípios, de 1960 até o ano de 1991 foram contabilizados mais 19 municípios, chegando a um total até início da década de 90 de 44 municípios. Ainda distante da atual situação.

A região do Alto Solimões, localizada no estado do Amazonas, Brasil, é marcada por uma história expressiva e diversificada. O desenvolvimento político e econômico dos municípios nessa área está intimamente ligado aos povos indígenas e às atividades econômicas tradicionais.

1.2 A HISTÓRIA VASTA E DIVERSIFICADA DO ALTO SOLIMÕES: UM ENTRELAÇAMENTO DE POVOS, NATUREZA E ECONOMIA

A região do Alto Solimões, com sua vasta extensão e fascinante biodiversidade, possui uma história que se entrelaça com as trajetórias dos povos indígenas e com a exploração dos recursos naturais. A compreensão dessa história é fundamental para entender o desenvolvimento político e econômico dos municípios da região, marcado por um constante diálogo entre o tradicional e o moderno.

Povos Indígenas: Os Primeiros Habitantes

A história do Alto Solimões inicia-se com a presença de diversos povos indígenas, que habitavam a região há milênios. Esses povos desenvolveram conhecimentos profundos sobre a floresta, estabelecendo relações complexas e sustentáveis com o meio ambiente. Suas práticas agrícolas, de pesca e de coleta de produtos florestais moldaram a paisagem e as dinâmicas sociais da região.

A Chegada dos Europeus e a Colonização

A chegada dos europeus à Amazônia, no século XVI, marcou um novo capítulo na história da região. A busca por riquezas como ouro e especiarias, aliada à

catequização indígena, desencadeou um processo de colonização que transformou profundamente a vida dos povos originários. As missões religiosas, os seringais e as fazendas de gado se expandiram pela região, alterando os modos de vida tradicionais e gerando conflitos territoriais.

O período da Borracha e a Economia Extrativista

O período da borracha, no final do século XIX e início do século XX, impulsionou o desenvolvimento econômico da região. A extração do látex, realizada em condições muitas vezes precárias, atraiu milhares de trabalhadores para a Amazônia. A economia extrativista, baseada na exploração dos recursos naturais, deixou marcas profundas na paisagem e na sociedade, como a construção de estradas, a expansão urbana e a intensificação da exploração da floresta.

A Construção de Rodovias e a Integração Nacional

A partir da década de 1970, o governo brasileiro implementou políticas de integração nacional, que incluíram a construção de grandes rodovias na Amazônia. A BR-319, por exemplo, conectou Manaus a Porto Velho, intensificando o fluxo de pessoas e mercadorias para a região. Essas obras de infraestrutura aceleraram o processo de ocupação do território, com impactos significativos sobre o meio ambiente e as populações tradicionais.

Desafios Contemporâneos e Perspectivas Futuras

Atualmente, a região do Alto Solimões enfrenta desafios como a desmatamento, a degradação ambiental, a exploração ilegal de recursos naturais e as desigualdades sociais. No entanto, a região também possui um grande potencial para o desenvolvimento sustentável, com base na valorização da biodiversidade, na promoção de atividades econômicas de baixo impacto ambiental e no fortalecimento das comunidades locais.

Não pretendemos, a priori, adentrar nos itens acima apontados. Sinalizamos que, a partir dos fatos acima apontados, numa dimensão histórica social, enfatizar o processo de colonização na Amazônia começou a se intensificar durante o período

equivocamente¹ denominado de “ciclo da borracha”, no final do século XIX. Nesse período, a busca pelo látex impulsionou o deslocamento de pessoas para a Amazônia, incluindo a região do Alto Solimões.

No século XX, a exploração econômica da região continua com atividades intermitentes de extração do látex e com a exploração ilegal de madeira, a pesca e, mais recentemente, a coleta de castanha. A criação de municípios na região do Alto Solimões está ligada ao crescimento populacional e à organização das atividades extrativas pelos próprios castanheiros. Outros fatores, como os incentivos governamentais à “migração interna” do Nordeste para a Amazônia e dinâmicas demográficas locais, como famílias se deslocando para as vilas, concorrem para tanto. O fator demográfico muitas vezes implica em mudanças na organização do processo produtivo e na própria organização comunitária, incentivando as demandas locais por serviços públicos e obras de infraestrutura.

As pesquisas sobre a história econômica da região da Amazônia são diversos, principalmente com seu significativo crescimento durante o século XIX. Isso porque, de acordo com relatos de Santos (1932) a Amazônia no início:

Surge apenas como peça de pouca expressão na vasto império lusitano, ainda mal articulada ao conjunto da América portuguesa, e no final como uma elevada área de renda per capita em termos brasileiros, fonte poderosa de geração de divisas que beneficiam o país e além disso, conseguindo ampliar de vários milhões de hectares o patrimônio territorial sob posse da nação, por obra de um povoamento extremamente móvel e vigoroso (SANTOS, 1932. Pg.14).

Esses aspectos destacam a complexidade das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais na região amazônica, especialmente no contexto do Alto Solimões ao longo do século XX e sobretudo no início do século XXI. O equilíbrio entre

¹ De acordo com João Pacheco de Oliveira, a noção de ciclo econômico já está a um bom tempo ultrapassada, ainda que permaneça seu uso. O ciclo é generalizante, sintetizador, fechado em si mesmo. Estudar a região a partir desse modelo fechado faz com que não se dê conta de uma gama de relações sociais, de trabalho, de outros modos de produção que não o gomífero, mas paralelos e de certa forma a ele relacionados, pois além do produto rei, no topo da pauta de exportação, existem outros que demandam diferentes trabalhadores e formas de trabalho. Como consequência, esse modelo obscurece tipos sociais, mascara conflitos e realidades distintas, servindo satisfatoriamente como forma de explicação para os que formam o topo das relações de poder econômicas.

desenvolvimento e conservação florestal torna-se um desafio central para garantir um futuro sustentável para a região.

Um exemplo notável é a cidade de Tabatinga, que se tornou município em 1983. Sua localização estratégica na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru contribuiu para seu crescimento como um importante centro comercial na região. Outros municípios, como Benjamin Constant e Atalaia do Norte, também têm histórias que refletem a interação entre a população local, as atividades econômicas e a formação de organizações político-administrativas.

É fundamental analisar como as atividades tradicionais, tais como a coleta de ouriços e castanha, a agricultura de subsistência em roças e o beneficiamento da mandioca, moldaram a formação dos municípios do Alto Solimões nas últimas décadas. Adicionalmente, a pesquisa deve considerar os impactos das políticas governamentais, da preservação ambiental e das questões sociais sobre essas comunidades, buscando compreender como esses fatores interagem e influenciam as dinâmicas socioeconômicas locais. A região do Alto Solimões, que inclui o município de Amaturá, está localizada no estado do Amazonas e faz parte da vasta região amazônica. A história dessa área está intrinsecamente referida à ocupação histórica da Amazônia. A ocupação da região remonta aos tempos pré-coloniais, com povos indígenas sendo os primeiros habitantes. Durante o período colonial, a exploração da Amazônia esteve associada principalmente à coleta de especiarias e logo depois às empresas seringalistas dedicadas à extração do látex da seringueira. Essa atividade teve um impacto significativo na região, atraindo interesses e definindo o estabelecimento de vilas e povoados.

No século XX, houve um aumento na atenção para a região amazônica, incluindo o Alto Solimões, devido a iniciativas oficiais, classificadas como de desenvolvimento e exploração econômica. A criação de municípios muitas vezes está relacionada a fatores como as obras de infraestrutura, significativa expressão dos recursos naturais exploráveis

É relevante considerar a ação das políticas governamentais, tanto no plano estadual, quanto nacional, na formação e no desenvolvimento desses municípios. A criação de municípios muitas vezes reflete uma combinação de fatores históricos,

econômicos e sociais. Ao pesquisar sobre os municípios da região do Alto Solimões, faz-se relevante consultar documentos históricos, informações oficiais do governo e proceder a observação acerca do processo histórico. Isso permite uma compreensão mais aprofundada do contexto histórico e das dinâmicas que moldaram a formação desses municípios.

A região do Alto Solimões, é uma área marcada pelos rios que a cortam, especialmente o rio Solimões. A formação dos municípios nessa região está relacionada à ocupação e exploração da Amazônia ao longo do tempo. A história da ocupação da região remonta aos povos indígenas que habitavam a área antes da chegada dos europeus. A partir do século XVII, com a expansão das atividades coloniais na América, a região amazônica começou a ser explorada por colonizadores portugueses e espanhóis em busca de recursos naturais, como o látex da seringueira e outros produtos da floresta.

Durante o período de extração da borracha, que atingiu seu auge no final do século XIX e início do século XX, a região do Alto Solimões foi profundamente afetada. A busca por látex levou ao estabelecimento de empreendimentos seringalistas com força de trabalho indígena e à formação de unidades residenciais, denominadas de comunidades, ao longo dos rios, incluindo o Solimões.

Os municípios da região foram criados, muitas vezes, por questões geopolíticas ou em resposta ao aumento da população e ao crescimento de atividades econômicas específicas. O município de Amaturá, por exemplo, tem sua história ligada a esse processo de ocupação, considerando a importância da região na produção de castanha e outros produtos florestais, em especial o açaí, o buriti, banana, pupunha e tucumã.

A região do Alto Solimões é caracterizada por sua diversidade cultural e ambiental, centrada principalmente na bacia do rio Solimões. Os municípios da região, como Amaturá, são parte integrante dessa história. O processo de formação dos municípios na Amazônia muitas vezes está ligado à expansão da exploração econômica e aos movimentos migratórios. No caso do Alto Solimões, as comunidades

indígenas e ribeirinhas têm uma ligação profunda com a terra e os recursos naturais da região.

Ao longo do tempo, a exploração da borracha, notadamente no final do século XIX e início do século XX, foi um fator significativo para a ocupação da região. Alterou os registros demográficos e a distribuição espacial das denominadas comunidades.

Além disso, a exploração de outros produtos da floresta, como a castanha, tornou-se uma atividade essencial para as comunidades locais. A castanha, também conhecida como castanha do Brasil, é uma fonte de subsistência para muitas famílias na região do Alto Solimões, região na qual se destaca o município de Amaturá como maior produtor da amêndoa, com números que podem ultrapassar 500 toneladas por safra, tornando-se o principal produto natural comercializado no município.

A castanha é uma amêndoa usada como alimento, sendo consumida, principalmente, in natura ou desidratada. Dela, se extraem o leite e o óleo de castanha, usado também em fitocosméticos, podendo o resíduo dessa extração ser transformado em farinha para a fabricação de pães, biscoitos, sorvetes e outros produtos ou usado como fonte proteica em rações animais. Mas, além de alimento, a castanha é um dos principais produtos da diversidade amazônica, gerando renda para milhares de famílias envolvidas em toda a sua cadeia produtiva. Devido, principalmente, ao seu caráter nutricional como fonte de selênio e por ser rica em proteínas e vários minerais e vitaminas, essa castanha vem sendo cada vez mais valorizada na indústria alimentícia, e cosmética, movimentando um mercado mundial crescente de, aproximadamente, US\$ 450 milhões por ano (BRASIL, 2020).

Se tratando da microrregião do Alto Solimões até o ano de 1980 compreendia apenas 6 municípios, conforme o censo do IBGE daquele ano, eram eles: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença. Os outros três distritos que viriam a ser considerados municípios futuramente (Amaturá, Tabatinga e Tonantins) encontravam-se em processo de desvinculação dos municípios correspondentes a cada um deles.

A década de 1980, no cenário político, é marcada pela busca da interiorização da atividade econômica e social, levando em consideração que até aquele momento, havia uma grande concentração dos serviços apenas na cidade de Manaus. Sendo assim, as políticas públicas implementadas pelos governos estaduais que se sucederam voltaram parte da sua atenção para a “promoção do desenvolvimento ordenado e racional dos centros urbanos do Estado, buscando melhorar as condições de vida e reduzindo o isolamento socioeconômico das populações do interior” (PINHEIRO, 2008 p.90). Durante o governo José Lindoso (1979-1983), houve uma nova reorganização territorial do Estado (1983), pautada na integralização socioeconômica das comunidades que se desenvolviam ao redor da capital, além de melhorar a configuração dos eixos hidroviários e seus itinerários, melhorando, por consequência, a distribuição de recursos a essas localidades. Assim, foram acrescentados 27 novos municípios ao Estado do Amazonas, de acordo com o Decreto nº 6.158, de 25 de fevereiro de 1982.

Essa disposição e organização territorial do Amazonas foi a mais definitiva, não havendo em um período posterior a emancipação de tantos municípios. As medidas governamentais que sucederam ao decreto estadual nº 6.158 de 25 de fevereiro de 1982 apontaram para o mesmo objetivo de interiorização dos recursos econômicos, mas a partir da exploração de recursos naturais (florestais, minerais e pesqueiros). Foi o caso dos governos de Gilberto Mestrinho (1983-1987) e Amazonino Mendes (1988-1991). O de Amazonino Mendes, por exemplo, “procurou realizar políticas de fixação do homem no lugar, por meio do discurso político da melhoria da qualidade de vida e também, o desenvolvimento da industrialização no interior” (PARÉDIO, 2011 p. 65). Neste cenário, dos 27 municípios legalmente reconhecidos em 1983, três compuseram a microrregião do Alto Solimões, são eles: Amaturá, Tabatinga e Tonantins.

A coleta e a venda dos produtos florestais desempenham um papel significativo na economia local. Mais recentemente, os processos de demarcação de terras indígenas e a busca por práticas sustentáveis de uso da terra contribuíram para redefinir a dinâmica da região.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o estado do Amazonas possui 161 terras indígenas demarcadas. Ainda segundo dados da instituição, 573 terras indígenas oficialmente delimitadas pela Funai em 2022. Mas a maioria da população indígena (63%) vive fora das áreas oficialmente demarcadas. Dentre as 573 terras demarcadas, 501 são diretamente comparáveis com os resultados encontrados no Censo de 2010. Ou seja, entre a aplicação de um censo para o outro pouco mais de 70 terras indígenas receberam demarcação em todo território nacional.

Em pouco mais de uma década, a população que se considera indígena cresceu significativamente. O levantamento revelou um aumento de 89% em relação aos dados do Censo 2010, passando de 896.917 para 1.693.535 indivíduos. Hoje, este grupo corresponde a 0,83% da população total da nação (IBGE, 2022).

Os povos indígenas passaram a ser mapeados pelo IBGE em 1991, por meio da possibilidade de auto declaração no quesito “cor ou raça”. A partir do Censo de 2022, o IBGE ampliou a metodologia, contando com a participação das próprias lideranças das comunidades no processo de coleta de dados e passou considerar também outras localidades indígenas além daquelas situadas em terras oficialmente demarcadas.

O levantamento também apresentou outras novidades. Dentre os 5.570 municípios do país, 4.832 (86,8%) têm moradores indígenas. Aliás, a maioria da população que se identificou como indígena (63%) vive fora das 573 terras oficialmente demarcadas pela Funai. Nada menos do que 42,51% residem em dois estados apenas, Amazonas (490,9 mil) e Bahia (229,1 mil). Nos municípios da Amazônia Legal, foram contados 867.919 indivíduos, ou 51,25% do total. A localidade que abriga a maior população indígena do país é a Terra Indígena Yanomami (AM/RR), com 27.152 indivíduos, sendo seguida de perto pela Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), com 26.176 indivíduos (IBGE, 2022).

O reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades indígenas e a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável são aspectos significativos na história contemporânea da região.

1.3 FATORES HISTÓRICOS INFLUENCIARAM O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES.

A presença de missões religiosas na região teve um papel significativo no estabelecimento de comunidades e organização social. Padres e missões muitas vezes foram os primeiros a interagir com as populações locais, concorrendo para a formação de assentamentos, também designados “missões”.

Fronteira Internacional: A proximidade com países vizinhos, como Peru e Colômbia, influencia as dinâmicas locais, com um sistema de fiscalização por parte do estado quase que insuficiente, torna-se fácil o acesso aos países, principalmente tendo como principal via de transporte e locomoção os rios da região.

A região do Alto Solimões teve uma importância estratégica na definição de fronteiras e relações diplomáticas, o que pode ter impactado o desenvolvimento de comunidades próximas às fronteiras. A demarcação de terras indígenas e a proteção dos modos de vida tradicionais tiveram impactos na configuração do espaço urbano.

Esses fatores históricos contribuíram para o surgimento dos municípios. É importante ressaltar que a história específica de cada município pode variar, e a compreensão completa requer uma análise mais específica das situações locais.

1.4 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMATURÁ

Em 1990, após a nova Constituição Federal de 1988, a Assembleia Legislativa do Amazonas promulgou uma nova constituição estadual, determinando, no artigo 12, o número de 87 municípios. Pela Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN de nº 479.4.DF, em 1996, o Superior Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de municípios “excedentes”, sob o argumento de que a Constituição Federal estabelecia a obrigatoriedade de realização de plebiscito para a criação de municípios no Brasil. A medida definiu que 62 era o número de municípios, incluindo Manaus, a capital, por já existirem antes de 1988 – número que vigora até o momento atual (DUTRA; PEREIRA, 2018).

A história da formação de Amaturá enquanto cidade deve ser observada a partir de três grandes dimensões: a territorial, a política e a religiosa; esses três aspectos, em tempos históricos diferentes (e a partir de determinado momento, coexistindo), foram os grandes fios que nortearam a construção física, legal e simbólica do que hoje corresponde a Amaturá (DIAS, 2020)

Para uma abordagem da dimensão territorial de Amaturá terá como aporte os estudos de Stradelli (2009), que tomou nota do território que hoje compõe Amaturá em suas viagens pela Amazônia em meados do fim do século XIX, período em que a presença religiosa na região ainda era tímida se comparada às décadas que se sucederam.

Os estudos de Stradelli proporcionam uma visão histórica e geográfica do território de Amaturá, permitindo uma compreensão mais profunda das condições e características da área naquela época. Ao explorar as anotações de Stradelli, é possível identificar padrões de assentamento, recursos naturais, relações sociais e outros elementos que compõem a dimensão territorial. É importante considerar como as mudanças ao longo do tempo afetaram o território de Amaturá, especialmente no que diz respeito à evolução da presença religiosa na região. O fato de que a presença religiosa era tímida no final do século XIX indica que a paisagem cultural e social pode ter experimentado transformações significativas desde então. Além disso, a análise da dimensão territorial pode incluir aspectos como a influência de fatores ambientais, a ocupação humana ao longo do tempo, a utilização de recursos naturais e a interação entre diferentes comunidades. A comparação entre o passado documentado e a situação contemporânea permite uma compreensão mais abrangente das dinâmicas territoriais.

No que diz respeito à história política, Amaturá sofreu a partir da segunda metade do século XX, muitas mudanças de *status* por conta de sua baixa população e inconstante autossuficiência social e econômica. Até ser emancipada em 1981, a cidade era um distrito pertencente no plano político-administrativo à São Paulo de Olivença. No que diz respeito à emancipação política do município devemos estar cientes de que o fator religioso contribui de forma significativa para tal, a partir da ideia de independência religiosa, que leva em consideração não apenas os níveis

simbólicos da religiosidade, mas também os físicos como igrejas, escolas e casas paroquiais, construídas em Amaturá. Essa dimensão física que começou a compor o espaço urbano de Amaturá, ocasionou um grande êxodo de famílias para a então vila, o que fez aumentar a população e consequentemente, a demanda de recursos e medidas governamentais no que diz respeito à organização política e social da localidade (DIAS, 2020)

Amaturá desde seus primórdios foi um espaço dito como muito religioso, com predominância da religião católica. Podemos destacar a festa dos padroeiros da cidade que ocorre no mês de julho de todos os anos. No município, este ato é considerado como identidade dos moradores.

Mesmo com o passar dos anos e a chegada de outras denominações religiosas (protestantes), a população cultiva um profundo respeito de admiração por essa festividade. A respeito dessa devoção com influência até mesmo na parte territorial do município, (Dias 2020) Dias relata em sua pesquisa que:

Supõe-se, então, que as disputas territoriais tenham sido a motivação para o conflito que envolveu a *família São Cristóvão*; o fato é que, temendo pela vida de seus filhos e de si mesmos, os pais fugiram para o mais longe possível, para terem segurança. Assim, a família subiu o rio em uma canoa procurando um lugar para se abrigar, com alguns poucos objetos como bagagem e a imagem de São Cristóvão, até porque nada melhor do que portar o protetor dos viajantes em uma fuga (que não deixa de ser uma viagem). Depois de algum tempo de fuga, a família começou a não mais ver os perseguidores e a partir daí a procura era de um lugar escondido e que não tivesse fácil visualização do rio dos que vinham atrás deles. Avistaram um igarapé “protegido” por uma enseada e para lá foram até que não se pôde mais ver o rio Solimões. A localização do abrigo da família é hoje onde se situa a cidade de Amaturá. (dias, 2020. Pg.23)

1.5 EMANCIPAÇÃO DE AMATURÁ

O território que corresponde à cidade de São Paulo de Olivença foi rota recorrente de grandes navegações entre os séculos XVII e XVIII, e teve sua missão fundada por Samuel Fritz em 1689, a serviço da Companhia de Jesus. Em 31 de Maio de 1882, São Paulo dos Cambebas passou a se chamar São Paulo de Olivença e foi elevada a vila. Este marco histórico é reconhecido como a emancipação da cidade, que até então figurava como um distrito de Tefé. À cidade de São Paulo de Olivença,

foi incluída a administração da vila de Amaturá, em 1910, por ordem da Diocese do Alto Solimões, à época conhecida como Prefeitura Apostólica; tal decisão foi tomada dada à realidade fronteiriça que caracterizava as duas localidades.

O ordenamento territorial do Amazonas sofreu grandes mudanças ao longo do século XX, devido ao declínio econômico da borracha e a uma proposta de interiorização da economia pelos governos estaduais. Esse processo de inserção do interior na economia do Estado passava pela independência política das cidades, uma vez que muitas localidades eram distritos de cidades com maior população e poder econômico, como o caso de Amaturá em relação à São Paulo de Olivença.

Amaturá, por sua vez, iniciou seu processo de consolidação urbana a partir do momento em que as missões dos capuchinhos franciscanos estabeleceram um papel de desenvolvimento social, econômico e cultural na cidade, a partir da década de 1920. Disso, desenvolveu-se as construções das casas dos aldeados e uma migração cada vez mais recorrente à localidade, impulsionada pela tradição religiosa que popularizava o lugar, identificado nos festejos patronais de São Cristóvão e Nossa Senhora do Carmo, instituído pelos missionários em meados de 1950 (DIAS, 2020).

Aliado a isso, a agricultura na vila avançava à medida que a população crescia, formando uma rede que compõem o imaginário urbano de uma cidade.

Ainda assim, Amaturá seguiu sendo um distrito de São Paulo de Olivença, pois não era contemplada com a emancipação política, processo que ocorreu com muita frequência no século XX no Amazonas, como já visto. O objetivo que se buscava com a emancipação era o de regulamentar serviços públicos, como saneamento básico, saúde, educação, asfaltamento, distribuição de energia elétrica, e conseqüentemente, dar o direito ao indivíduo de exercer sua cidadania através do voto enquanto cidadão amaturaense, pois os eleitores dos distritos pertencentes a São Paulo de Olivença votavam na sede do município.

Na década de 1980 foram instituídos diversos decretos de ordenamento territorial no Estado do Amazonas, principalmente no interior. Em 10 de dezembro de 1981, por meio da Emenda Constituição 12, “foram instituídas amplas reformas nas regras de nomeação, eleição, posse, investidura e gestão municipal no Amazonas” (DUTRA, 2018 p. 61). Iniciou-se o processo de desmembramento de Amaturá

enquanto distrito de São Paulo de Olivença; mas apenas em 1983 o processo foi efetivado pelo Estado, quando oficialmente Amaturá foi elevada à categoria de município. Ainda assim, a prefeitura do município considera 30 de março de 1981, data em que a documentação que regulamentava o processo de emancipação política de Amaturá foi aprovada e passada a diante, como o aniversário da cidade.

1.6 O EXTRATIVISMO COMO HERANÇA E IDENTIDADE

A partir de uma perspectiva autobiográfica, profundamente enraizada no contexto do extrativismo, que marca minha família há quatro gerações, delineio as fronteiras e desafios de uma análise crítica sobre o tema. A vivência direta dessa realidade, embora forneça uma riqueza de dados empíricos, também impõe limites à objetividade analítica, uma vez que minhas experiências pessoais se entrelaçam intrinsecamente com os processos e valores associados ao extrativismo. Com isso, me compete também uma descrição e um exercer um olhar retrospectivo desde minha saída geográfica do âmbito da esfera familiar para cursar uma faculdade. Refiro-me à minha saída da cidade natal e conseqüentemente de uma participação direta na Associação, apontando os problemas e de como ela se transformou, no decorrer do tempo e até meu retorno, com propósito de destacar a persistência das atividades extrativistas em torno da APROCAM, procurando sanar os desafios e buscando melhorias para as unidades sociais designadas como comunidade, tal como veremos adiante.

Nascido em uma família com raízes na agricultura, herdei de minha mãe, uma agricultora incansável, a paixão pela terra. Nossa jornada em direção à produção de castanha teve início na década de 2000, quando nos mudamos para a cidade de Amaturá, Amazonas. Ao chegarmos à região, herdamos uma extensa área de terra, abundante em biodiversidade, que abrigava, desconhecida por nós, um vasto castanhal. A experiência de explorar essa nova realidade, de descobrir o potencial da terra que havíamos herdado, foi transformadora. A partir desse momento, dedicamo-nos a aprender as técnicas de coleta da castanha, integrando uma associação de extrativistas locais e aprofundando nossos conhecimentos sobre essa atividade, que se tornaria fundamental para a nossa subsistência e para a nossa identidade.

A coleta de castanha, atividade exercida por gerações em minha família, representa uma marcante tradição cultural e econômica. A busca por conciliar os saberes ancestrais com as demandas do mercado contemporâneo tem norteado minhas práticas extrativistas. A adoção de técnicas de coleta que respeitam o ciclo natural das castanheiras e a utilização de ferramentas adequadas demonstram o compromisso com a sustentabilidade e com a preservação da floresta. Essa atividade, além de garantir a subsistência de muitas famílias, contribui para a valorização da biodiversidade amazônica.

A busca constante para que o trabalho lado a lado com as comunidades locais, valorizando o conhecimento tradicional e assegurando o benefício coletivo. Minha jornada como extrativista de castanha é guiada pela busca constante de inovação e respeito. Incorporei novas práticas ao meu trabalho, sempre visando um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

Como extrativista de castanha, sinto um profundo senso de pertencimento à floresta amazônica e à tradição de coleta de castanhas. Acredito firmemente que, por meio da pesquisa e da prática sustentável, podemos transformar essa atividade em uma fonte, não só de renda, mas também de identidade cultural.

Isto acaba por refletir numa tentativa de observar as transformações sociais ocorridas na atividade extrativa da castanha, demonstrando formas associativas no controle e beneficiamento da produção, contrapondo-se a uma certa ilusão de continuidade ou a uma jornada única baseada nas grandes empresas de extração castanheira.

A desconexão cultural e emocional vivenciada por indivíduos que migram do campo para a cidade pode ser superada através da construção de pontes entre o mundo acadêmico e as comunidades rurais. Ao ingressar no ensino superior, esses indivíduos têm a oportunidade de desenvolver um olhar crítico sobre as desigualdades sociais e as questões ambientais que afetam as áreas rurais. A pesquisa acadêmica, nesse sentido, pode ser um instrumento fundamental para a produção de conhecimento relevante para essas comunidades, contribuindo para a promoção de políticas públicas mais adequadas e para o fortalecimento das identidades locais.

A distância daquela rotina, em especial da prática de trabalhos regulares na floresta com a lida na coleta de castanha e mesmo nos afazeres administrativos da associação, a princípio, causa uma enorme estranheza, instigando-me a novas adaptações e aprimoramentos face àquela nova situação social. Esses esforços objetivam nesses tipos de experiência o apoio técnico necessário para dar continuidade ao propósito de uma maior autonomia para as famílias extrativista da castanha. No momento de deslocamento espacial tornam-se necessárias tais adaptações à nova situação social, buscando compreender as diferentes realidades e levando em consideração as especificidades de cada uma, não esquecendo os motivos que me levaram até a universidade, buscando aperfeiçoar as compreensões sobre o outro que historicamente foi colocado numa posição superior em termos econômicos e sociais.

Face a esta situação me deparei com a necessidade de produzir resultados satisfatórios no que tange a um retorno para família de origem, pois, direta ou indiretamente pessoas colocaram expectativas de que indo em busca de aperfeiçoamento no mundo acadêmico poderia melhorar, mesmo que minimamente, as condições de vida e de trabalho daqueles com os quais mantenho relações de afetividade, em especial os coletores de castanha.

A imersão no ambiente acadêmico proporcionou uma nova perspectiva sobre os desafios enfrentados pela associação. A pesquisa científica revelou a existência de um vasto campo de possibilidades para a diversificação das atividades e o fortalecimento da organização. A partir dos conhecimentos adquiridos, torna-se possível identificar oportunidades de financiamento e desenvolver projetos que promovam a cultura local, gerem renda e contribuam para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Lições continuadas de maneiras de relacionar com o Estado e com instancias de poder que dele decorrem. Cada uma delas tem moldado a minha jornada e aquela de outros jovens como eu que trilham o mesmo caminho. Elas ao permitirem acesso a outros instrumentos de gestão de recursos naturais e de captação de recursos, contribuindo para o crescimento pessoal e profissional. Saber enfrentar as dificuldades com sensatez e superá-las de modo apropriado nos mostra como o grau

de resistência e determinação frente a interesses estranhos à vida comunitária são importantes ao longo deste percurso social.

A associação de extrativistas de castanha, têm suas raízes na necessidade de organização coletiva para enfrentar as adversidades do mercado e garantir melhores condições de trabalho e de vida. Desde os tempos coloniais, o extrativismo de castanha tem sido uma atividade crucial para a subsistência de muitas comunidades amazônicas. No entanto, a formação oficial de associações extrativistas só ganhou impulso nas últimas décadas, impulsionada por políticas públicas e iniciativas não-governamentais voltadas para o desenvolvimento e a valorização dos povos.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas associações de extrativistas de castanha é a instabilidade econômica. A flutuação dos preços da castanha no mercado global pode afetar drasticamente a renda dos coletores. Além disso, a falta de infraestrutura adequada para o armazenamento e o transporte do produto até os mercados consumidores eleva os custos operacionais e reduz a competitividade dos extrativistas. Vale destacar que a economia do extrativismo é frequentemente marginalizada, com pouco apoio governamental para o desenvolvimento de cadeias produtivas que possam agregar valor aos produtos florestais (CASTRO, 2000).

Além das dificuldades econômicas, as associações de extrativistas de castanha enfrentam barreiras sociais e culturais significativas. A marginalização histórica dos extrativistas e a falta de reconhecimento de suas contribuições para a conservação ambiental e a economia local perpetuam um ciclo de exclusão. Outra questão é que os extrativistas muitas vezes são vistos como trabalhadores informais, sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, o que agrava sua vulnerabilidade social (COSTA, 2005).

As associações também enfrentam impasses políticos e institucionais. A burocracia e a falta de clareza nas políticas públicas voltadas para o extrativismo dificultam o acesso a financiamentos e incentivos. A criação e a manutenção de reservas extrativistas, por exemplo, embora sejam uma conquista importante, frequentemente esbarram em conflitos de interesse com grandes projetos de infraestrutura e agronegócio. Anderson (1990) discute como as políticas de conservação precisam ser complementadas por ações que promovam a justiça social

e o desenvolvimento econômico para serem verdadeiramente eficazes (ANDERSON, 1990).

A busca pelo reconhecimento do extrativista e coletor de castanha perante a sociedade é uma luta constante. As associações têm trabalhado incansavelmente para promover a valorização de seu trabalho e a importância da conservação dos recursos naturais. Susanna Hecht e Alexander Cockburn (2010) argumentam que a visibilidade das práticas extrativistas é essencial para criar uma narrativa positiva em torno do papel dos extrativistas na proteção da Amazônia (HECHT & COCKBURN, 2010).

Diversas iniciativas têm sido implementadas para capacitar e empoderar os extrativistas. Programas de formação e capacitação técnica buscam melhorar as práticas de manejo e agregar valor aos produtos, como a produção de óleos e farinhas de castanha. Essas iniciativas são fundamentais para fortalecer a autonomia das associações e garantir a sustentabilidade de suas atividades.

Apesar das dificuldades, as associações de extrativistas de castanha continuam a desempenhar um papel vital na conservação da Amazônia e na promoção do desenvolvimento sustentável. O fortalecimento dessas associações e a criação de redes de apoio são essenciais para enfrentar os desafios econômicos, sociais e políticos. O reconhecimento dos direitos dos extrativistas e a valorização de seus conhecimentos tradicionais são passos fundamentais para assegurar a continuidade do extrativismo na região.

A Associação dos Produtores e Beneficiadores de Castanha do município de Amaturá, também designada pela sigla “APROCAM” reúne extrativistas de castanha do Brasil, entre eles indígenas, ribeirinhos e moradores da sede municipal. Trata-se de uma pessoa jurídica de direito privado por tempo indeterminado, sem fins lucrativos com sede neste município.

A mesma possui registrado em seu estatuto os seguintes objetivos enquanto modalidade de funcionamento e operacionalização:

- Promover a integração do cidadão ao mercado de trabalho;
- Promoção gratuita da educação e da saúde rural;

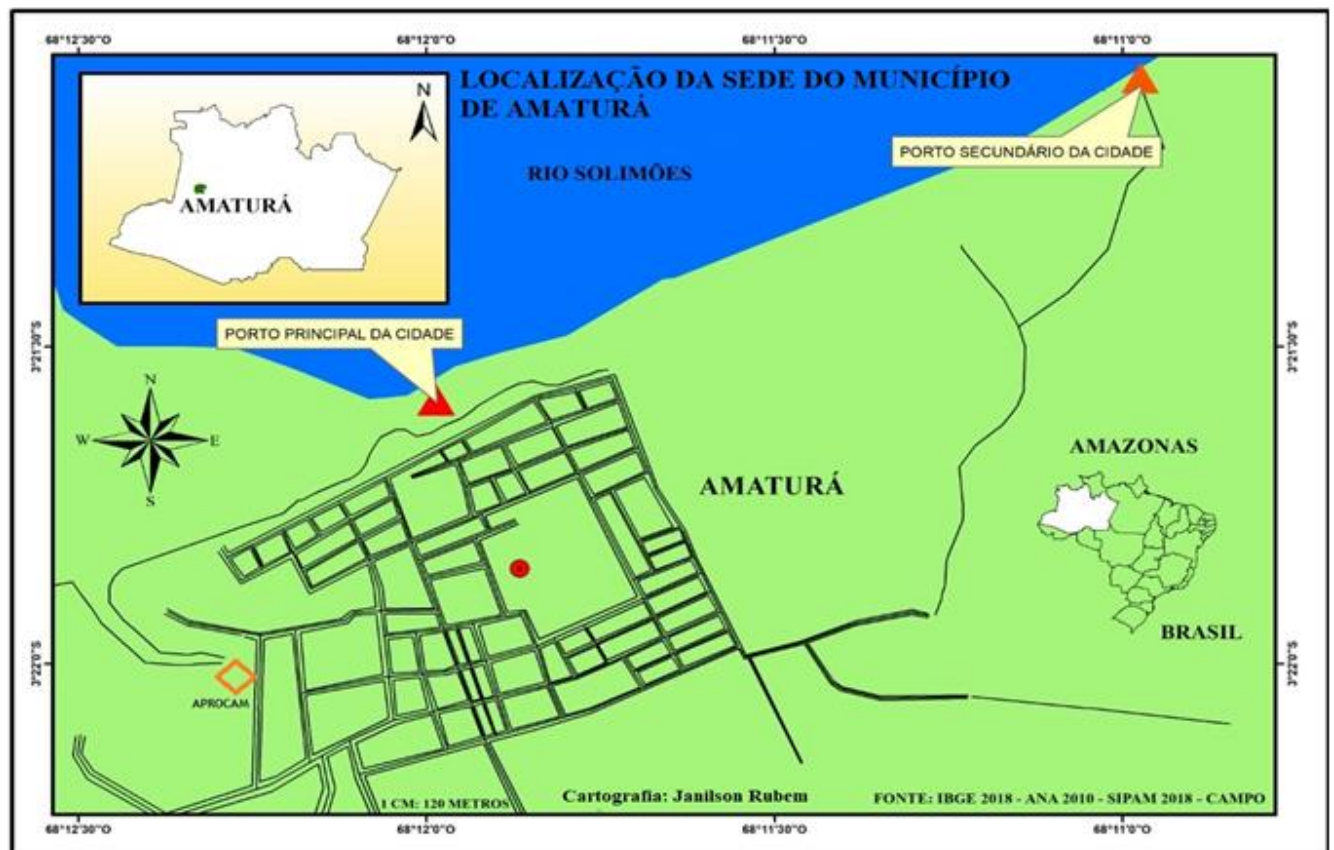
- Comoção de segurança alimentar e combate à pobreza;
- Promoção de atividades desportivas e lazer;
- Promoção de atividades de pesquisa estudos e ações de qualificação e requalificação profissional;
- Promover a defesa, proteção e conservação do meio ambiente;
- Promover ações de produção extrativistas;
- Beneficiamento e comercialização da produção agroextrativista de
- Valorização do produto, independente das variações externas de mercado

Atualmente a usina conta em suas dependências externas uma ampla área na qual estão localizados os tablados para secagem da castanha, uma caldeira para fornecimento de vapor e com uma estrutura física divididas entre sala de produção (local de quebra manual das amêndoas), sala de classificação e de embalagem, sala contendo a estufa (para desidratação das amêndoas), área de autoclave, que é o local no qual as amêndoas in natura são submetidas a altas temperaturas por meio do vapor emitido pela caldeira, possui um depósito e duas salas de escritórios, além dos vestiários e banheiros.

A APROCAM, ao optar pelo beneficiamento manual de suas amêndoas, gera cerca de 50 empregos diretos para seus associados durante os períodos de operação, fortalecendo a associação e promovendo o desenvolvimento local. Dessa forma, a implementação de rigorosos controles de qualidade, como a utilização de equipamentos de proteção individual, a higienização constante das áreas de trabalho e a realização de análises microbiológicas periódicas, se torna fundamental para garantir a segurança alimentar e a competitividade do produto no mercado. Além disso, a adoção de práticas sustentáveis, como a utilização de energia solar e a compostagem dos resíduos orgânicos, demonstra o compromisso da associação com a preservação do meio ambiente.

O mapa apresentado a seguir, mostra a localização da usina de beneficiamento na área urbana da cidade, na época de sua criação, a mesma encontrava-se em uma região afastada, fato que mudou com o passar dos anos com o crescimento populacional.

Mapa de localização da usina no perímetro urbano de Amaturá



Com isso ao conhecer e estudar Associação dos extrativistas de castanha de Amaturá, considerei importante discutir com eles a formação histórica dos grupos que levaram a criação, que hoje conta com 81 sócios.

Esses grupos estão divididos nas 41 comunidades ribeirinhas e aldeias. Conforme a tabela a seguir.

COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE AMATURÁ/AMAZONAS					
ITEM	NOME	LOCALIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO	LAT/LONG	
LADO DE CIMA DO RIO SOLIMÕES EM RELAÇÃO A SEDE MUNICIPAL					Etnia
1	Maraitá I	Rio Solimões	Indígena	W L	Ticuna
2	Maraitá II	Rio Solimões	Indígena	W L	Ticuna
3	Palmeira do Norte	Rio Solimões	Indígena	W L	Ticuna
4	Caturiá I	Rio Solimões	Indígena	W L	Kambeba
5	Caturiá II	Rio Solimões	Indígena	W L	Kambeba
6	Caturiá II	Rio Solimões	Indígena	W L	Kambeba
7	Santa Luzia	Rio Solimões	Indígena	W L	Ticuna

8	Umarirana	Rio Solimões	Indígena	W L	Ticuna
9	São Raimundo	Rio Solimões	Indígena	W L	Witoto
10	Bom Sossego	Rio Solimões	Indígena	W L	Ticuna
11	São João	Rio Solimões	Indígena	W L	Ticuna
12	São Sebastião	Rio Solimões	Indígena	W L	Ticuna
13	Nitéroi	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
14	Nova Esperança (Maepu)	Rio Solimões	Indígena	W L	Ticuna
15	São Pedro (Eureca)	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
16	Nova Vila Jesuânia	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
17	Nossa Senhora Aparecida	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
18	São José	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
19	Guarani	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
20	Igarapé do Mocego	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
21	Ceilão	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
22	São Francisco do Canimarí	Rio Solimões	Indígena	W L	Ticuna
23	Curva Brilhante	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
LADO DE BAIXO DO RIO SOLIMÕES EM RELAÇÃO A SEDE MUNICIPAL					—
24	São José das Candeias	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
25	Vila benevides	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
26	Mira Flor	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
27	Deus Proverá	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
28	Colônia	Rio Solimões	Indígena	W L	witoto
29	São Pedro (Novo Bahia)	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
30	São Domingo	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
31	Porto Caldas	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
32	Porto Gama	Rio Solimões	Ribeirinha	W L	—
33	Patiá	Rio Solimões	Indígena	W L	ticuna
IGARAPÉ ACURUY					
34	Cordeiro de Deus	Igarapé Acuruy	Indígena/Ticuna	W L	ticuna
35	Tambaqui	Igarapé Acuruy	Indígena/Ticuna	W L	ticuna
36	Nova Alegria	Igarapé Acuruy	Indígena/Ticuna	W L	ticuna
37	Canimarú	Igarapé Acuruy	Indígena/Ticuna	W L	ticuna
38	Bom Pastor	Igarapé Acuruy	Indígena/Ticuna	W L	ticuna
39	Nova Itália	Igarapé Acuruy	Indígena/Ticuna	W L	ticuna
40	Santo Inácio	Igarapé Acuruy	Indígena/Ticuna	W L	ticuna
41	Nova Galiléia	Igarapé Acuruy	Indígena/Ticuna	W L	ticuna

Fonte: Coordenadoria de defesa civil de Amaturá

A Associação de Extrativistas de Castanha da região de Amaturá exerce uma função vital na vida das comunidades locais, articulando-se como uma rede de comunicação participativa entre os extrativistas. Fundada com o propósito de unir e

fortalecer os extrativistas, a associação se estabeleceu como o principal ponto de convergência da região, promovendo a coesão entre as comunidades de Amaturá e também alcançando municípios vizinhos. Através dessa rede própria, que respeita os saberes tradicionais e as especificidades culturais locais, a associação integra um diversificado espectro de produtores, facilitando o compartilhamento de experiências, conhecimentos e soluções para os desafios do extrativismo.

Do ponto de vista dos associados, a criação da Associação de Beneficiamento de Castanha em Amaturá representou um marco crucial na valorização do produto que é abundante na região e na preservação da cultura local. A formação da associação não foi apenas uma resposta às necessidades econômicas, mas também um movimento para fortalecer e valorizar a identidade cultural das comunidades extrativistas.

Antes da criação da associação, muitos extrativistas enfrentavam desafios significativos na comercialização de suas castanhas. A falta de organização e infraestrutura resultava em preços baixos e instabilidade no mercado. A criação da associação foi vista como uma solução para esses problemas, permitindo que os extrativistas se unissem e fortalecessem sua posição no mercado. Com a associação, os extrativistas puderam compartilhar conhecimentos e técnicas, aprimorando as práticas de coleta e beneficiamento.

A criação da associação também foi impulsionada pela necessidade de preservar as tradições culturais das comunidades extrativistas. As práticas de coleta de castanhas são passadas de geração em geração, incorporando um profundo respeito pela natureza e um conhecimento detalhado dos ciclos naturais da floresta. A associação serve como guardiã desse patrimônio cultural, garantindo que os métodos tradicionais sejam mantidos e valorizados.

As associações de extrativistas desempenham um papel fundamental na construção do capital social, ao promover a interação e a cooperação entre seus membros. Ao facilitar a troca de conhecimentos e experiências, essas entidades contribuem para o fortalecimento das redes sociais e para a criação de um ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento local. A participação em eventos e atividades organizadas pela associação permite aos extrativistas construir laços de

confiança e solidariedade, consolidando a identidade coletiva e fortalecendo a capacidade de ação da comunidade.

Conforme afirma a senhora **Dulcineia Andrade Franco**, em um relato de experiência, que, juntamente com demais extrativistas deram início a proposta de criação da Associação:

A história da fundação da Associação dos Produtores e Beneficiadores de Castanha de Amaturá é um exemplo claro de determinação e coletividade. Dulcineia Andrade, uma das protagonistas desse processo, compartilha como a ideia de criar a associação surgiu no início dos anos 2000, quando a produção de castanha no município era uma atividade essencial, mas extremamente informal. Naquela época, as castanhas eram coletadas de forma artesanal e vendidas a atravessadores por preços muito baixos. Esses atravessadores, por sua vez, levavam o produto para ser beneficiado e comercializado em grandes cidades como Manaus, lucrando bem mais, enquanto os produtores locais ficavam com uma parte mínima do valor real.

Dulcineia relembra que, diante dessa situação, surgiu a necessidade de mudar a realidade enfrentada pela comunidade. A ideia de criar uma associação nasceu como uma forma de organização coletiva para buscar melhores preços e garantir condições dignas para as famílias envolvidas na coleta. Em uma reunião, os produtores discutiram as dificuldades e decidiram que era hora de agir. A criação da associação foi um passo essencial para fortalecer a comunidade, preservar as castanheiras e valorizar o trabalho dos extrativistas.

A jornada para estabelecer a associação, no entanto, não foi fácil. Amaturá, por ser uma localidade distante, enfrentava dificuldades logísticas, especialmente durante a estação chuvosa. Além disso, a escassez de mão de obra qualificada dificultou o processo. Dulcineia e outros membros da comunidade tiveram que aprender na prática sobre administração, contabilidade e as leis que regem associações. Eles também precisaram de um local para construir a usina de beneficiamento, um esforço que contou com a ajuda fundamental do Sr. Ivo dos Santos, um grande incentivador da iniciativa, que os apoiou até a sua morte.

Com poucos recursos financeiros disponíveis, a comunidade utilizou toda sua força de vontade e criatividade para arrecadar fundos. Organizaram eventos comunitários e buscaram ajuda com parentes, investindo cada centavo na estrutura inicial da associação. Eventualmente, também conseguiram apoio governamental e financiamentos que ajudaram a consolidar o projeto.

Dulcineia destaca que a motivação para continuar sempre foi a valorização do trabalho dos extrativistas e a certeza de que o produto local era de alta qualidade. A união entre os membros da comunidade e o apoio externos foram essenciais para manter o projeto em andamento, inclusive fornecendo orientações e pequenos financiamentos. A preocupação com a preservação da floresta amazônica também foi um fator central para a continuidade das atividades da associação, demonstrando que era possível viver da floresta de forma equilibrada.

Hoje, a Associação dos Produtores e Beneficiadores de Castanha de Amaturá é uma entidade consolidada e respeitada. Com uma fábrica de beneficiamento equipada e parcerias que valorizam a produção local, a associação conseguiu melhorar os preços pagos aos produtores. Apesar dos desafios enfrentados, como a pandemia e as variações no mercado de castanha, Dulcineia e seus colegas permanecem resilientes, buscando novas formas de manter e fortalecer a associação.

Além da produção de castanha, a associação, em parceria com órgãos locais como o IDAM e a Secretaria de Produção, investe na capacitação dos associados. Cursos e oficinas são oferecidos, fortalecendo a comunidade e proporcionando oportunidades para os jovens que, anteriormente, buscavam deixar Amaturá em busca de emprego. Agora, eles veem um futuro na própria terra, continuando o trabalho iniciado por Dulcineia e outros pioneiros.

Dulcineia deixa uma mensagem de perseverança e união para outras comunidades que enfrentam desafios semelhantes. Ela reforça que, mesmo em locais distantes e com poucos recursos, é possível transformar realidades através do trabalho coletivo e da valorização do conhecimento local. A história da associação é prova de que, com determinação, é possível preservar a floresta amazônica e garantir uma vida digna para quem nela vive e trabalha.

A trajetória de Dulcineia Andrade e da Associação dos extrativistas e Beneficiadores de Castanha de Amaturá revela uma história poderosa de resiliência e coletividade, destacando o impacto transformador que uma organização comunitária pode ter em contextos rurais e isolados. Esse relato é um testemunho da força do trabalho coletivo e da importância do empoderamento local, elementos fundamentais para a sustentabilidade de comunidades extrativistas. Inicialmente, observa-se o contraste entre a realidade inicial dos extrativistas e o cenário de dignidade e reconhecimento que a associação ajudou a construir. No início, os extrativistas eram praticamente invisíveis na cadeia produtiva, submetidos à exploração dos atravessadores e recebendo valores que pouco refletiam o valor real de seu trabalho. A informalidade dos primeiros anos evidenciava o ciclo de dependência e vulnerabilidade dos extrativistas, que ficavam à mercê de intermediários. A associação, portanto, surge como uma resposta organizada à exploração, possibilitando uma estrutura de defesa para os extrativistas e uma oportunidade de valorização do produto local.

A formação da associação foi impulsionada por um desejo comum: criar uma nova realidade onde os extrativistas tivessem mais autonomia e reconhecimento. Isso reflete uma percepção coletiva de que a união é um caminho eficaz para enfrentar dificuldades compartilhadas. A decisão de se organizar formalmente representa um marco de conscientização: os extrativistas não apenas reconhecem suas limitações, mas também a força e o potencial que possuem ao se unirem.

A luta de Dulcineia e dos outros pioneiros para estabelecer a associação evidencia também a importância da educação e da capacitação para a gestão comunitária. Amaturá, sendo uma área remota, impõe desafios adicionais, como a distância dos centros urbanos e a falta de mão de obra especializada, desafios esses que não desmotivaram Dulcineia. O processo de aprendizado, na prática, sobre administração, contabilidade e leis específicas é um exemplo de como o conhecimento local, aliado ao esforço de capacitação, pode alavancar a sustentabilidade de um projeto comunitário. Esse aprendizado fortalece a própria associação, tornando-a não só um local de produção, mas também um centro de difusão de conhecimento e capacitação para os associados. Outro aspecto essencial

levantado por Dulcineia é a preocupação com a preservação da floresta amazônica. A associação, ao fomentar práticas sustentáveis, reafirma que é possível uma coexistência equilibrada entre economia e ecologia. O extrativismo da castanha se alinha à conservação ambiental, demonstrando que o desenvolvimento econômico pode ocorrer sem destruir a floresta. Este aspecto é central não apenas para a sustentabilidade da associação, mas também para a preservação de toda a cultura e tradição dos povos que habitam e protegem a floresta.

A resiliência demonstrada pela associação ao longo dos anos, enfrentando crises como a pandemia e a flutuação no mercado de castanha, reflete a maturidade que conquistaram como organização. Mais do que superar adversidades, Dulcineia e seus colegas consolidaram uma base sólida para o futuro, inspirando novas gerações. A parceria com instituições locais e o investimento em capacitação representam uma abertura de caminhos para a juventude de Amaturá, que agora enxerga a possibilidade de desenvolver suas vidas na própria comunidade.

A mensagem final de Dulcineia, que destaca a força do conhecimento local e da união, é profundamente inspiradora. Ela reforça que, mesmo em regiões com poucos recursos e acesso limitado, é possível criar um futuro promissor através da determinação e da valorização da sabedoria comunitária. Sua história exemplifica como iniciativas locais podem se tornar grandes modelos de transformação social, especialmente quando ancoradas em valores de preservação e dignidade para todos. Em essência, a história da associação é um lembrete poderoso de que, mesmo nos cantos mais remotos, a vontade de transformar a realidade.

Durante as observações feitas nas dinâmicas de trabalho dos coletores de castanha, emergiram diversas dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores. Uma das questões mais recorrentes e preocupantes é o declínio constante do preço da lata (20 litros) de castanha. Ao longo dos anos, os coletores têm percebido uma redução significativa no valor pago pelo produto, o que tem impactado severamente a sustentabilidade econômica de suas atividades.

As oscilações do mercado global da castanha-do-Brasil são um reflexo da complexidade da cadeia produtiva e da fragilidade dos pequenos produtores. Para

garantir a sustentabilidade da atividade extrativista e a melhoria das condições de vida dos coletores, é necessário adotar um conjunto de medidas que promovam a organização dos produtores, o desenvolvimento de cadeias produtivas mais justas e a implementação de políticas públicas que garantam a remuneração adequada pelo trabalho realizado.

O processo de coleta de castanhas é extremamente laborioso e envolve vários passos que demandam esforço físico e tempo. Primeiramente, os coletores devem adentrar na floresta densa para localizar os ouriços de castanha, que caem das imponentes árvores de castanheira. Após a coleta, segue-se a etapa de extração das castanhas dos ouriços, um processo que requer habilidade e cuidado para evitar danos aos frutos e à integridade física dos trabalhadores.

Um dos maiores gargalos perceptíveis aos coletores é a ausência de políticas públicas que promovam o equilíbrio do mercado e assegurem um pagamento adequado para a castanha. A falta de uma política clara e eficaz que regule os preços e apoie os coletores contribui para a instabilidade econômica e a precarização do trabalho extrativista. Sem esse suporte, os coletores ficam à mercê das oscilações do mercado e das condições impostas pelos intermediários e compradores.

O declínio do preço da castanha tem impactos diretos na vida dos coletores e de suas famílias. Com a redução da renda, muitas comunidades enfrentam dificuldades para suprir necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação. Além disso, a desvalorização do trabalho extrativista pode levar ao abandono dessa atividade, colocando em risco a continuidade de uma prática tradicional que é vital para a conservação da floresta amazônica.

Para enfrentar esses desafios, é crucial a implementação de políticas públicas que promovam a valorização da castanha e dos coletores. Entre as possíveis soluções, destaca-se a criação de mecanismos de regulação de preços que garantam um valor mínimo justo para a castanha, independentemente das flutuações do mercado internacional. E, principalmente, o fortalecimento das associações de extrativistas.

Mesmo assim, persistem e mantem viva tal prática, porque, segundo eles é algo que vem desde a época de seus avós e a abundância de árvores na região faz com que acreditem que isso ainda pode ser visto com um olhar mais sensibilizado por parte do poder público. Antes da existência da APROCAM, toda a produção era levada por embarcações que na maioria das vezes vinham de Manaus ou até mesmo do estado do Pará.

Outra dificuldade que chamou a atenção nas conversas foi em relação ao escoamento da produção. Muitos castanhais estão distantes das comunidades e o trabalho demanda esforços maiores, principalmente em períodos chuvosos e com alto índice de mosquitos na mata. Desta maneira, torna-se ainda mais importante o fortalecimento da APROCAM, como entidade que possa viabilizar melhorias para os extrativistas do município. Essa atualmente também passa por dificuldades, sobretudo de cunho financeiro. Isto impacta diretamente uma oferta de bons preços da lata da castanha, levando à falta de escolha e muitas vezes fazendo com que o agroextrativista entregue sua produção a um atravessador que impõe um preço muito abaixo do mercado afim de maiores lucros.

Prosseguindo em relação aos problemas atuais, outro ponto que vale ser destacado é a falta de uma orientação técnica para os extrativistas, orientações essas que vão desde as boas práticas durante a coleta até a sua comercialização, mesmo sabendo que o Estado do Amazonas possui diversos órgãos que podem prestar este tipo de assessoramento. Aliando-se a isto, existe o obstáculo junto as agências de financiamento para a agricultura familiar. Segundo os extrativistas, a falta de fornecimento de crédito para ajudar de modo geral, quando se trata da lida com agricultura e extrativismo, contribui para o atual cenário de desvalorização.

As dificuldades enfrentadas pelos extrativistas na Amazônia brasileira e em específico no município de Amaturá são múltiplas e incluem questões sociais, ambientais e econômicas e é perceptível que com o passar dos anos a situação encontra-se em processo de evolução. Começando pela baixa remuneração pelo produto extraído da floresta podendo impactar diretamente em sua qualidade de vida, o que também implica diretamente em suas condições de trabalho na floresta

amazônica, qualidade climática extrema, presença de insetos e animais e acesso dificultoso.

Vale a pena ressaltar também o desmatamento e pressões ambientais que ocorrem constantemente na região onde estão localizados os castanhais, sejam para expansão de plantações ou criação de animais ou para implementação de estradas. Corroborando com as adversidades, a falta de uma infraestrutura que possa minimamente dá suporte de fomento da produção de castanha, principalmente nas comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas localizadas as margens do igarapé e do próprio rio Solimões.

Há relatos de que com a morte dos mais antigos, os outros membros não deram a importância devida para a parte do bem comum e passaram a se preocupar apenas com si próprios, enfraquecendo o nível da produtividade daquela unidade social. Foi assim ignorado o que poderia ter sido investido em melhorias na parte social comunitária.

1.7 DIFICULDADES DO EXTRATIVISMO DA CASTANHA DO BRASIL

A associação em questão revela-se um microcosmo da diversidade sociocultural da Amazônia, congregando indígenas, ribeirinhos e não indígenas em torno da atividade extrativista da castanha. Essa composição plural, que engloba 43 indígenas, 21 ribeirinhos e 17 não indígenas, demonstra a importância da castanha como um recurso que transcende as fronteiras étnicas e sociais, unindo diferentes comunidades em torno de um objetivo comum: a produção e o beneficiamento desse fruto tão emblemático da região.

A diversidade étnica e cultural presente na associação é um dos seus maiores ativos. Cada grupo traz consigo um acúmulo de conhecimentos tradicionais, práticas e perspectivas únicas sobre a floresta e a castanha. Os indígenas, por exemplo, detêm um saber ancestral sobre a natureza e os ciclos da floresta, o que os torna guardiões de práticas sustentáveis de coleta e manejo da castanheira. Os ribeirinhos, por sua vez, possuem um profundo conhecimento dos rios e igarapés, facilitando o acesso aos castanhais e a comercialização do produto. Já os não indígenas, frequentemente

com formação técnica ou acadêmica, podem contribuir com novas tecnologias e conhecimentos para o aprimoramento da produção e do beneficiamento da castanha.

Essa sinergia entre diferentes grupos étnicos e sociais é fundamental para a construção de uma cadeia produtiva mais justa e sustentável. Ao unir seus conhecimentos e experiências, os membros da associação podem desenvolver estratégias mais eficazes para a conservação da floresta, a valorização do trabalho dos coletores e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

A diversidade cultural presente na associação também contribui para a fortalecimento da identidade regional e para a valorização das tradições locais. A castanha, além de ser um importante recurso econômico, é um símbolo da cultura amazônica e representa um modo de vida que se baseia na harmonia entre o homem e a natureza. Ao promover a participação de diferentes grupos sociais na cadeia produtiva da castanha, a associação contribui para a preservação desse patrimônio cultural e natural.

Indígenas (43 membros): Os membros indígenas provêm das etnias Ticuna, Kokama, Kambeba, Witoto e Kanamari e trazem consigo um vasto conhecimento tradicional sobre a floresta e os processos de extração da castanha. Sua presença na associação não apenas fortalece a prática do extrativismo como forma de trabalho, mas também promove a preservação de suas culturas e modos de vida. Estes membros habitam em aldeias e comunidades dentro da zona rural, e sua participação é crucial para a coleta e transporte para que assim a castanha seja consumida.

Ribeirinhos (21 membros): Os ribeirinhos que são habitantes tradicionais das margens do rio e igarapés da região, em especial do rio Solimões e do Igarapé Acurui. Sua vida é intimamente ligada às águas e a floresta, que são as principais vias de transporte e fonte de recursos. Eles possuem um profundo conhecimento sobre a dinâmica da natureza, e sua experiência na coleta e manejo da castanha é vital para a associação. Vivendo em comunidades ribeirinhas, eles enfrentam desafios específicos relacionados à sazonalidade das águas e ao acesso a mercados para um destino adequado a castanha.

Não indígenas (17 membros): Os membros não indígenas são indivíduos que, embora não pertençam às comunidades tradicionais, estão integrados à vida na lida com a castanha e compartilham do compromisso com o desenvolvimento comunitário e representação geográfica

A associação possui uma representação abrangente, cobrindo tanto a sede municipal de Amaturá quanto as 41 comunidades e aldeias da zona rural. Essa ampla representatividade garante que as vozes de todos os membros, independentemente de sua localização geográfica, sejam ouvidas e consideradas nas decisões da associação.

- **Sede Municipal de Amaturá:** A sede municipal funciona como o ponto central de coordenação das atividades da associação. É aqui que muitas decisões administrativas são tomadas, e onde se concentram os esforços para a comercialização e beneficiamento da castanha. A infraestrutura da sede é fundamental para apoiar os processos de armazenamento, processamento e distribuição do produto.
- **Comunidades e Aldeias da Zona Rural:** As 41 comunidades e aldeias rurais são os locais onde ocorre a coleta inicial da castanha. Cada comunidade possui suas próprias características e desafios, mas todas compartilham o compromisso com a extração sustentável. As comunidades rurais desempenham um papel crucial na manutenção da floresta, pois suas práticas de extrativismo evitam o desmatamento e promovem a conservação ambiental.

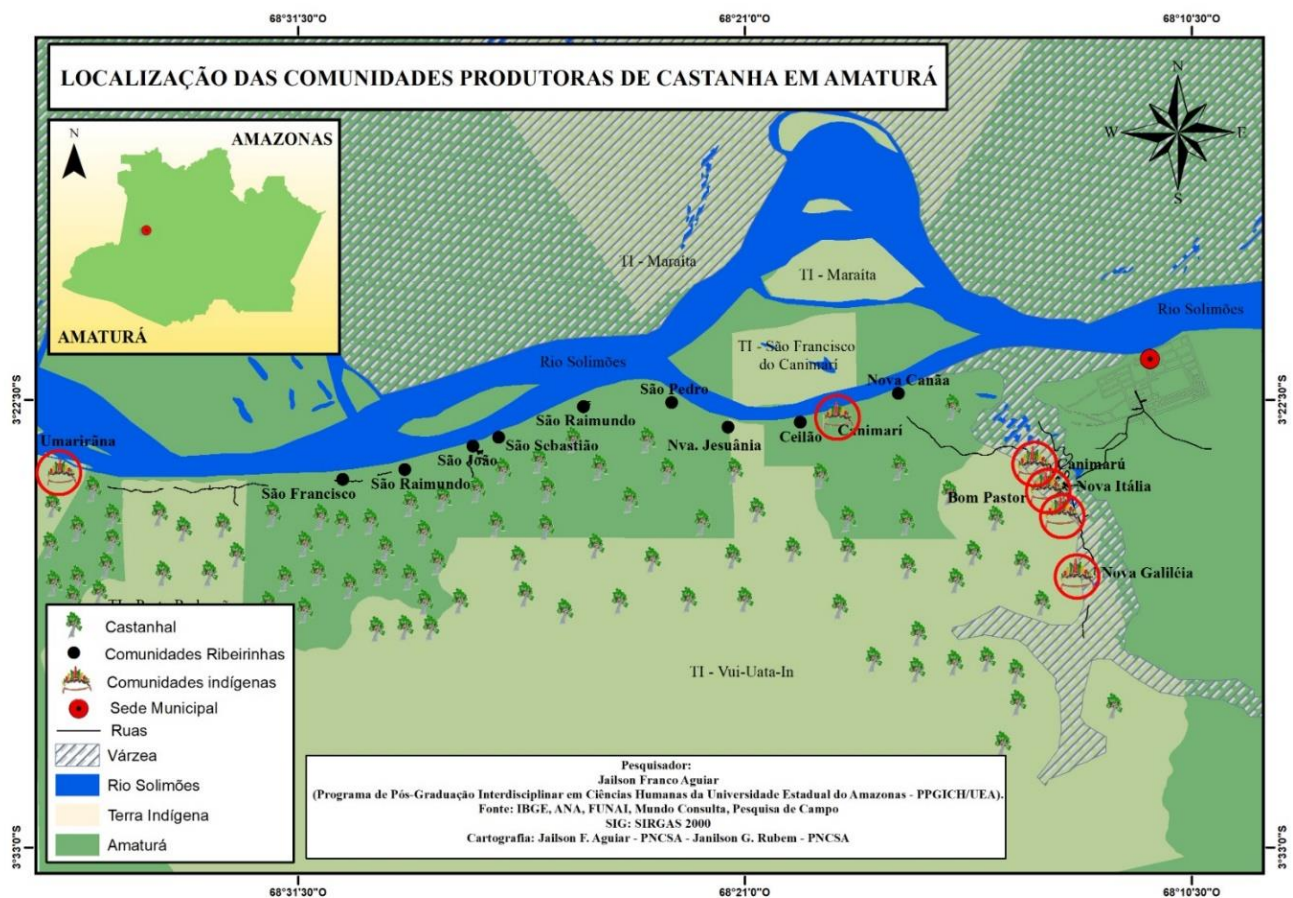
A integração de diferentes grupos culturais exige um esforço constante de diálogo e respeito mútuo. A troca de conhecimentos entre indígenas, ribeirinhos e não indígenas pode gerar inovações em práticas para fortalecer a resiliência comunitária. Os desafios logísticos, como o transporte da castanha das áreas rurais para a sede municipal, são significativos. As distâncias e as condições das vias de acesso podem dificultar o escoamento da produção, especialmente durante a estação das chuvas. No entanto, a organização comunitária e a cooperação entre os membros da associação ajudam a superar essas dificuldades.

1.8 UMA VISÃO SOBRE AS FORMAS DE PRODUÇÃO

Para podermos analisar as formas de produção extrativista presentes na APROCAM, tendo em vista a relação com as demais atividades agrícolas realizadas paralelamente à extração de castanha do Brasil, e, observando a necessidade de implementação de políticas públicas, que favoreçam e fortaleçam as atividades extrativistas, alcançando, além do seu fortalecimento, a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a valorização do modo de vida reproduzido por estas.

No que se refere à comercialização e valorização do produto, que é uma das questões mais levantadas por extrativistas em suas demandas, de acordo com conversas e observações acerca desse trabalho. As vendas são realizadas para alguns empresários da cidade, podendo chegar até 70% da safra. São vendidas também para a APROCAM, que, não dispondo de muitos recursos financeiros acaba ficando com uma porcentagem menor.

Ao longo da última década, a associação processou um volume considerável de castanha totalizando 350 mil latas (20 litros) de castanha in natura. Esse montante resultou em aproximadamente 1.200 toneladas de amêndoas desidratadas, prontas para comercialização. Contudo, os dados obtidos nos registros da associação revelam um cenário em que a maior parte da produção, estimada em mais de 80%, era destinada a outras empresas. Essa dinâmica, segundo o presidente da associação, limitava a margem de lucro da entidade e a remuneração dos associados, indicando uma possível assimetria nas relações comerciais e uma subvalorização da produção local.



A elaboração desse mapa, que detalha a distribuição de castanha em Amaturá, é fundamental para entender a espacialização das principais aldeias e comunidades envolvidas na produção de castanha. O mapa evidencia tanto a extensão das áreas de castanhais quanto a sua dispersão geográfica, revelando o papel crucial das vias fluviais, especificamente o rio Solimões e o igarapé Acuruí, como eixos que conectam essas áreas. Ao indicar as aldeias e comunidades no mapa podemos destacar as zonas de maior concentração de castanhais, o que reflete a distribuição dos recursos naturais e as dinâmicas de trabalho dos extrativistas. Esses pontos geográficos não representam apenas áreas de coleta, mas também marcam a relação cultural e econômica das populações ribeirinhas e indígenas com os castanhais. A localização estratégica das comunidades no entorno desses cursos d'água facilita o acesso às castanhas e o transporte da produção, seja para o consumo local ou para comercialização.

O rio Solimões e o igarapé Acuruí não são, assim, apenas vias de transporte, mas elementos essenciais na configuração do território de produção, ajudando a manter a orientação da atividade extrativista. Essa espacialização sugere, ainda, um modelo de organização do território que integra a atividade econômica à preservação ambiental, reforçando a importância da produção da castanha como patrimônio cultural e econômico do município.

No primeiro semestre do ano de 2023, a castanha do Brasil representa o principal produto extraído nas comunidades ribeirinhas, nas aldeias indígenas e em “propriedades”, que mesmo sem um documento oficial de titulação do imóvel rural, são consideradas localmente por seus detentores como propriedades particulares, em sua maioria herdadas de familiares que ocuparam essas terras no passado e são próximas da sede (ramais)². A castanha se alia à participação de demais produtos como açaí, macaxeira, buriti, abacaxi e banana. Sobre isso Sousa (2006) menciona o seguinte:

“[...] Outros produtos do extrativismo também possuem importância, mas são explorados para o consumo da família, como é o caso da caça, do açaí, da /bacaba, do buriti, do abacaxi e de alguns óleos farmacológicos como a andiroba e a copaíba, muito embora, com exceção da caça, esses produtos também são extraídos para venda nas feiras”. (Sousa, 2006 p. 68).

Neste contexto, podemos considerar os extrativistas de castanha do Brasil como mantenedores de uma cultura que podemos considerar como patrimônio local. E em especial aos que resistem diante de todas as dificuldades encontradas ano após ano, dificuldades essas que iremos detalhar adiante. O fato das políticas públicas não se efetivarem de maneira adequada contribui para o agravamento dos problemas citados.

2 Na região do município de Amaturá, especialmente em áreas rurais, os “ramais” podem se referir a trilhas, caminhos ou estradas estreitas que conectam áreas agrícolas, florestais ou comunitárias. Refere-se ao acesso que os agricultores e extrativistas têm da cidade ou comunidade até sua área de colheita ou plantações, roças ou capoeiras.

1.9 O COLETAR CASTANHA EM AMATURÁ

A prática de coletar castanha na região, na qual está localizado o município de Amaturá/AM, desde seu surgimento e muito antes de ser reconhecido como município, dentre os vários tipos de exploração dos recursos naturais, a extração do látex da seringueira e a coleta de castanha destacavam-se. Após a forte desvalorização da borracha no início do século XX, a castanha do Brasil ganha um maior protagonismo, e, em se tratando de quantidade, a área do município de Amaturá apresenta destaque entre as demais da região do Alto Solimões. Desde então já vem apresentando uma dinâmica social na vida dos extrativistas, dedicando-se praticamente seis meses do ano, que correspondem ao período de safra na região, exclusivamente para esta atividade. Tem na comercialização o principal destino de sua produção.

Contudo, por mais que a atividade extrativista seja o carro chefe da de uma parcela significativa da população da região, ela não atende totalmente às necessidades econômicas da população que lida com isso, seja pela frequente variação no que diz respeito aos valores e pelo fato de haver mudanças de um ano para o outro na quantidade de castanha obtida, de acordo com relatórios de produção e beneficiamento consultados na APROCAM. Sendo necessário assim, a complementação com outros tipos de cultivo e alternativas para garantir minimamente o sustento da família.

Nesse sentido, podemos referir à identidade como um fenômeno que surge do diálogo entre um indivíduo e a sociedade, em outras palavras, ela mostra o resultado das diversas modalidades de intercâmbios entre o indivíduo e seu ambiente social, seja de forma mais aproximada ou mesmo de forma distante, apenas pela observação (BERGER E LUCKMANN, 1976).

A identidade também se caracteriza como uma categoria de atribuição de significados específicos de acordo com o tipo de indivíduo e de como esse lida de como o meio social, reforçando ainda que o condicionamento de uma identidade social depende das expectativas ou anseios que são estabelecidos no ambiente, até mesmo a própria expressão identidade pessoal passa a ser um nome construído (BRANDÃO, 1986)

Por muito tempo o município de Amaturá e seus coletores de castanha eram conhecidos dentre os demais municípios da região, por sua facilidade em lidar com o processo de extração de recursos naturais e os transformar como meio de sobrevivência. Tal fato acabou por se tornar uma característica intrínseca aos produtores, tomando este modo de trabalho como forma de os identificar perante aos demais indivíduos da região.

É interessante observar como a atividade de coleta de castanha se tornou uma parte fundamental da identidade do município de Amaturá e de seus coletores. Essa ligação estreita com o processo de extração de recursos naturais sugere uma relação profunda entre a comunidade local e o ambiente em que vivem. Levando em consideração que a coleta da castanha é um dos meios de sobrevivência dos grupos locais é crucial considerar a manutenção dessa prática e buscando de forma contínua estratégias que visem manter esses recursos para gerações sucessoras.

Essa atividade pode ter se tornado não apenas uma fonte de subsistência, mas também um elemento cultural que define a comunidade e suas tradições³.

A ideia fundamental é que muitas das tradições que presumimos serem antigas e orgânicas são, na verdade, construções sociais que foram deliberadamente criadas ou modificadas para atender a necessidades específicas em determinados momentos históricos. Ao desafiar a noção de que as tradições são transmissões ininterruptas de práticas culturais do passado, (HOBBSAWM E RANGER, 1983) destacam como as tradições são, em muitos casos, inventadas, revitalizadas ou reinterpretadas para cumprir certos objetivos sociais, políticos ou culturais. Isso não nega a importância das tradições, mas destaca a dinâmica e a adaptabilidade dessas práticas ao longo do tempo.

³ Em “A invenção das Tradições (1983) Hobsbawm e Ranger examinam criticamente o processo pela qual certas práticas, rituais e símbolos são construídos e promovidos como tradições, muitas vezes com o objetivo de legitimar ou fortalecer identidades culturais, políticas e sociais. Este trabalho destaca casos específicos nos quais as tradições foram moldadas ou criadas para atender as necessidades contemporânea, Alguns exemplos incluem a criação de rituais e cerimônias em contextos coloniais, a formação de instituições e práticas relacionadas ao nacionalismo, bem como a reinvenção de tradições religiosas e culturais.

Essa perspectiva tem implicações profundas para a compreensão da identidade cultural, nacionalismo e construção de narrativas históricas. Ela sugere que as tradições não são estáticas, mas sim fluidas e sujeitas a mudanças, sendo moldadas pelas circunstâncias sociais e políticas em constante evolução.

Vale também ressaltar que obtém-se a construção dessa identidade específica juntamente com a construção de territórios específicos, o que sugere uma conexão entre a construção de identidades culturais ou sociais e a delimitação ou apropriação de espaços físicos ou territórios específicos. A construção de identidades específicas refere-se ao processo pelo qual grupos de pessoas desenvolvem características específicas que os diferenciam de outros grupos. Isso pode incluir aspectos culturais, linguísticos, religiosos, étnicos e outros elementos que são recomendados para a formação da identidade de uma unidade social (ALMEIDA, 2006).

Diante disso, podemos entender que esta concepção contribui para que a situação de identidade perceba nos membros de um grupo como os próprios atores que se atribuem uma significação a sua vinculação, em função da situação relacional em que se encontram, visto que é no interior das trocas sociais que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente.

Ela sugere que os membros de um grupo desempenham papéis ativos na definição de sua própria identidade, influenciados pelas interações sociais e pelas formas como eles interpretam e reinterpretem suas tradições ao longo do tempo (HOBSBAWM E RANGER, 1983).

Neste sentido, (Berlatto, 2009) argumenta que:

“não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra”. Quer dizer, existe uma relação dialética entre identidade e alteridade. Na medida em que a identidade é sempre resultante de um processo de identificação no interior de uma situação relacional e relativa, uma vez que poderá evoluir se a situação relacional for mudada, “seria talvez preferível adotar como conceito operatório para a análise o conceito de identificação do que de identidade”. (BERLATTO, 2009, Pg.37)

Analisando o processo de construção da identidade social, (Goffman, 1988) reforça o argumento de que a identidade de um determinado indivíduo é construída a

partir dos parâmetros e expectativas estabelecidas pelo meio social. Para ele, os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma das categorias são determinados pela sociedade.

Na maioria das estratégias sociais, a identidade é vista como um meio para atingir um objetivo. Dessa forma, a identidade não é absoluta, mas relativa, sujeita a diversas variações dependendo da situação em que ela está sendo colocada, indicando também que o indivíduo, enquanto ator social, não é desprovido de uma certa margem de manobra. Na medida em que ela é um motivo de lutas sociais de classificação, que buscam a reprodução ou a reviravolta das relações de dominação, a identidade se constrói através das estratégias dos atores sociais.

É perceptível que os extrativistas de castanha do Brasil que ainda resistem com suas práticas de lida com a natureza possuem uma identidade relacionada ao fator histórico e de transformação do meio social, sobretudo com a globalização. A busca pela afirmação dessa identidade no meio social torna-se imprescindível diante da iminente possibilidade de desaparecimento de tal modalidade de sobrevivência. Ou até mesmo que ela seja substituída por outras práticas, seguindo as adaptações julgadas como necessárias com a modernização das atividades laborais.

Corroborando a afirmativa de que a identidade se constrói também de maneira coletiva, podemos considerar as três concepções trazidas por Stuart Hall.

A concepção de identidade do sujeito iluminista estava baseada em um indivíduo totalmente centrado e unificado, cujo centro remetia a um núcleo interior que surgia inicialmente quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia ao longo de sua existência, muitas vezes sem mudança e com a mesma perspectiva individualista, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação individuais (HALL, 2006).

A segunda concepção é a do sujeito sociológico, para qual o indivíduo entendia que o núcleo interior do sujeito moderno não era autônomo e autossuficiente, mas formado a partir da relação entre pessoas na sociedade. Assim, mediante a relação desse sujeito com a sociedade, sua identidade interage com símbolos, valores e práticas, que formam a cultura. Deste modo, o sujeito ainda tem o seu “eu real” dentro

de si, contudo este “eu” acaba sendo formado e modificado com o diálogo contínuo com os “mundos culturais exteriores” e as outras identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2006).

Por fim, a concepção do sujeito pós-moderno apresenta um indivíduo sem identidade fixa ou permanente, muito menos uma identidade que parte de uma essência. Nesse caso, a identidade é formada e transformada continuamente em relação aos diálogos de diversidade cultural que nos rodeiam. Essa identidade é definida historicamente e não biologicamente. Como explica Hall (2006):

[...]o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p.13)

O Extrativismo na Amazônia: Entre a Tradição, a Modernidade e a Sustentabilidade. O extrativismo, historicamente, constituiu um pilar fundamental na formação da Amazônia e, em particular, do Estado do Amazonas. Essa atividade econômica, além de garantir a subsistência de inúmeras comunidades, moldou identidades e construiu relações complexas entre o homem e a natureza. A noção de que a floresta é uma fonte de sustento, presente desde os primórdios da ocupação da região, evidencia uma compreensão intrínseca da importância da conservação ambiental.

Contudo, a dinâmica do extrativismo na Amazônia é marcada por contradições e desafios. As transformações socioeconômicas e tecnológicas das últimas décadas impulsionaram a modernização dos processos produtivos, alterando significativamente a relação entre as populações locais e o ambiente natural. Apesar das críticas, o extrativismo ainda é considerado uma das alternativas para o uso sustentável da floresta, desde que sejam adotadas práticas de manejo adequadas e que se busque conciliar a exploração dos recursos naturais com a conservação da biodiversidade.

A classificação do extrativismo em dois grandes grupos - por aniquilamento e por coleta - evidencia a diversidade de práticas e seus impactos sobre o meio ambiente. O extrativismo por aniquilamento, caracterizado pela exploração predatória, representa uma ameaça grave à sustentabilidade dos ecossistemas amazônicos. Já o extrativismo por coleta, quando realizado de forma responsável, pode ser uma atividade economicamente viável e ambientalmente sustentável.

No entanto, é fundamental reconhecer que o extrativismo não é um modelo único e homogêneo. A forma como essa atividade é praticada varia significativamente entre as diferentes regiões da Amazônia, em função de fatores como a disponibilidade de recursos naturais, as características socioeconômicas das populações locais e as políticas públicas implementadas.

CAPITULO 2: MÃOS QUE ALIMENTAM: A COLETA TRADICIONAL DA CASTANHA E SEUS SABERES

No que diz respeito ao fomento para a produção extrativista atualmente no município de Amaturá, conforme foi apontado anteriormente, a criação da Associação dos extrativistas e Coletores de castanha e consequentemente a implantação de uma usina de beneficiamento da castanha conseguiu restabelecer uma relação das famílias produtoras com a essência de retirar da natureza de forma segura e organizada o que se pode garantir uma fonte de renda constante, dando a oportunidade de resgatar o que foi passado pelas gerações anteriores.

Apesar de a extração da castanha-do-Brasil ser uma atividade central para os membros da APROCAM, a instabilidade do mercado e as demandas familiares impulsionam a diversificação das atividades agrícolas. A fim de garantir a segurança alimentar e a renda, os extrativistas frequentemente complementam a coleta da castanha com outros cultivos, evidenciando a importância da agricultura familiar para a subsistência dessas comunidades.

2.1 A COLETA DE CASTANHA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL PARA O MUNICÍPIO DE AMATURÁ

Partindo da ideia de que se pretende contribuir para que os coletores de castanha sejam visto além de apenas uma atividade laboral, mas de algo que esteja diretamente ligado às raízes do povo, e principalmente dos que ainda anseiam em manter de pé tal feito, apoiamo-nos na nossa própria Constituição Federal de 1988, que ampliaram as noções de patrimônio cultural ao entender que, além dos patrimônios materiais, também é necessário reconhecer a existência de bens culturais de natureza imaterial e preservá-los. Após estudos coordenados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e cultural Nacional - IPHAN, temos o Decreto 3:551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, além da criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

As práticas culturais, enquanto conjunto dinâmico de conhecimentos, costumes, valores e crenças, desempenham um papel fundamental na construção e na expressão da identidade de um grupo social. Transmitidas de geração em geração, essas práticas moldam a forma como as pessoas percebem o mundo, interagem entre si e se relacionam com o ambiente.

Desde as manifestações artísticas e religiosas até os hábitos cotidianos, as práticas culturais são um reflexo da história, da memória coletiva e das aspirações de um povo. Ao longo do tempo, essas práticas evoluem, adaptando-se a novas realidades e incorporando elementos de outras culturas, sem perder, no entanto, sua capacidade de conectar as pessoas e fortalecer os laços comunitários. É importante ressaltar que as práticas culturais não são estáticas, mas sim produtos de processos históricos e sociais complexos, que envolvem relações de poder, conflitos e negociações. Ao compreender a importância das práticas culturais, podemos valorizar a diversidade cultural e promover a convivência pacífica entre diferentes grupos sociais.

E, refletindo sobre o potencial que o município oferece, acompanhando em in loco como essa manifestação ainda está presente com bastante força que reafirmamos a observação de Amaral (2015), onde ele enaltece que:

Pode-se dizer que a perspectiva de patrimônio imaterial se desloca do objeto, do produto final de determinada prática ou manifestação para, um passo atrás, centrar-se no processo de produção, ou seja, no saber fazer ou executar determinado bem cultural. O central agora passa a ser o meio pelo qual o bem cultural existe e se transforma, e não tanto o seu fim, embora este também seja um aspecto importante para se apreender o bem cultural na sua totalidade. Esta é a principal especificidade da política do patrimônio imaterial. Contrapondo-a com a política do patrimônio material, chega-se ao seguinte resultado: enquanto as ações sobre o patrimônio material visam conservar o objeto patrimônio, preservando-o por inúmeros meios pelo tempo que for possível, as ações sobre o patrimônio imaterial visam “conservar” o conhecimento (imaterial) que possibilita a materialização de práticas e expressões culturais. (AMARAL, 2015, p.28)

Neste contexto, podemos considerar os extrativistas de castanha do Brasil como guardiões de uma cultura que também podemos considerar como patrimônio local. E em especial aos que resistem diante de todas as dificuldades encontradas anos após ano se aliando ao fato das políticas públicas não se efetivarem de maneira

adequada contribuindo para o agravamento das dificuldades no sentido de uma manutenção sólida da cultura local, sobre isso, Silva (2019) argumenta que:

A cultura de um povo está intrinsecamente relacionada à sua identidade, já que as pessoas que fazem parte de cada sociedade e suas respectivas culturas são constantemente expostas ao conjunto de conhecimentos que formam as práticas culturais. Dessa maneira, percebemos que a cultura tem grande influência na formação da identidade de uma sociedade, moldando-a segundo suas práticas e costumes (SILVA, 2019. Pg.75).

É perceptível que por mais que no município existem inúmeras possibilidades de manutenção e de resgate da cultura extrativista relacionada à castanha do Brasil, ainda há de se considerar também que as identidades no mundo contemporâneo jamais serão fixas em uma dada sociedade ou em um grupo, e isso, talvez seja o ponto chave, pois as histórias ligadas a ela estão relacionadas a diversas pessoas e a inúmeras famílias que devem buscar um ponto em comum afim de criar métodos sólidos de preservar, destacando que o diálogo quando se trata da parte imaterial corriqueiramente a identidade estará vinculada, especialmente no contexto de comunidades ligadas a práticas extrativistas, como a coleta de castanha do Brasil.

Se tratando de uma Associação de coletores de castanha, os membros devem buscar preservar suas práticas culturais, incluindo o ato de coletar castanha na floresta, precisando reconhecer essa fluidez e adaptabilidade em suas estratégias de preservação.

O diálogo entre diferentes gerações dentro de uma comunidade é fundamental. A transmissão de conhecimentos e histórias associadas à coleta de castanha pode ocorrer por meio de conversas entre membros mais jovens e mais velhos, permitindo uma compreensão mais profunda das tradições e uma adaptação sensível às mudanças. A preservação da identidade cultural não implica necessariamente resistir a todas as mudanças. Pode ser valioso incorporar novas perspectivas e ideias, garantindo que as práticas culturais continuem relevantes e significativas para as gerações mais jovens.

O extrativismo é uma atividade econômica fundamental no Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a extração de recursos naturais desempenha um papel crucial na subsistência de comunidades locais e na economia

regional. O extrativismo pode ser dividido em vegetal, animal e mineral, sendo o vegetal o mais representativo na Amazônia devido à vasta biodiversidade da floresta tropical. Historicamente, o extrativismo no Brasil remonta aos tempos coloniais, com a exploração do pau-brasil e outros recursos naturais. Ao longo dos séculos, essa prática evoluiu, integrando novos produtos e técnicas. Autores como Fábio de Castro destacam a evolução do extrativismo, especialmente na Amazônia, onde a castanha-do-brasil, o açaí e a borracha são exemplos icônicos de produtos extrativistas (CASTRO, 2000).

O extrativismo vegetal, em particular, representa uma fonte vital de renda para muitas comunidades tradicionais e indígenas. Corrêa (1998) explora em sua obra "Extrativismo Vegetal na Amazônia: A Castanha-do-Pará" a interseção entre economia e sustentabilidade, demonstrando como a coleta de produtos como a castanha-do-pará pode gerar ganhos econômicos sem causar danos significativos ao meio ambiente (CORRÊA, 1998).

Elisa de Araújo Costa, em seu artigo "O Extrativismo da Castanha-do-Brasil na Amazônia: História e Perspectivas", sublinha a importância multifacetada do extrativismo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) para as comunidades amazônicas. Além de seu valor econômico, essa atividade é essencial para a preservação das culturas e tradições locais. O extrativismo da castanha está profundamente enraizado nas práticas diárias e nos modos de vida dos povos da Amazônia, refletindo uma relação simbiótica entre o homem e a floresta (COSTA, 2005).

Historicamente, o extrativismo da castanha começou a ganhar relevância durante o período de extração da borracha, no final do século XIX e início do século XX, quando a demanda por produtos da floresta amazônica cresceu significativamente. Esse período marcou o início de uma economia extrativista na região, que se diversificou e consolidou com o tempo. A coleta de castanha tornou-se uma fonte vital de renda para muitas famílias, mas, além disso, ajudou a fortalecer laços comunitários e a perpetuar conhecimentos tradicionais sobre manejo e conservação da floresta.

Culturalmente, o extrativismo da castanha é muito mais do que uma simples atividade econômica; é uma prática que fortalece a identidade coletiva das comunidades. A coleta e o processamento das castanhas são frequentemente realizados de forma cooperativa, englobando diversas gerações e fortalecendo o sentido de comunidade. Esse trabalho coletivo não apenas promove a solidariedade, mas também garante a transmissão de conhecimentos e habilidades tradicionais, essenciais para a sustentabilidade do extrativismo.

As práticas extrativistas são também um reflexo da cosmovisão dos povos amazônicos, que veem a floresta como uma extensão de suas vidas e não apenas como um recurso a ser explorado. O trabalho com a castanha é uma expressão dessa visão de mundo, onde a harmonia entre homem e natureza é fundamental. Essa abordagem não só garante a preservação das árvores de castanha, mas também protege a biodiversidade e os ecossistemas da floresta amazônica (COSTA, 2005).

No cenário contemporâneo, o extrativismo da castanha-do-brasil enfrenta desafios significativos, incluindo a pressão por desmatamento, a expansão da agricultura industrial e as mudanças climáticas. No entanto, iniciativas de certificação e mercado justo estão ajudando a valorizar os produtos extrativistas, proporcionando melhores condições de vida para as comunidades envolvidas e incentivando práticas sustentáveis.

Em suma, conforme destacado por Costa (2005):

O extrativismo da castanha-do-brasil é uma prática que vai além de sua função econômica. Ele é um pilar cultural que sustenta as identidades e modos de vida das comunidades amazônicas, refletindo uma relação equilibrada e respeitosa com a natureza. A continuidade dessa prática é crucial não apenas para a sobrevivência econômica dessas comunidades, mas também para a preservação de suas culturas e para a conservação da floresta amazônica como um todo.

Hecht e Cockburn (2010), em seu livro "A Destinação da Floresta: Castanhais e Extrativismo na Amazônia", exploram detalhadamente as práticas extrativistas como uma alternativa viável e sustentável à destruição da floresta, frequentemente causada

por atividades como a pecuária e a agricultura intensiva. Os autores defendem que o manejo sustentável dos recursos florestais não só pode ajudar a preservar a Amazônia, mas também tem o potencial de melhorar significativamente a qualidade de vida das populações locais.

Argumentam ainda que o modelo de desenvolvimento predominante na Amazônia, baseado na conversão de grandes áreas de floresta para pastagens e monoculturas agrícolas, tem levado a uma série de problemas ambientais e sociais. O desmatamento resulta em perda de biodiversidade, degradação do solo, emissão de grandes quantidades de gases de efeito estufa e deslocamento de comunidades tradicionais. Essas práticas também frequentemente resultam em conflitos de terra e marginalização de populações indígenas e ribeirinhas, que dependem da floresta para sua subsistência (HECHT E COCKBURN, 2010).

As práticas extrativistas envolvem a coleta de produtos naturais diretamente da floresta, sem a necessidade de derrubar árvores ou alterar drasticamente o ecossistema. Esse tipo de manejo garante que a floresta permaneça em pé, preservando sua biodiversidade e capacidade de prestar serviços ecossistêmicos vitais, como a regulação do clima e a manutenção dos ciclos hidrológicos.

Podemos destacar que o extrativismo, quando realizado de maneira responsável e equilibrada, pode gerar renda para as comunidades locais de forma contínua e estável. Além disso, as práticas extrativistas promovem o desenvolvimento de uma economia local diversificada, baseada em múltiplos produtos florestais, como açaí, borracha e óleos essenciais. Essa diversidade econômica reduz a dependência de um único produto ou mercado, aumentando a resiliência das comunidades frente às flutuações econômicas e ambientais (HECHT E COCKBURN, 2010)..

Outro ponto crucial abordado pelos autores é a importância das práticas extrativistas para a manutenção e fortalecimento das culturas tradicionais. As atividades extrativistas são profundamente enraizadas nas práticas culturais e sociais das comunidades amazônicas. Esse trabalho conjunto fortalece os laços comunitários e assegura a continuidade das tradições culturais.

O extrativismo no Brasil é uma atividade multifacetada que combina aspectos econômicos, sociais e ambientais. Através da literatura especializada, podemos entender melhor os desafios e as oportunidades dessa prática. A continuidade do extrativismo depende de políticas eficazes, manejo adequado dos recursos e valorização dos conhecimentos tradicionais das comunidades que dependem dessa atividade.

2.2 SOB A PROTEÇÃO DA FLORESTA: O PATRIMÔNIO E OS DESAFIOS DA COLETA DE CASTANHA EM AMATURÁ

Amaturá, município amazonense imerso em exuberantes florestas, destaca-se não apenas pela valiosa biodiversidade, mas também pela profunda conexão de sua população com as práticas extrativistas, em especial a coleta da castanha-do-Brasil. Essa atividade, além de ser uma fonte de renda essencial para a comunidade, constitui um patrimônio cultural e ecológico de inestimável valor.

A coleta da castanha em Amaturá transcende a mera atividade econômica, revelando um modo de vida intrinsecamente ligado à floresta. Os extrativistas, portadores de um conhecimento ancestral transmitido de geração em geração, estabelecem uma relação de profunda interdependência com o ecossistema local. A floresta não é apenas um recurso a ser explorado, mas um espaço sagrado, onde a vida se renova a cada ciclo.

O processo de coleta da castanha em Amaturá é marcado por ritos e saberes específicos. A identificação e a preparação dos castanhais, ou "sítios de castanha", são atividades que exigem um conhecimento profundo da floresta. Os extrativistas, munidos de ferramentas tradicionais e de um vasto conhecimento botânico, localizam as castanheiras mais produtivas, muitas vezes escondidas na densa mata. A colheita, que coincide com a estação chuvosa, é um período de intensa atividade comunitária, onde homens, mulheres e crianças trabalham em conjunto, fortalecendo os laços sociais e celebrando a abundância da natureza.

A coleta da castanha em Amaturá transcende a mera atividade extrativista, revelando-se uma intrincada jornada pela alma da floresta amazônica. Os castanheiros, como são conhecidos os extrativistas, embarcam em uma expedição

que exige não apenas força física, mas também um profundo conhecimento da natureza e uma habilidade refinada de navegação pelos labirintos da mata.

A coleta dos ouriços, frutos que encerram as preciosas castanhas, é uma tarefa que se assemelha a uma dança entre o homem e a floresta. Munidos de ferramentas rudimentares e de um conhecimento ancestral transmitido de geração em geração, os castanheiros adentram a mata, movimentando-se com cautela entre a exuberante vegetação. Cada passo é dado com a consciência de que a floresta é um ambiente vivo, pulsante, habitado por uma infinidade de seres.

A jornada dos castanheiros é marcada por desafios e perigos. A cada curva do rio, a cada trecho de mata adentrada, surgem novos obstáculos: animais selvagens, como onças e jacarés, que podem representar uma ameaça real; terrenos acidentados, com raízes expostas e buracos profundos; e as intempéries da natureza, como chuvas torrenciais e tempestades. A navegação pelos rios amazônicos, principais vias de acesso aos castanhais, exige habilidade e experiência. Os castanheiros dominam a arte de conduzir as canoas, desvencilhando-se de corredeiras e evitando os perigos ocultos nas profundezas das águas.



Figura 1 Vista frontal de um dos Sítios de castanha localizado no Igarapé Acuruy. Fonte AGUIAR 2024

Após a coleta, um trabalho que exige grande destreza, força e atenção, é necessário destacar os desafios enfrentados pelos coletores. Conforme ilustrado na imagem abaixo, os ouriços do caju são incrivelmente camuflados na vegetação natural, tornando a sua identificação e coleta uma tarefa de precisão e paciência. A quebra dos ouriços, frequentemente realizada em locais improvisados no coração da floresta, é um processo meticuloso. Nessas condições, os ouriços são abertos manualmente com o auxílio de ferramentas tradicionais, como facões e facas rústicas, técnicas passadas de geração em geração.

Esse procedimento revela as preciosas castanhas, conhecidas localmente como “pervilhas”, um tesouro valioso para os coletores e extrativistas. O trabalho é árduo e repleto de desafios, desde o manejo das ferramentas até a necessidade de estar constantemente atento aos perigos naturais, como animais selvagens e mudanças climáticas repentinas. A habilidade em identificar e selecionar as castanhas de melhor qualidade, além de lidar com as dificuldades do terreno e da vegetação densa, exige um profundo conhecimento do ambiente e uma conexão intrínseca com a natureza.

Os extrativistas, com sua coragem e perseverança, superam as adversidades, contribuindo significativamente para a economia local e a preservação da biodiversidade. Este trabalho, muitas vezes invisível e subestimado, é essencial para sustentar comunidades e manter viva a tradição do extrativismo sustentável, que se alinha com práticas de conservação e respeito ao meio ambiente.



Figura 3 Ouriço em meio a vegetação. Fonte: AGUIAR, 2024



Figura 2 Extrativista em meio a floresta juntando ouriços com o auxílio de um Aturá. Fonte: AGUIAR, 2024.

O trabalho pela busca de castanhas na floresta começa cedo, com os extrativistas iniciando suas atividades logo ao amanhecer. A jornada começa com uma meticulosa preparação, onde ferramentas e suprimentos são reunidos para enfrentar um dia inteiro de trabalho intenso na mata. Nos primeiros dias, os extrativistas se concentram em localizar e juntar os ouriços, dispersos e camuflados entre a vegetação densa. Essa tarefa exige um olhar atento e um conhecimento profundo da floresta, pois os ouriços são frequentemente difíceis de distinguir do solo e da folhagem.

Os ouriços são reunidos em grandes montes diretamente na mata, formando pilhas organizadas que facilitam o trabalho subsequente. Essa etapa inicial de junção pode levar vários dias, dependendo da densidade dos ouriços e da extensão da área de coleta.



Figura 4 Ouriços de castanha na mata



Figura 5: Ouriços de castanha na mata

Uma vez concluída a etapa de junção, os extrativistas passam para a quebra dos ouriços. Este processo é igualmente laborioso e exige técnicas específicas. A quebra dos ouriços não é apenas um trabalho físico intenso, mas também requer uma grande dose de paciência e precisão. Cada ouriço deve ser aberto com cuidado para evitar danos às castanhas internas, garantindo assim a qualidade do produto final. Além disso, os extrativistas enfrentam constantemente as adversidades do ambiente natural, desde insetos e plantas espinhosas até as intempéries do clima.

Todo esse processo, desde a coleta inicial até a quebra dos ouriços, é um testemunho da resiliência e dedicação dos extrativistas. Eles desempenham um papel vital na economia local, contribuindo para a sustentabilidade e conservação do ecossistema florestal. A tradição do extrativismo sustentável não apenas preserva o meio ambiente, mas também sustenta a cultura e a subsistência das comunidades locais, reafirmando a importância desse trabalho árduo e muitas vezes invisível.



Figura 06: Ouriço de castanha sendo quebrado. Fonte: Aguiar, 2024



Figura 07: Castanha depositadas no Aturá. Fonte: Aguiar, 2024



Figura 08: Castanha depositadas no Aturá Fonte: Aguiar, 2024

Após a quebra dos ouriços na mata, as castanhas são cuidadosamente coletadas e armazenadas em sacas de fibras ou em paneiros, conhecidos na região como "aturá". O "aturá", tradicionalmente confeccionado com materiais naturais, é uma peça fundamental na cultura extrativista, refletindo a engenhosidade e a adaptação dos moradores às condições da floresta.

O transporte dessas castanhas é uma tarefa desafiadora, realizada manualmente em meio à mata fechada. Os coletores, com conhecimento profundo da floresta, carregam as sacas pesadas por trilhas estreitas e sinuosas, muitas vezes com terreno acidentado e vegetação densa. Esse percurso pode ser ainda mais difícil durante a estação chuvosa, quando o solo se torna lamacento e escorregadio e a quantidade de insetos aumenta.



Figura 09: Extrativista fazendo transporte da castanha. Fonte: Aguiar, 2024

O destino dessas jornadas varia conforme a logística e a geografia local. Em muitos casos, as castanhas são levadas até a margem de um rio ou igarapé, onde

serão transportadas por canoas até o ponto de processamento ou comercialização. Em outras situações, os coletores seguem até a margem de uma estrada de terra, onde algum tipo de veículos (moto ou Triciclos) aguardam para levar a carga adiante.

Esse trabalho manual e intensivo não é apenas uma demonstração de força física, mas também de profunda conexão com o ambiente e de uma economia que, embora desafiadora, sustenta muitas famílias no período de safra. O processo, desde a quebra dos ouriços até o transporte final, ilustra a resiliência e a adaptabilidade dos coletores, que encontram meios de sustento em harmonia com a natureza ao seu redor.

A coleta de castanha na região de Amaturá é uma atividade tradicional e significativa, realizada principalmente por grupos familiares. Este trabalho, que se integra às demais atividades laborais dos moradores da região, desempenha um papel essencial na coesão social e no fortalecimento dos laços familiares.

Durante o período de coleta, é comum ver famílias inteiras se dirigindo à mata, unindo forças e habilidades em uma colaboração harmoniosa. Essa prática não só assegura uma colheita eficiente e produtiva, mas também proporciona momentos de convivência e cooperação entre os membros da família. As habilidades e os conhecimentos necessários para a coleta de castanha são transmitidos de geração em geração, fortalecendo a identidade cultural e os laços Inter geracionais.

Além de representar uma importante fonte de renda complementar, a atividade de coleta de castanha tem um valor inestimável para a comunidade. Ela contribui para a preservação das tradições e dos conhecimentos ancestrais sobre o uso dos recursos naturais. A dedicação à coleta durante este período específico também proporciona uma pausa nas demais atividades laborais, permitindo que as famílias se conectem com a natureza e reforcem seus vínculos afetivos.

As atividades extrativistas tradicionais, como a coleta de castanha, desempenham um papel crucial na vida das comunidades amazônicas. Elas não apenas fornecem uma fonte essencial de renda e subsistência, mas também fortalecem os laços familiares e comunitários. Essas práticas são profundamente

enraizadas na cultura local e são transmitidas de geração em geração, assegurando a continuidade dos conhecimentos tradicionais e a preservação da identidade cultural" (SCHMINK; WOOD, 1992)

Nesse sentido a coleta de castanha na região de Amaturá vai além de uma simples atividade econômica. É um trabalho que enriquece a vida familiar, solidifica a comunidade e preserva um legado cultural que é passado com orgulho de pais para filhos.

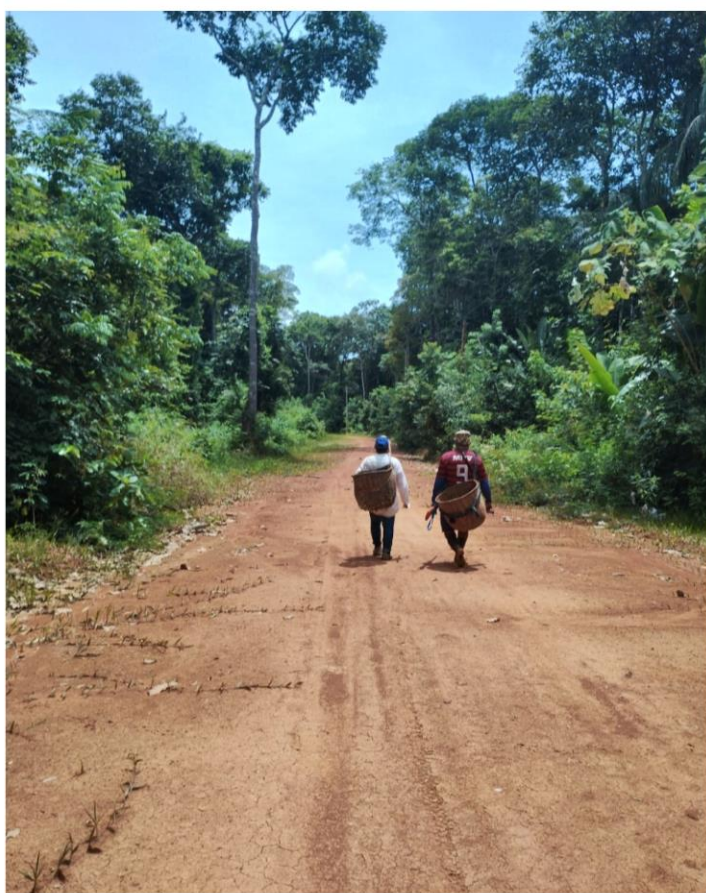


Figura 10: Extrativistas entrando na mata para fazer a coleta de castanha. **Fonte:** Aguiar, 2024



Figura 11: Extrativistas entrando na mata para fazer a coleta de castanha. **Fonte:** Aguiar, 2024

O trabalho não termina com a coleta. As castanhas precisam ser cuidadosamente secas para evitar a deterioração. Esse processo de secagem é feito

de forma natural, ao sol, ou em estruturas simples construídas pela comunidade. A secagem adequada é crucial para garantir a qualidade do produto final

Além do aspecto técnico, o extrativismo em Amaturá é marcado pela cooperação comunitária. As atividades são frequentemente realizadas de forma coletiva, com famílias inteiras participando do processo. Essa abordagem colaborativa não apenas facilita o trabalho, mas também fortalece os laços sociais e culturais dentro da comunidade. A transmissão de conhecimentos tradicionais é um aspecto vital desse modo de vida, assegurando que as práticas sustentáveis sejam mantidas e que a nova geração continue a respeitar e preservar a floresta.

Em geral, o extrativismo da castanha em Amaturá é um exemplo de como as comunidades amazônicas podem interagir com a floresta de maneira sustentável e produtiva. Essa prática não só garante a subsistência econômica dos extrativistas, mas também protege a floresta e perpetua um rico patrimônio cultural.

2.3 DESAFIOS DA ATIVIDADE COLETA:

- Camuflagem dos ouriços: A dificuldade em localizar os ouriços na densa vegetação da floresta.
- Condições de trabalho: A realização do trabalho em locais remotos, com infraestrutura precária e exposição aos elementos naturais.
- Uso de ferramentas rudimentares: A dependência de ferramentas manuais e rústicas para a quebra dos ouriços.
- Perigos naturais: A exposição a animais selvagens, como onças e jacarés, e a ocorrência de condições climáticas adversas.

Habilidades e conhecimentos dos coletores:

- Destreza e precisão: A necessidade de habilidade manual para a quebra dos ouriços e a seleção das castanhas.
- Conhecimento da natureza: O conhecimento profundo sobre as características da castanheira, o habitat natural e os ciclos da floresta.

- Adaptação às condições adversas: A capacidade de trabalhar em condições desafiadoras, como o calor, a umidade e o terreno acidentado.

Valor do produto final:

- As castanhas: A importância das castanhas como produto final da coleta e sua valorização econômica.
- Valor cultural: A relevância da castanha-do-Brasil para a cultura e a identidade das comunidades extrativistas.

Processo de extração:

- Quebra dos ouriços: A técnica de abrir os ouriços manualmente, utilizando ferramentas simples.
- Seleção das castanhas: A habilidade de identificar e selecionar as castanhas de melhor qualidade.

Conexão com a Natureza:

- Conhecimento tradicional: A transmissão de conhecimentos e técnicas de geração em geração.
- Respeito ao meio ambiente: A importância da coleta sustentável e da preservação da floresta.

2.4 O DESMATAMENTO E A DIMINUIÇÃO DOS CASTANHAIS

Com o passar dos anos, a exploração desenfreada e a busca incessante por recursos naturais têm levado a uma escassez progressiva de espécies arbóreas tradicionalmente utilizadas para a extração de madeira. Nesse cenário, a castanheira emerge como um dos principais alvos da atividade madeireira na região. Este fenômeno se deve, em grande parte, à qualidade superior de sua madeira, que é altamente valorizada e tem inúmeras utilidades, e à relativa facilidade com que ainda pode ser encontrada nas florestas da região.

Historicamente, a castanheira tem sido uma árvore de grande importância não apenas para a biodiversidade da Amazônia, mas também para as comunidades locais que dependem da coleta de seus frutos para subsistência e geração de renda. Contudo, a crescente demanda por madeira e a diminuição de outras espécies viáveis para a exploração têm pressionado cada vez mais essa árvore. As práticas de desmatamento, muitas vezes ilegais e sem critérios sustentáveis, têm devastado vastas áreas de castanhais, comprometendo seriamente a sua regeneração natural e a manutenção dos ecossistemas.

Além disso, a destruição dos castanhais representa uma ameaça direta à cultura e à identidade das comunidades tradicionais que habitam a região. Essas populações, que possuem um profundo conhecimento sobre o manejo sustentável da castanheira e seu beneficiamento, observam suas práticas e modos de vida colocados em risco. A coleta da castanha e seu beneficiamento não são apenas atividades econômicas, mas também elementos centrais na construção da identidade e na luta por direitos dessas comunidades.



Figura 12: castanheira derrubada para retirada de madeira **Fonte:** Aguiar, 2024

A diminuição dos castanhais não é apenas uma questão ambiental, mas também social e cultural. É imperativo que políticas públicas efetivas sejam implementadas para proteger a castanheira e promover práticas de manejo florestal sustentáveis. Isso inclui o fortalecimento de ações de fiscalização contra o desmatamento ilegal, e a valorização do conhecimento tradicional.

Quando a sociedade reconhece a riqueza imaterial associada às castanheiras, bem como os benefícios econômicos e ecológicos que elas proporcionam, surge uma maior valorização desses recursos naturais.

Somente com uma abordagem integrada, que envolva todos os setores da sociedade, será possível garantir que as castanheiras continuem a existir e a prosperar, beneficiando tanto as gerações atuais quanto as futuras. A conscientização e a educação ambiental são ferramentas poderosas para transformar a percepção e o comportamento das pessoas em relação à floresta, promovendo um desenvolvimento verdadeiramente equilibrado.

Nas imagens a seguir, podemos perceber como a informação é importante, com intervalo de tempo de aproximadamente um mês, a ocorre a derrubada de uma castanheiro em uma comunidade próxima a sede do município.

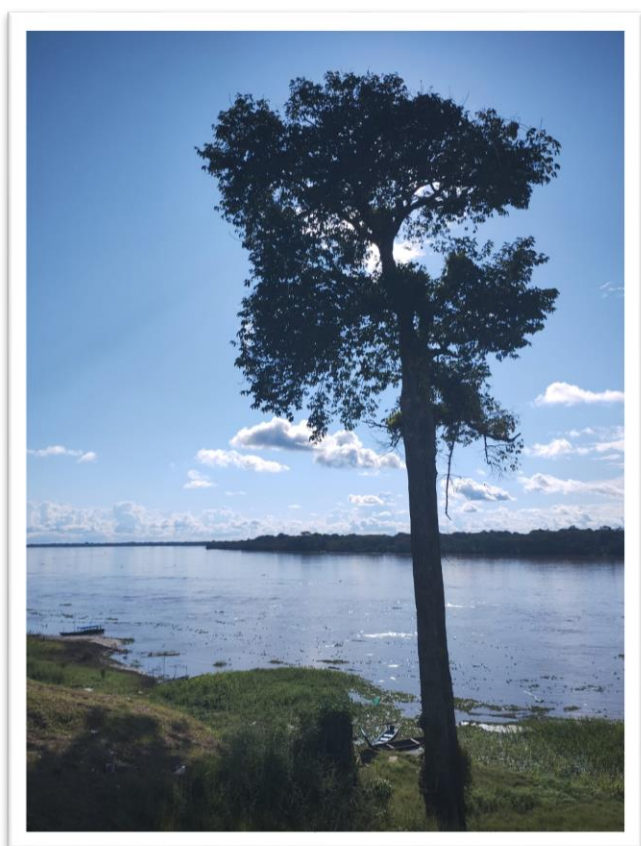


Figura 13: Arvore de castanheira antes de ser derrubada **Fonte: Aguiar, 2024**



Figura 14: Arvore de castanheira após ser derrubada **Fonte: Aguiar, 2024**

Neste contexto, é crucial chamar a atenção para a importância de se preservar os castanhais como um patrimônio vital para a biodiversidade e para as culturas locais. A luta pela preservação dos castanhais é, em última análise, uma luta pela sustentabilidade ambiental e pela justiça social.

No município de Amaturá, o desmatamento das castanheiras não se limita apenas à exploração madeireira. Outro fator crucial que contribui para a redução desses valiosos castanhais é a conversão de áreas florestais para pastagem de gado. Este processo de desmatamento para a pecuária é uma prática comum na região, impulsionada pela demanda por novas terras para a criação de animais. A transformação de florestas em pastagens resulta em extensas áreas desmatadas, onde antes predominavam as castanheiras.



Figura 15: Área de criação de boi, onde antes existia castanhal. **Fonte:** Aguiar, 2024

Um exemplo simbólico dessa questão é a construção da Estrada da Carolina. Esta estrada foi construída como uma resposta ao deslocamento do porto principal da cidade de Amaturá. Com o passar dos anos, o assoreamento do rio provocou o

surgimento de uma imensa ilha em frente à cidade, dificultando a atracação de embarcações, especialmente durante o período de seca. Para solucionar esse problema de acesso, foi necessário deslocar o porto, e a construção da estrada tornou-se inevitável. No entanto, essa obra de infraestrutura teve um custo ambiental significativo, pois dezenas de castanheiras foram derrubadas para abrir caminho.

A Estrada da Carolina exemplifica como projetos de desenvolvimento, embora necessários para a melhoria das condições de vida da população local, podem ter impactos ambientais profundos. A derrubada das castanheiras não só diminui a oferta de frutos, fundamentais para a subsistência e a economia das comunidades locais, como também compromete a estrutura do ecossistema. As castanheiras desempenham um papel vital na manutenção da biodiversidade, servindo de habitat e fonte de alimento para diversas espécies de fauna.

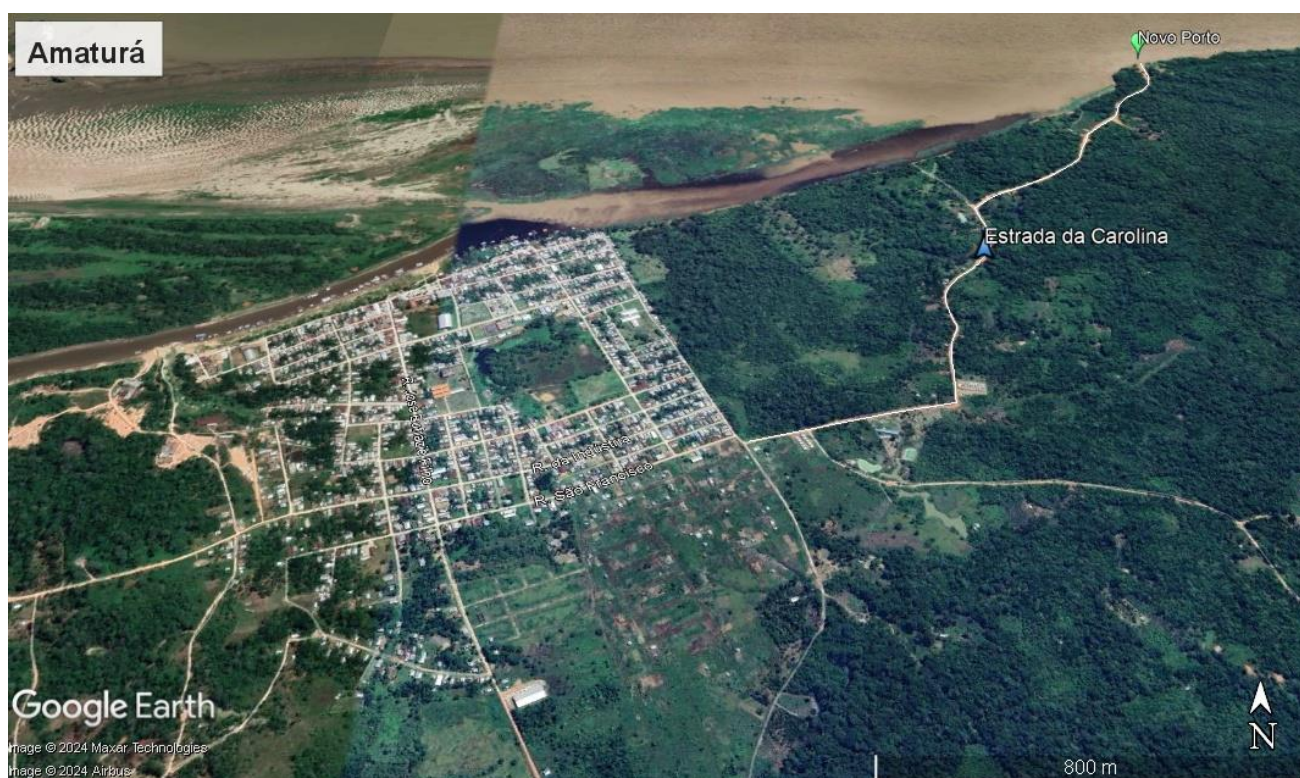


Figura 16: Imagem de satélite com vista para sede municipal e para a estrada da Carolina. **Fonte:** Aguiar, 2024

Ao abordar o desmatamento de castanhais em Amaturá, é essencial reconhecer a complexidade das forças em jogo. A expansão da pecuária e a

construção de infraestruturas, como a Estrada da Carolina, são indicativos de um desenvolvimento que muitas vezes desconsidera as consequências ambientais e sociais. Políticas públicas eficazes e um planejamento sustentável são necessários para equilibrar as necessidades de desenvolvimento com a conservação dos recursos naturais e a proteção das comunidades locais.

2.5 A COMERCIALIZAÇÃO E OS ATRAVESSADORES DE CASTANHA

No contexto da comercialização da castanha em Amaturá, é notório que a usina de beneficiamento de castanha de Amaturá-APROCAM não consegue absorver toda a produção do município. Um dos principais motivos para essa limitação é a presença de comerciantes locais, conhecidos como atravessadores. Esses intermediários recebem, no início da safra, um aporte financeiro significativo de grandes agroindústrias de Manaus ou de outras cidades, permitindo-lhes adquirir grandes quantidades de castanha diretamente dos produtores.

A atuação dos atravessadores pode ser analisada sob dois prismas distintos. Por um lado, eles desempenham um papel crucial ao garantir a comercialização da castanha, uma vez que a APROCAM não dispõe de capital de giro suficiente para comprar 100% da produção local. A existência dos atravessadores assegura que os extrativistas tenham uma saída para sua produção, evitando que a castanha fique encalhada e garantindo um fluxo constante de renda, ainda que limitado, para as famílias envolvidas na coleta.

Por outro lado, a presença predominante dos atravessadores evidencia uma lacuna significativa em termos de políticas públicas de investimento no setor. A falta de apoio governamental impede que uma maior porcentagem da produção de castanha seja processada e comercializada dentro do próprio município de Amaturá. Se houvesse investimentos adequados em infraestrutura, capacitação e capital de giro para a APROCAM, seria possível aumentar significativamente o beneficiamento local, gerando mais empregos e renda para a comunidade.

A dependência dos atravessadores também pode resultar em desvantagens econômicas para os extrativistas locais. Muitas vezes, os atravessadores compram a castanha a preços inferiores aos do mercado, maximizando seus lucros às custas dos coletores. Além disso, a centralização da renda nas mãos de poucos intermediários pode perpetuar a desigualdade econômica e limitar o desenvolvimento sustentável da região.



Figura 17: Flutuante de atravessadores realizando a compra de castanha. **Fonte:** Aguiar, 2024



Figura 18: Flutuante de atravessadores realizando a compra de castanha. **Fonte:** Aguiar, 2024

Para mitigar esses desafios, é essencial que sejam implementadas políticas públicas eficazes que promovam o fortalecimento das usinas locais, como a APROCAM. Investimentos em infraestrutura, acesso a crédito e capacitação técnica poderiam aumentar a capacidade de beneficiamento da castanha no município, permitindo que uma maior parcela da produção seja processada e comercializada localmente. Isso não apenas geraria mais empregos e renda para a população de Amaturá, mas também fortaleceria a economia local e reduziria a dependência de intermediários externos.

Além disso, programas de assistência técnica e extensão rural podem capacitar os extrativistas para negociar melhores preços e condições com os atravessadores, promovendo uma comercialização mais justa e equitativa. A presença dos atravessadores na comercialização da castanha em Amaturá destaca tanto a necessidade de canais eficientes de escoamento da produção quanto a carência de políticas públicas robustas que promovam o desenvolvimento sustentável local. Abordar essas questões de forma integrada e holística é fundamental para assegurar um futuro mais próspero e equitativo para as comunidades envolvidas na coleta e beneficiamento da castanha no município.

CAPITULO 3: AS FORMAS DE TRABALHO NA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E BENEFICIADORES DE CASTANHA

No contexto da produção de castanha no município de Amaturá, Amazonas, a usina de beneficiamento desempenha um papel crucial na transformação da castanha bruta em um produto pronto para o consumo e comercialização. Este capítulo tem como objetivo explorar as diversas formas de trabalho presentes na usina, detalhando cada etapa do processo produtivo, desde a recepção das castanhas até a obtenção do produto final.

A usina de beneficiamento não apenas agrega valor à castanha, mas também é um ponto de convergência para os diferentes saberes e práticas dos membros da Associação de extrativistas e Beneficiadores de Castanha de Amaturá. Composta por indígenas, ribeirinhos e não indígenas, a associação reflete a diversidade cultural da região, que se manifesta também nas formas de organização e execução das atividades na usina.

3.1 FORMAS DE TRABALHO NA USINA DE BENEFICIAMENTO.

A produção de castanha no Brasil tem como modelo de base o extrativismo em áreas da Floresta Amazônica de diversos países da América Latina. Após a queda dos frutos (ouriços) da castanheira na época das chuvas, de Dezembro a Março, o fruto é coletado no solo e transportado para as comunidades para posterior beneficiamento. É uma atividade que ocorre desde o século XIX, envolve sistemas de transporte fluvial e mão de obra industrial e a cada safra por volta de 100.000 pessoas (KLUCZKOVSKI, 2015).

Nesta parte, será apresentada uma análise das formas de trabalho presentes na usina. Serão explorados os diferentes papéis desempenhados pelos trabalhadores, a distribuição de tarefas, e a integração das práticas tradicionais e modernas no ambiente de beneficiamento. A diversidade cultural dos membros da associação influenciará diretamente nas dinâmicas de trabalho, refletindo a riqueza de conhecimentos e técnicas que cada grupo traz para o processo produtivo.

Amaturá, localizada no coração da Amazônia, abriga há mais de duas décadas uma usina de beneficiamento de castanha, um empreendimento que se tornou essencial para a economia local. Esta usina, símbolo de desenvolvimento e transformação social, desempenha um papel crucial na geração de emprego e renda para a comunidade, destacando-se pelo processamento de castanha do Brasil.

O ciclo produtivo inicia-se na floresta, onde coletores, com profundo conhecimento do território, percorrem grandes distâncias em busca dos ouriços que caem das imponentes castanheiras. Neste sentido, a usina não é apenas um espaço de transformação da castanha em produto final, mas um local que integra conhecimento tradicional e tecnologia moderna, criando um ciclo produtivo que beneficia tanto os coletores quanto a economia de Amaturá.

A castanha como matéria-prima para essa dimensão do beneficiamento/exportação retém algumas especificidades. Pode-se no rastreamento da economia urbana – exportadora encontrar-se ao longo desse século, unidades de beneficiamento. A natureza da castanha, sua perecibilidade e distribuição no território fez com que a instalação das unidades de beneficiamento coincidisse com os lugares de concentração da coleta, sobretudo pela introdução nos anos 50-60 de métodos de lavagem, secagem e classificação. Usinas de beneficiamento de castanha existiram em Óbidos, Oriximiná, Manaus, mas reportavam-se à Belém, como ponto de distribuição ao mercado externo. O gênero precariamente beneficiado foi dominante para exportação (MARIN, 2000).

Na década de 1930, na fase de ascensão, ela passou a identificar um ramo com certa especialização. Os agentes desse processo definiram-se num perfil empresarial pelas suas origens. Os mais fortes na esfera mercantil, estimulados pelo mercado cativo da amêndoa, deram um passo importante no controle de beneficiamento e da comercialização das castanhas lavadas e selecionadas. O cacau e a borracha não tiveram movimento e dinâmica semelhante à castanha. Certamente a economia da castanha consolidou uma experiência histórica que pode ser recuperada em diversos planos (MARIN, 2000).

A castanha é um dos produtos do extrativismo de maior importância para o Amazonas, e sua produção vem sendo fomentada pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), por meio do Projeto Prioritário da Castanha-do-Brasil. O resultado desse trabalho foi um aumento significativo da produção no estado, que chegou no ano passado a mais de 16 mil toneladas, segundo dados do IDAM. Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também noticiou que o Amazonas é o maior produtor nacional de castanha (IDAM, 2022).

Segundo os dados do Relatório de Atividades do IDAM, os municípios que mais se destacaram na produção de castanha-do-brasil cultivada no Amazonas, em 2019, foram Fonte Boa, Amaturá, Beruri, Urucará e o distrito de Novo Remanso, em Itacoatiara. Juntos, os cinco municípios abrangem cerca de 3 mil agricultores familiares extrativistas de castanha, que contribuíram com uma produção superior a 5,2 mil toneladas. Já no extrativismo tradicional, os principais municípios foram Coari, Tapauá, Boca do Acre, Canutama e Humaitá, com 1,3 mil extrativistas e uma produção de 11,8 mil toneladas.

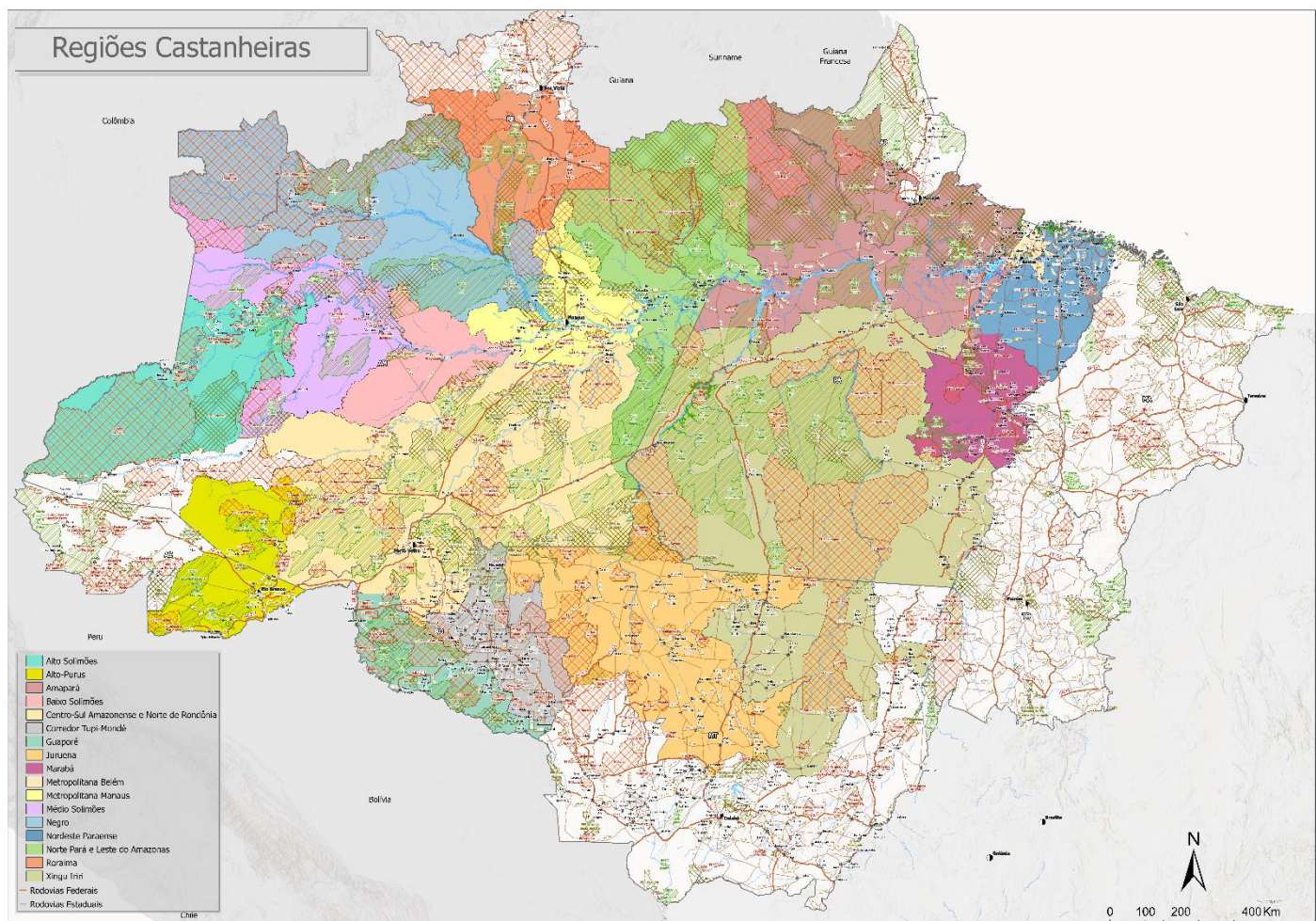
Mais importante processo produtivo de comunidades extrativistas desde o fim do período de extração da Borracha, a castanha se destaca como uma fonte de renda alternativa para os agricultores familiares, com o benefício de que sua coleta não requer nenhum dano à floresta. Suas peculiaridades, entretanto, oferecem desafios particulares que o IDAM tem trabalhado em visitas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e investimentos direcionados para apoiar as comunidades extrativistas e agricultores familiares (IDAM, 2022).

As informações e trabalhos técnicos elaborados e aplicados por órgãos governamentais ajudam no suporte e manutenção da prática de coletar castanha e também na construção de uma fonte de renda, principalmente quando se trata de uma entidade com porte de associação, o que implica no coletivo, em meio a um cenário amazônico em que se destaca a relação com o meio ambiente e com a preservação.

É importante contextualizar o cenário geográfico e econômico em que a usina está inserida, o mapa acima ilustra as regiões castanheiras distribuídas pela Amazônia

brasileira serve para destacar a amplitude e a importância do extrativismo da castanha na região. A Amazônia é um bioma vasto e diverso, e a castanha é um recurso natural de grande relevância tanto para as populações tradicionais quanto para a economia local.

No mapa apresentado a seguir, podemos observar as regiões que produzem e trabalham com castanha na Amazônia legal, as informações que compõem tal trabalho são resultados de pesquisa e encontro com as diversas organizações da região, para este caso específico, trata-se do movimento chamado Coletivo da castanha⁴, no qual podemos ter uma visão geral dos territórios que trabalham com o extrativismo de castanha.



⁴ É um Coletivo de povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, agricultores familiares e parceiros, fundado no ano de 2017, que trabalha diretamente na cadeia de valor da castanha-da-amazônia e promove união, organização e representação extrativista e fortalecer o extrativismo da castanha-da-amazônia brasileira, de modo a contribuir para visibilidade, valorização e melhoria do trabalho extrativista, defesa dos territórios castanheiros e para a conservação da floresta e dos modos de vida dos povos da Amazônia, atualmente possui representação de 96 organizações de base comunitária, sendo 74 associações e movimentos sociais e 22 cooperativas.

Nas 17 áreas catalogadas e identificadas como regiões produtoras de castanha na Amazônia, há uma diversidade significativa em diversos aspectos relacionados ao processo de produção. Primeiramente, observe-se uma variação no período de safra entre essas regiões, além disso, a quantidade de produção anual também apresenta diferenças consideráveis, resultando tanto das características naturais das áreas como das práticas de manejo impostas pelos coletores e extrativistas. Em algumas regiões, a produção é voltada predominantemente para o consumo interno.

Outros fatores que se destacam são o tamanho e a qualidade das castanhas produzidas, que podem variar conforme a espécie de árvore presente e as técnicas de colheita e beneficiamento empregadas. Essa diversidade nas áreas produtoras reflete a complexidade do sistema produtivo da castanha, revelando as múltiplas especificidades e características.

3.2 PROCEDIMENTOS DE BENEFICIAMENTO

O beneficiamento da castanha na usina de Amaturá é um processo meticuloso que abrange várias etapas, começando desde a chegada do produto coletado nos castanhais até sua preparação e embalagem para comercialização. Quando as castanhas chegam à usina, a primeira fase do processo é a triagem, que geralmente é feita em um recipiente contendo água e que envolve a separação criteriosa das castanhas com base em suas características físicas e visuais. Nessa etapa, os trabalhadores verificam aspectos como tamanho, cor e integridade da casca, eliminando aquelas que apresentam sinais de baixa qualidade, como rachaduras, mofo ou presença de pragas.

3.3 A LAVAGEM E LIMPEZA DA CASTANHA

Na APROCAM, é utilizado tanques revestidos em alvenaria, conforme imagens abaixo, no qual eles são cheios com água e realizado esse processo de triagem e limpeza. As castanhas que chegam em sacas de 50 kg são despejadas nestes recipientes para que seja iniciada a seleção.



Figura 19: Local de lavagem da castanha após chegar na usina **Fonte: Aguiar, 2024**



Figura 20: Local de lavagem da castanha após chegar na usina **Fonte: Aguiar, 2024**

3.4 A SECAGEM

Após a triagem, as castanhas que passam por essa avaliação inicial seguem para a etapa de secagem, essencial para garantir a durabilidade do produto. A secagem pode ser feita em estufas ou ao ar livre, dependendo das condições climáticas e da infraestrutura disponível na usina. Neste caso, é utilizados os chamados “tablados”, que são estruturas construídas em madeira e coberta com um tipo de telha que permite a passagem de raios solares, esse processo ajuda a reduzir a umidade presente nas castanhas, o que é fundamental para evitar a proliferação de fungos e garantir a qualidade do produto final, além disso, a secagem garante que as castanha cheguem em uma pesagem ideal para poder passar para etapa seguinte, que é a altoclavagem.



Figura 21: Tablado de secagem da castanha. **Fonte: Aguiar, 2024**



Figura 22: Tablado de secagem da castanha. **Fonte: Aguiar, 2024**

O processo de secagem das castanhas na usina de Amaturá é uma etapa fundamental para garantir a qualidade e a longevidade do produto. Dependendo das condições climáticas, esse processo pode durar em média de 7 a 10 dias. A secagem é feita de maneira cuidadosa e controlada para garantir que as castanhas alcancem o nível de umidade ideal.

Durante esse período, as castanhas são mexidas pelo menos duas vezes ao dia. Esse movimento constante é essencial para garantir que o calor atinja todas as partes das castanhas de forma uniforme, permitindo que a umidade seja eliminada por completo. A prática de mexer as castanhas regularmente está aprovada com as recomendações do setor, que indicam que essa movimentação auxilia na uniformização do processo de secagem, minimizando perdas e maximizando a qualidade final do produto.

Além disso, ao longo do período de secagem, as castanhas são periodicamente pesadas para a verificação do teor de umidade. Essa prática é importante porque permite que os trabalhadores monitorem de perto a evolução do processo e ajustem as condições de secagem, se necessário. Estudos apontam que a umidade ideal para garantir a preservação da qualidade das castanhas gira em torno de 3% a 5%, e a pesagem frequente ajuda a assegurar que esse patamar seja atingido (GONÇALVES et al., 2019). Quando o teor de umidade está acima do nível ideal, há um risco maior de deterioração, o que impacta diretamente na vida útil e na aceitação do produto no mercado.

Em locais com alta umidade relativa do ar, como na Amazônia, o processo de secagem pode ser particularmente desafiador, exigindo um monitoramento mais rigoroso e, muitas vezes, a utilização de estufas para controlar melhor a temperatura e a umidade do ambiente (OLIVEIRA e MENEZES, 2021).

Essas práticas, somadas ao conhecimento acumulado ao longo de mais de duas décadas pela equipe da usina de Amaturá, são essenciais para garantir que o produto final mantenha a qualidade esperada pelos consumidores e os padrões exigidos pelos mercados nacionais e internacionais.

3.5 PROCESSO DE ALTO CLAVE

A etapa seguinte no beneficiamento da castanha na usina de Amaturá é o processo de autoclavagem, que ocorre após a castanha atingir o nível ideal de secagem. Esse processo é essencial para preparar as castanhas para a próxima fase, garantindo que elas estejam nas condições adequadas para a quebra manual.

Na usina operada pela APROCAM, as castanhas secas são colocadas em dois carrinhos específicos, projetados para suportar a exposição ao vapor e que facilitam o transporte e o manuseio dentro do autoclave. A inserção desses carrinhos no interior do equipamento é feita com cuidado, e a máquina é então devidamente fechada para garantir que o processo ocorra de forma eficiente e segura.

Uma vez que os carrinhos estão posicionados e o autoclave fechado, inicia-se a liberação controlada de vapor quente. Esse vapor é fundamental para amolecer a casca externa das castanhas, facilitando a sua quebra na etapa manual subsequente. O tempo e a intensidade da vaporização são criteriosamente ajustados para garantir que as castanhas alcancem o ponto ideal de maleabilidade, sem comprometer a integridade das amêndoas internas.



Figura 23: Estrutura de ferro que compõe a parte de alto clave. **Fonte:** Aguiar, 2024



Figura 24: Máquina de alto clave. **Fonte:** Aguiar, 2024

O uso da autoclavagem não apenas facilita a etapa de quebra, mas também atua como um método de esterilização, reduzindo a carga microbiana presente nas castanhas. Esse processo é essencial para garantir a segurança alimentar do produto final, cumprindo com os padrões de qualidade exigidos tanto pelo mercado nacional quanto internacional. Estudos sobre o uso de autoclaves em processos similares indicam que a vaporização controlada é eficaz para garantir a preservação das propriedades nutricionais das castanhas, além de facilitar o manuseio nas etapas seguintes do beneficiamento (LIMA & ANDRADE, 2021; FREITAS et al., 2019).

Ao final do ciclo de vaporização, os carrinhos são removidos do autoclave, e as castanhas, agora com a casca amolecida, são levadas para a etapa de quebra manual. Esse preparo anterior é crucial para garantir que a quebra seja eficiente, reduzindo danos às amêndoas e maximizando o aproveitamento do produto, além de agilizar o trabalho dos trabalhadores da usina.

3.6 O PROCESSO DE QUEBRA MANUAL

A etapa seguinte no processo de beneficiamento da castanha na usina de Amaturá é a quebra manual das castanhas para a extração das amêndoas, um momento crucial que demanda habilidade e precisão dos trabalhadores. Após passar pela fase de autoclavagem, que amolece a casca externa das castanhas, as mesmas são encaminhadas para um local específico dentro da usina, onde estão instaladas as descascadoras de castanha. Esses equipamentos são posicionados sobre mesas adequadas para facilitar o trabalho dos associados, proporcionando uma altura confortável e um ambiente organizado para o manuseio seguro das castanhas.

As descascadoras utilizadas são simples, mas eficientes, e foram projetadas para facilitar a remoção das cascas sem danificar as amêndoas, que são a parte mais valiosa do produto. Cada associado, treinado para operar essas máquinas, realiza o trabalho manualmente, utilizando técnicas que garantem a maior preservação possível das amêndoas. Esse processo exige prática, pois o objetivo é manter a integridade das amêndoas, minimizando perdas e garantindo que elas estejam em boas condições para a comercialização.



Figura 25: Salão de produção com sócios realizando a quebra de castanha. **Fonte:** Aguiar, 2024

Atualmente, segundo informações coletadas diretamente na usina, cada associado consegue, em média, descascar cerca de 40 kg de castanhas por dia. Estudos sobre a produtividade na quebra manual de castanhas indicam que, com treinamento adequado e melhoria nas condições ergonômicas, é possível otimizar esse processo e alcançar volumes ainda maiores, mantendo a qualidade do produto final (SILVA & LOPES, 2020).

O ambiente onde ocorre a quebra é organizado para permitir que os associados trabalhem de maneira colaborativa, trocando experiências e técnicas, o que contribui para a melhoria contínua do processo. A eficiência nessa etapa é crucial, pois a qualidade das amêndoas extraídas influencia diretamente o valor de mercado e a aceitação do produto pelos consumidores. Além disso, o trabalho realizado pelos associados é fundamental não só para a economia local, mas também para a valorização do saber tradicional e do envolvimento comunitário e no beneficiamento dos recursos naturais da região.

3.7 PRIMEIRA ETAPA DE SELEÇÃO DAS CASTANHAS

Após a extração manual, as amêndoas seguem para a próxima etapa no processo de beneficiamento, que é a primeira seleção de tamanhos. Esse processo é feito por uma máquina automática especialmente projetada para classificar as amêndoas conforme suas dimensões, e é uma tecnologia disponível na usina de Amaturá que contribui significativamente para a eficiência do trabalho.

A máquina opera através de um sistema de vibração que chacoalha as amêndoas, movimentando-as sobre uma superfície com orifícios de diferentes tamanhos. À medida que as amêndoas são agitadas, elas se deslocam e caem nos orifícios correspondentes ao seu tamanho, sendo então separadas em três categorias: pequenas, médias e grandes. Esse método é eficaz para garantir que as amêndoas sejam separadas de maneira rápida e precisa, reduzindo a necessidade de trabalho manual nesta fase e assegurando que cada amêndoa seja classificada corretamente para as etapas subsequentes.



Figura 26: Máquina de classificação de castanha por tamanho. **Fonte:** Aguiar, 2024



Figura 27: Castanha sendo classificada por tamanho. **Fonte:** Aguiar, 2024



Figura 28: Castanha sendo classificada por tamanho. **Fonte:** Aguiar, 2024.

Cada tamanho de amêndoa é depositado em um recipiente específico, garantindo que não haja mistura entre as diferentes categorias. Esse cuidado é importante porque a uniformidade no tamanho das amêndoas facilita o processamento posterior e ajuda a manter um padrão de qualidade consistente. Além disso, essa classificação inicial permite uma melhor organização para a etapa de secagem final,

que será realizada na estufa. A separação por tamanhos é essencial, pois amêndoas de diferentes dimensões podem exigir tempos de secagem distintos para alcançar o teor de umidade ideal.

Após a classificação por tamanho, as amêndoas de cada categoria (pequenas, médias e grandes) são encaminhadas para a etapa de secagem final, realizada na estufa da usina. Esse processo é crucial para garantir que todas as amêndoas atinjam o teor de umidade ideal, assegurando sua qualidade e prolongando sua vida útil.

3.8 PROCESSO DE DESIDRATAÇÃO NA ESTUFA

A estufa utilizada na usina de Amaturá é equipada para proporcionar um controle preciso da temperatura e da ventilação, elementos essenciais para a secagem uniforme das amêndoas. As amêndoas são distribuídas em bandejas ou superfícies adequadas que permitem a circulação de ar quente em torno delas, garantindo que a secagem ocorra de maneira eficiente e homogênea. A temperatura e a duração do processo são ajustadas com base no tamanho das amêndoas, já que cada tamanho pode ter requisitos específicos para atingir o nível de umidade desejado.



Figura 29: Estufa utilizada na APROCAM. **Fonte:** Aguiar, 2024.



Figura 30: Castanha sendo colocada no carrinho de metal antes de entrar na estufa. **Fonte:** Aguiar, 2024.



Figura 31: Castanha dentro da estufa para o processo de desidratação. **Fonte:** Aguiar, 2024.

O processo de secagem na estufa pode variar de algumas horas a dias, dependendo das condições climáticas e do tamanho das amêndoas. Durante esse período, ajustes na ventilação e na temperatura são feitos conforme necessário para garantir que todas as amêndoas, independentemente do tamanho, alcancem o ponto ideal de secagem. Esse controle minucioso é essencial para evitar que amêndoas menores sequem mais rápido e fiquem ressecadas, enquanto as maiores ainda retêm umidade excessiva.

Após a conclusão da etapa de desidratação na estufa, o processo segue para o resfriamento das amêndoas de castanha, uma fase essencial para estabilizar a temperatura dos produtos e evitar a condensação ou o acúmulo de umidade quando

expostos a temperaturas mais baixas. As amêndoas são cuidadosamente resfriadas para garantir que estejam prontas para o manuseio seguro e a classificação manual subsequente.

3.9 SELEÇÃO DE CASTANHA MANUAL

Uma vez resfriadas, as bandejas contendo as amêndoas são transportadas para a sala de classificação manual, um espaço preparado especificamente para essa etapa do beneficiamento. Nessa sala, ocorre uma inspeção detalhada e cuidadosa das amêndoas. Esse trabalho é realizado, em sua maioria, por mulheres associadas, que possuem grande habilidade e precisão nesse tipo de tarefa. Elas verificam, uma a uma, as amêndoas para identificar quaisquer irregularidades que possam ter passado despercebidas pela máquina de triagem anterior. Esse processo manual é essencial, pois a máquina, embora eficiente, pode falhar ao separar amêndoas que não correspondem exatamente aos tamanhos classificados (pequeno, médio e grande), ou que apresentam defeitos que precisam ser corrigidos.



Figura 32: Sala de classificação manual de castanha **Fonte:** Aguiar, 2024.



Figura 33: Classificação manual de castanha **Fonte:** Aguiar, 2024.

Além do ajuste de tamanhos, as trabalhadoras também removem impurezas, como fragmentos de casca, restos de material orgânico ou amêndoas danificadas que não atingem os padrões de qualidade exigidos. Esse olhar atento e a experiência acumulada dessas associadas são fundamentais para garantir que somente amêndoas de alta qualidade sigam para a próxima fase. A seleção manual é um processo minucioso que demanda concentração.

3.10 O EMPACOTAMENTO DAS CASTANHAS

Depois de passar pela classificação manual, as amêndoas são preparadas para o empacotamento a vácuo, a etapa seguinte no processo de beneficiamento. Esse tipo de empacotamento é importante para garantir a conservação do produto, pois remove o ar do interior da embalagem, impedindo a oxidação e a proliferação de micro-organismos que poderiam comprometer a qualidade das amêndoas. Por isso, é vital que todas as amêndoas estejam em perfeitas condições antes de serem embaladas, já que qualquer impureza ou falha pode afetar o vácuo e comprometer a durabilidade do produto final.

O trabalho realizado pelas associadas nesta etapa de inspeção e ajuste manual é, portanto, de extrema importância para assegurar a qualidade e a segurança do produto, refletindo o compromisso da usina em oferecer castanhas que atendam aos mais altos padrões de mercado. Além de garantir a qualidade, essa etapa também fortalece a participação das mulheres no processo produtivo, valorizando seu papel fundamental na cadeia de beneficiamento.

Na etapa final do processo de beneficiamento, as amêndoas de castanha desidratadas passam pelo empacotamento, um momento crucial para assegurar a qualidade e a conservação do produto. As amêndoas são colocadas em embalagens a vácuo, que garantem a preservação das características naturais, como sabor, textura e valor nutritivo, além de prolongar a vida útil do produto. O empacotamento a vácuo também reduz o risco de contaminação por micro-organismos, uma vez que a

ausência de ar impede o desenvolvimento de fungos e bactérias, tornando o produto seguro para o consumo.



Figura 34: Castanha embalada a vácuo. **Fonte:** Aguiar, 2024.

Uma vez embaladas, as castanhas são transferidas para o depósito da usina, onde são armazenadas em condições controladas, que garantem a manutenção da qualidade e da integridade das amêndoas. O depósito é equipado para oferecer um ambiente com temperatura e umidade adequadas, evitando qualquer possibilidade de deterioração ou perda de qualidade durante o período de armazenamento. Esse cuidado é fundamental, já que a castanha, mesmo desidratada e embalada a vácuo, pode ser sensível a variações climáticas que comprometam seu estado.



Figura 35: Castanha embalada e encaixotada no depósito. **Fonte:** Aguiar, 2024.

Após serem armazenadas, as castanhas ficam disponíveis para negociação e venda, o que representa uma fase importante para os associados e para a usina como um todo. A comercialização do produto final é uma fonte essencial de renda para os associados, movimentando a economia local e gerando benefícios diretos para a comunidade. Ao longo do ano, as castanhas beneficiadas na usina de Amaturá são vendidas tanto para o mercado regional quanto para distribuidores de outras regiões do país, consolidando o papel da APROCAM como uma importante organização na cadeia produtiva da castanha do Brasil na Amazônia.

Além disso, o processo de beneficiamento e comercialização fortalece a economia sustentável, promovendo práticas que valorizam o trabalho local e o manejo responsável dos recursos naturais. A renda gerada a partir da venda das castanhas contribui para a melhoria das condições de vida dos associados, estimulando o desenvolvimento econômico e social de Amaturá e regiões próximas. Essa etapa final, portanto, não apenas encerra o ciclo de beneficiamento, mas também marca o início do impacto positivo que o trabalho coletivo e organizado proporciona à comunidade e ao meio ambiente.

Para exemplificar todo o processo de beneficiamento apresentado acima, foi elaborado um esquema que mostra o fluxograma da castanha na usina.



Figura 36: Organograma do processo de chegada da castanha até o processo final. **Fonte:** Aguiar, 2024.

O beneficiamento da castanha na usina não só eleva o valor econômico do produto, mas também contribui para a sustentabilidade ambiental e social da região. Ao agregar valor localmente, a associação reduz a necessidade de intermediários, aumentando a margem de lucro para os extrativistas e fortalecendo a economia local. Além disso, a prática sustentável de beneficiamento preserva a floresta amazônica, garantindo que a exploração dos recursos naturais seja feita de maneira responsável e duradoura.

Portanto, oferecer uma compreensão profunda das operações dentro da usina de beneficiamento de castanha em Amaturá, destacando a importância dessa atividade para a comunidade local e para a preservação da biodiversidade Amazônica é de suma importância para a manutenção da tradição e eleva as possibilidades de geração de renda e preservação da natureza

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscamos compreender as transformações sociais e identitárias relacionadas ao processo de trabalho na coleta e beneficiamento de castanha em Amaturá/Am, a partir de uma perspectiva histórica e social. Ao longo dos capítulos, discutimos o desenvolvimento do município e a importância do extrativismo na construção da identidade local e da economia da região. Abordamos o surgimento do município no contexto do Alto Solimões, explorando os fatores históricos que influenciaram o desenvolvimento desta área.

A formação do município de Amaturá está intrinsecamente ligada à organização do Estado do Amazonas e às dinâmicas que impulsionaram a ocupação de novas áreas ao longo dos rios amazônicos. O processo de emancipação de Amaturá refletiu não apenas o desejo de autonomia administrativa, mas também a necessidade de fortalecimento das atividades econômicas locais, especialmente o extrativismo de castanha, que sempre desempenhou um papel central na economia e na vida das populações que vivem nesta região.

A criação da Associação dos Beneficiadores de Castanha de Amaturá – APROCAM, foi um marco fundamental para a estruturação e formalização das atividades extrativistas na região. A associação não apenas organizou o trabalho dos produtores, mas também possibilitou a construção de uma usina de beneficiamento, que há mais de duas décadas atua na transformação da castanha, agregando valor ao produto e contribuindo para a economia local. A vivência no ambiente do extrativismo de castanha é um aspecto central da identidade dos moradores de Amaturá, sendo transmitida de geração em geração como um legado de resistência e adaptação às condições ambientais da Amazônia.

Esses elementos nos permitiram estabelecer um contexto histórico e social que serve de base para compreender as transformações econômicas e sociais decorrentes das atividades de beneficiamento na região. A formação da usina de beneficiamento e o papel desempenhado pela Associação dos Beneficiadores são exemplos de como a organização comunitária e a adaptação às demandas

econômicas externas podem promover o desenvolvimento local, fortalecendo a identidade e o senso de pertencimento dos indivíduos.

Assim, é possível evidenciar os fatores históricos e a organização social, associados à prática do extrativismo, são essenciais para compreender a dinâmica socioeconômica de Amaturá, destacando o papel dos trabalhadores e das associações na construção de uma identidade local voltada para a preservação e valorização dos recursos naturais amazônicos.

A análise realizada de forma detalhada ao contexto histórico e social do município de Amaturá, com foco especial na composição e organização da Associação dos Beneficiadores de Castanha, elemento central para a economia e identidade local, foi de grande importância porque possibilita uma visão ampla. A associação, composta por 81 sócios distribuídos por todas as comunidades e aldeias do município, reflete a diversidade cultural e a representatividade das etnias indígenas presentes na região. Essa composição plural demonstra como a associação é um ponto de convergência para os diferentes grupos, fortalecendo laços comunitários e a integração entre os povos que compartilham a prática do extrativismo.

Ao abordar as dificuldades relacionadas ao extrativismo da castanha, o trabalho revelou as múltiplas adversidades que os extrativistas enfrentam, desde os desafios logísticos e ambientais até as questões econômicas que influenciam diretamente a produção e comercialização. Esses aspectos destacam a resiliência dos extrativistas e a importância das estratégias coletivas, como a formação de associações, para superar tais obstáculos.

Além disso, a análise das formas de produção permitiu compreender como o trabalho na coleta e beneficiamento da castanha é uma atividade que, além de econômica, possui um valor simbólico e cultural profundo para as comunidades de Amaturá. A prática extrativista está atrelada a um saber-fazer tradicional, transmitido por gerações, que se adapta às necessidades e realidades da Amazônia.

Dessa forma, a associação e a usina de beneficiamento desempenham um papel essencial não apenas no fortalecimento econômico, mas também na promoção

de uma identidade coletiva. Ao valorizar e integrar todas as etnias e comunidades do município, a associação se torna um exemplo de como a organização social pode ser um agente de transformação, promovendo a valorização dos recursos naturais da região.

Foi possível também explorar a relação íntima e simbiótica entre os extrativistas de castanha e a natureza em Amaturá, destacando como a prática extrativista vai além de uma simples atividade econômica, representando um patrimônio imaterial de grande valor para o município. A coleta de castanha, transmitida de geração em geração, carrega saberes ancestrais e práticas tradicionais que refletem a identidade e a cultura das comunidades locais. Esse patrimônio imaterial fortalece os laços comunitários e sustenta modos de vida que se alinham ao respeito e à conservação ambiental.

Entretanto, o desmatamento e a diminuição dos castanhais emergem como questões preocupantes, afetando diretamente a prática extrativista e o sustento das comunidades. A degradação dos ambientes naturais, resultado de atividades predatórias e do avanço de fronteiras econômicas, compromete a manutenção dos castanhais e, conseqüentemente, o modo de vida tradicional que se construiu em torno deles. Este desafio destaca a urgência de políticas públicas e estratégias de conservação que assegurem a preservação das áreas de castanhais, garantindo a continuidade da atividade extrativista de maneira sustentável.

A análise da comercialização da castanha e o papel dos atravessadores evidencia a complexidade da cadeia produtiva e as dificuldades enfrentadas pelos extrativistas na busca por condições mais justas e rentáveis. Os atravessadores, que muitas vezes controlam a distribuição e os preços, afetam a autonomia e a renda dos extrativistas, revelando a necessidade de uma estruturação mais eficaz e transparente para a comercialização do produto. A organização coletiva, como demonstrado na atuação da associação local, pode ser uma ferramenta poderosa para enfrentar esses desafios e assegurar que os benefícios econômicos alcancem diretamente os produtores.

Assim, destaco que, para garantir a preservação deste patrimônio imaterial e a continuidade da atividade extrativista, é fundamental reconhecer a importância cultural da coleta de castanha e promover ações que enfrentem as ameaças ao meio ambiente e às formas de comercialização. A valorização das práticas tradicionais e a criação de alternativas econômicas mais justas são caminhos essenciais para fortalecer as comunidades e proteger os castanhais que sustentam a vida e a identidade local.

Foi possível também focar nas formas de trabalho e nos processos desenvolvidos na usina de beneficiamento de castanha em Amaturá, explorando as dinâmicas que envolvem desde a chegada da castanha até o produto final, pronto para consumo e comercialização. A análise das formas de trabalho na usina revelou a complexidade e a organização necessárias para garantir a eficiência e a qualidade do produto, destacando o papel central que os trabalhadores desempenham em cada etapa do processo.

Os procedimentos de beneficiamento, que incluem a triagem, a secagem, a quebra e o empacotamento da castanha, são realizados de maneira metódica, demonstrando um conhecimento técnico desenvolvido ao longo dos anos. Esses procedimentos, muitas vezes, são adaptados de acordo com as especificidades da produção local e as condições climáticas e logísticas da região, evidenciando a capacidade dos trabalhadores em se adaptarem e aprimorarem suas técnicas para alcançar padrões de qualidade exigidos pelo mercado.

O fluxo de trabalho na usina, que vai desde o recebimento da castanha bruta até a preparação do produto final, envolve a colaboração e a coordenação de diversos trabalhadores, que assumem papéis específicos ao longo das etapas. Esse sistema integrado não só garante a produtividade, mas também valoriza o trabalho coletivo e o conhecimento acumulado por aqueles que operam na usina há anos, consolidando a atividade como uma prática organizada.

As observações reforçam que o beneficiamento de castanha em Amaturá é mais do que um simples processo produtivo, é uma prática que combina saberes tradicionais e técnicas modernas, criando um sistema que busca valorizar os recursos naturais locais de forma sustentável. A análise revela que, apesar dos desafios

enfrentados, como a necessidade de modernização e adaptação às exigências do mercado, a usina se mantém como um pilar essencial para a geração de renda e o fortalecimento da identidade e da coesão social dos trabalhadores e das comunidades envolvidas.

Dessa forma, é essencial que iniciativas e políticas públicas continuem apoiando e fortalecendo a estrutura da usina, promovendo condições dignas de trabalho e incentivando a profissionalização e a capacitação dos trabalhadores. Somente assim será possível garantir a continuidade e a qualidade do beneficiamento de castanha em Amaturá, mantendo viva uma prática que é vital para a economia, a cultura e o meio ambiente local.

Portanto, a continuidade e qualidade da coleta e beneficiamento de castanha em Amaturá dependem de um esforço coletivo para garantir que o saber-fazer tradicional seja preservado, que as condições de trabalho sejam aprimoradas e que a relação com a natureza seja mantida de forma equilibrada e respeitosa. A valorização dessas práticas é fundamental para a construção de um futuro em que a economia local se desenvolva de forma justa, assegurando que a riqueza natural da Amazônia beneficie aqueles que historicamente a preservam.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, C. A. et al. Pesquisa Qualitativa: Rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745–764, 2013.
- SILVA, C. V. DA; MIGUEL, L. D. A. Extrativismo e Abordagem Sistêmica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 189–217, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. Opoder simbólico. **RiodeJaneiro: Difel/BertrandBrasil**, 1989.
- ALMEIDA, M. G. O geógrafo fenomenólogo: sua oralidade e escrita no/do mundo. **Geograficidade**, v. 10, p. 38-47, 2020.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas," babaçuais livres", " castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA-UFAM, Fundação Ford), 2006.
- LEAL, D. A. Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932) / Davi Avelino Leal. - Manaus: UFAM, 2013.
- EMPERAIRE, Laure. **Extrativismo e o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. In: CASTRO, Edna; PINTON, Forence (org.). Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e o meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.
- SANTOS, Roberto Araujo de Oliveira, 1932- Historia economica da Amazonia: 1800-1920/ Roberto Santos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. (Biblioteca básica de ciências sociais; sér.1.: Estudos brasileiros; v.3)
- PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2010.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. (org). **Etnoconservação: novos rumos para aconservação da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.
- BISPO, T.W.; DINIZ, J.D.A.S. Caracterização dos canais de distribuição de uma cooperativa de extrativistas do Cerrado. In: Anais... LI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Belém – PA, 2014.
- AFONSO, Sandra Regina. A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense). 2012. xiv, 162 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- PORTARIA N. 160, de 8 de junho de 2020. Disponível em: <https://agroextrativismosustentavel.ufms.br/conceito/>. Acesso em 20 mar. de 2023

SILVA E. P; ALMEIDA, M. T. Projetos de assentamentos extrativistas: Uma agenda civilizatória no bioma Amazônia. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/file-storage/view/9-outros-conteudos/_Artigo_Projetos_extrativistas.doc>. Acesso em: 20 mar. 2023.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.

DUTRA, Marcelo José de Lima; PEREIRA, Henrique dos Santos. Formação de municípios no Amazonas após a Constituição Federal de 1946: fragmentos de uma história interrompida e esquecida. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, p. 51-68, 2018.

DIAS, Luan Cristóvão dos Santos et al. A religião produz cidades: relações históricas com a fé e materialização da religiosidade nos espaços públicos em Amaturá-AM. 2020.

DUTRA, Marcelo José de Lima. Formação de municípios no Amazonas após a Constituição Federal de 1946: fragmentos de uma história interrompida e esquecida. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*: SÃO PAULO, 2018. p. 51-68.

IBGE. Acesso em **15/07/2023.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/amatura/panorama>>.

PARÉDIO, Jucélia Lima. Ordenamento territorial: uma análise das políticas territoriais estaduais no Estado do Amazonas. Manaus: UFAM, 2012.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. Encontros com a civilização brasileira, v. 11, p. 101-140, 1979.

ROOSEVELT, A. C.; COSTA, M. L. da; LOPES, C.; MACHADO, M.; MICHAB, N.; MERCIER, H.; VALLADAS, J.; FEATHERS, W.; BARNETT, M.; SILVEIRA, I.; HENDERSON, A.; SILVA, J.; CHERNOFF, B.; REESE, D. S.; HOLMAN, J. A.; TOTH, N.; SCHICK, K. Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas. *Science*, v. 272, n. 5260, p. 373-384, Apr. 1996. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.272.5260.373>.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Desafios e oportunidades da cadeia da castanha-do-Brasil são temas de workshops virtuais. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br>.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. 1997.

CASTRO, FÁBIO DE. "O Sistema de Produção de Castanha-do-Brasil no Vale do Juruá, Acre".

COSTA, Elisa de Araújo. "O Extrativismo da Castanha-do-Brasil na Amazônia: História e Perspectivas". 2005.

ANDERSON, Anthony. "The Economics of Extractive Reserves in the Amazon". 1990.

HECHT, Susanna, and Alexander Cockburn. "A Destinação da Floresta: Castanhais e Extrativismo na Amazônia". 2010.

CORRÊA, Marcos Sá. "Extrativismo Vegetal na Amazônia: A Castanha-do-Pará". 1998.

COSTA, Elisa de Araújo. "O Extrativismo da Castanha-do-Brasil na Amazônia: História e Perspectivas". 2005.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.

KLUCZKOVSKI, Ariane Mendonça. Gerenciamento de risco da castanha-do-Brasil/ Ariane Mendonça Kluckovski, Vildes Maria Scussel.- Blumenau, SC: Nova Letra, 2015. 248 p.: il. color.; 21 cm. Inclui bibliografia.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo; EMMI, Marília Ferreira. Condições e limites de empreendimentos fabris de base extrativa na Amazônia: beneficiamento da castanha (Paper 152). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2000.

OLIVEIRA, J. P. DE .. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. Caderno CRH, v. 25, n. 64, p. 17–32, jan. 2012.

Anexos

CARTA DE ANUÊNCIA - APROCAM



APROCAM

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E BENEFICIADORES DE
CASTANHA DO MUNICÍPIO DE AMATURÁ- APROCAM
CNPJ 04.349.933/0001-40

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Aurélcio Santos Lucas Torres PRESIDENTE da Associação dos Produtores e Beneficiadores de Castanha do Município de Amaturá – APROCAM, RG: 2656279-0, CPF: 014.623.672-67, autorizo que Jailson Franco Aguiar, RG: 2660361-6, CPF: 016.354.012-83, discente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, nº 2294930008 sobre orientação do professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, CPF: 120.111.696-15, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, realize pesquisa por meio de observações diretas, entrevistas com lideranças e verificação documental para realização do projeto de pesquisa intitulado: **DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: O PROCESSO DE TRABALHO NA COLETA E BENEFICIAMENTO DE CASTANHA EM AMATURÁ-AMAZONAS**, que tem como objetivo central compreender o processo de coleta e beneficiamento de castanha realizado por famílias e unidades sociais pertencentes ao município de Amaturá além buscar entender como o processo de construção histórica do município contribuiu para mudanças sociais para o coletor de castanha.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 2- assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando desde modo as diretrizes éticas da pesquisa envolvendo seres humanos, nos termos estabelecidos na resolução CNS nº 466/2013, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5 incisos X e XIV e no novo código civil, artigo 20.



Amaturá/Amazonas, 31/07/2024

Aurélcio Santos Lucas Torres
Aurélcio Lucas Santos Torres
Presidente da APROCAM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo. Este estudo será coordenado pela pesquisadora Jailson Franco Aguiar, mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas, com orientação do Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida.

O desenvolvimento desta pesquisa envolve princípios éticos que norteiam sua formulação e que devem ser conhecidos pelas e pelos participantes para garantir que esteja de acordo com os objetivos, justificativa, risco e benefícios. Os esclarecimentos sobre a investigação a que se refere o artigo 17 da Resolução 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil estão listados a seguir:

Justificativa, objetivos, procedimentos e métodos desta pesquisa.

Esta pesquisa intitulada **Desafios e Transformações sociais, lutas e identidade: o processo de trabalho na coleta e beneficiamento de castanha em Amaturá-amazonas** Os objetivos do projeto são investigar as origens do município de Amaturá/Amazonas e o processo que envolve a coleta e o processamento de castanha, tendo como fonte de informações, moradores, estudantes, coletores de castanha e membros da associação de beneficiamento de castanha existente no município.

As perguntas que norteiam essa pesquisa estão centradas em entender: Poderia compartilhar um pouco sobre sua trajetória de vida e como foi sua origem em Amaturá? Quais foram as principais atividades laborais que você desenvolveu ao

longo da sua vida e como elas influenciaram sua relação com a comunidade e o trabalho? Como começou sua relação com o extrativismo e, mais especificamente, com a coleta de castanha em Amaturá? Inicialmente, qual era o principal propósito da coleta de castanha para você e sua família? Era voltado para subsistência, comércio ou outra finalidade? Quais foram as maiores dificuldades que você enfrentou na prática da coleta de castanha ao longo dos anos? De que maneira a criação da Associação dos Produtores e Beneficiadores de Castanha de Amaturá impactou a sua vida e a vida da comunidade local? Quais os principais benefícios econômicos, sociais e ambientais que a implantação da associação trouxe para os coletores e beneficiadores de castanha? Você acredita que a prática de coletar e beneficiar castanha em Amaturá pode ser considerada um patrimônio imaterial da comunidade? Se sim, por quê? Como a criação da usina de beneficiamento de castanha modificou a forma de trabalho e a organização da produção local? Na sua opinião, quais são os maiores desafios e as maiores oportunidades para o futuro da coleta e beneficiamento de castanha em Amaturá?

Para alcançar tais objetivos e buscar tecer algumas respostas, haverá durante a pesquisa a realização da observação na associação e seu cotidiano, serão realizadas encontros, assim como a realização de entrevistas dos agentes sociais previamente mapeados, através de entrevistas abertas e fechadas. Convém ressaltar que as entrevistas acontecerão no lugar de escolha do agente social. Posteriormente serão analisados os dados, as atividades serão realizadas em 3 (tês) encontros presenciais nos mês de janeiro de 2025, sextas, sabados e domingos das 7 h às 11h na sede da associação, situada no município de amatura, onde será aplicado encontros participantes convidados(as).

Explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação da pesquisa, providências e cautelas para evitá-los.

Esta pesquisa pode ocasionar riscos aos agentes sociais concernentes a constrangimentos, por tratar de realidades luta em relação ao cotidiano de trabalho. No referido estudo apontamos como possíveis riscos: o constrangimento ou desconforto ao responder as perguntas da entrevista; quebra de sigilo/anonimato/confidencialidade e o cansaço durante a realização dos questionamentos da pesquisa

e até o agente se sentir confortável diante da pesquisa. Nesse sentido não há como pontuar os possíveis riscos e danos. Não há riscos de caráter físico. Todos os riscos mínimos, uma vez acontecido, serão acolhidos de forma que o(a) participante tenha espaço de escuta em relação a situação acontecida, como também poderá retirar seu consentimento, assim como qualquer participante poderá retirar o consentimento em qualquer momento da realização das etapas da pesquisa, antes durante ou depois da execução, não gerando nenhum tipo de dano ou ônus ao participante

Da garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação.

Em qualquer etapa desta pesquisa o(a) participante poderá recusar-se a participar, ou interromper a atividade que estiver participando, caso sinta-se desconfortável, constrangido(a) ou cansado(a).

Garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes

Apenas o pesquisador, e seu orientador terão acesso aos dados gerados. As informações obtidas durante a pesquisa não serão compartilhadas com estranhos ou terceiros. Os nomes dos e das participantes serão incluídos na pesquisa apenas se houver o aceite por escrito.

Acompanhamento, assistência e benefícios.

O pesquisador fará o acompanhamento durante todas as etapas da investigação através da realização práticas de encontro e pesquisa etnográfica (campo), que acontecerá em 3 (três) encontros presenciais sexta, sábado e domingo janeiro de 2024, das 7 às 11 h das 14h às 18h.

Uma vez concluída a pesquisa, os(as) participantes poderão estabelecer contato com o pesquisador procurando diálogo e recomendação desde os resultados. O(a) participante da pesquisa receberá assistência imediata e integral de forma gratuita pelo tempo que for necessário caso acontecer algum problema que afete a integridade física e psicológica, os quais serão assumidos pela pesquisadora.

Os dados coletados Durante a pesquisa ficarão armazenados em segurança, sigilo e em posse exclusiva do pesquisador; todo material que não for utilizado para fins de divulgação científica será destruído.

A participação na pesquisa trará benefícios direto aos(as) participantes pois, possibilitará a transcrição e escrita da história da associação APROCAM, assim como a história do extrativismo de castanha e no município de Amaturá.

Garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa

Os resultados da pesquisa serão publicados através do banco de dados da Universidade do Amazonas (UEA) e em fóruns, eventos e simpósios de cunho científico; além disso será compartilhado com os(as) participantes da pesquisa a dissertação em formato virtual.

Explicitação da garantia ao participante de ressarcimento

A participação nessa pesquisa não envolve nenhum gasto ou ganho financeiro aos(as) participantes. No entanto, o direito do(a) participante da pesquisa a indenização e coberturas para reparar eventuais danos materiais e/ou imateriais decorrentes da pesquisa serão garantidos.

Informações de contato dos responsáveis pela pesquisa

Se você tiver alguma dúvida ou necessidade de falar sobre a pesquisa, a qualquer momento você poderá entrar em contato com a pesquisadora pessoalmente, via whatsapp ou ligação no número (92) 988447-9048, via e-mail no endereço jailsonfranco28@gmail.com. Ainda, se quiser obter informações sobre as questões éticas que envolvem essa pesquisa, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da Universidade do Estado do Amazonas está localizado na sede da Escola Superior de Ciências da Saúde, localizada na Av. Carvalho Leal, n.1777, Bairro Cachoeirinha, CEP: 69065-001, Manaus, Amazonas. Telefone fixo 3878-4368 ee-mail: cep.uea@gmail.com.

Breve explicação sobre o que é o CEP

Conforme legislação brasileira as pesquisas realizadas com seres humanos são regidas pelo sistema CEP/CONEP, órgão diretamente ligado ao Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Este sistema regula os aspectos e condições éticas das pesquisas que envolvem seres humanos para garantir a proteção das pessoas que participam dos estudos.

O CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) é a instância máxima de avaliação ética, e o CEP (Comitês de Ética em Pesquisa) é a instância regional, com comitês espalhados por todo território brasileiro. O CEP da Universidade do Estado do Amazonas é o comitê que avaliará e autorizará a realização desta pesquisa, desde que sejam cumpridas todas as exigências legais.

Entre outras coisas, o CEP exige que os(as) participantes da pesquisa tenham pleno conhecimento de como se dará a realização do estudo e declaram ciência e aceite por meio do presente documento, que é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Os itens a seguir visam explicar a pesquisa para seus e suas participantes.

O participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Este documento será impresso, rubricado em todas suas páginas e assinado ao final pelo(a) participante, pela pesquisadora e pelo orientador. Uma via ficará com o(a) participante e a outra com a pesquisadora.

O início desta pesquisa está condicionado a aprovação do CEP/CONEP e logo após a assinatura do presente termo e do “Termo de autorização de uso de imagem e depoimentos” que também será entregue a todos(as) participantes da pesquisa.

Por fim, ao assinar este documento, você declara ter compreendido plenamente como esta pesquisa será realizada.

Participante:

Eu, _____, concordo em participar voluntariamente da pesquisa “**Desafios e Transformações sociais, lutas e identidade: o processo de trabalho na coleta e beneficiamento de castanha em Amaturá-amazonas**”, estou ciente dos procedimentos, o que terei que fazer, bem como os riscos, benefícios e segurança de minha participação.

Declaro que me foi explicado que as informações que fornecerei contribuirão para o fazer científico, e que posso me recusar a participar do estudo, retirar meu consentimento ou deixar de responder a quaisquer questionamentos.

Tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Em caso de quaisquer dúvidas relativas à pesquisa posso procurar informações e/ou ajuda a qualquer momento com a pesquisadora através do contato (92) 98447-9048 ou do endereço eletrônico jailsonfranco28@gmail.com em horário e dia comercial quando ocorrência comum ou, em qualquer horário e dia quando caráter de urgência ou, com o Comitê de Ética em Pesquisa.

_____ Nome do participante	Data: ____/____/____
_____ Assinatura do participante	

Eu, Jailson Franco Aguiar, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

_____ Assinatura da Pesquisador	Data: ____/____/____
------------------------------------	----------------------